

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM FINANÇAS

**O Microcrédito em Portugal: O Impacto no Rendimento dos
Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza**

Lina Dias Lima

Orientação: Prof. Dr. Luís Filipe F.S. Martins

Júri

Presidente: Prof. Dra. Clara Patrícia Costa Raposo

Arguente: Prof. Dr. Carlos Alberto Farinha Rodrigues

Outubro 2011

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

“ O microcrédito é uma estratégia inteligente porque ajuda a construir um activo que se encontra até na mais pobre das comunidades: o poder e a determinação do espírito humano ”

Alexandre Coutinho e Paula Carvalho Silva

“A redução da pobreza é uma questão de vontade, não de falta de meios. A nossa arrogância é que procura respostas complexas para resolver problemas que afinal são simples ”

Muhammad Yunus

Agradecimentos

Durante este longo ano, foram várias as pessoas que directa ou indirectamente apoiaram-me na concretização deste trabalho.

Agradeço primeiramente aos meus pais que com todo o seu amor e carinho, sempre incentivaram-me a estudar e que esforçaram-se para proporcionar-me a melhor formação possível.

A todos os meus familiares, amigos e ao meu namorado, que nos momentos mais difíceis em que tive vontade de desistir, e que julguei não ser capaz de concretizar este trabalho, mostraram-me a importância de atingir a meta e que o resultado final compensaria todo o esforço dispendido e as horas de lazer perdidas.

Aos meus colegas e companheiros de luta do ISEG, com quem pude partilhar experiências e frustrações e que fizeram-me sentir que não era a única a passar pelas dificuldades de elaborar uma dissertação de mestrado.

Aos meus colegas de estágio, em especial às meninas da sala de mercados do Banco Santander Totta que já passaram ou estavam a passar na altura pela mesma experiência de concretizar o mestrado e que sempre apoiaram-me.

Ao meu orientador e antigo professor da licenciatura do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), Prof. Dr. Luís Filipe Martins por ter aceite orientar o meu trabalho e pela prontidão e disponibilidade que sempre demonstrou em ajudar-me, sem contudo deixar de estimular a minha autonomia na realização do trabalho.

Ao Prof. Dr. Manuel Brandão Alves, por todo o apoio na introdução ao contexto do microcrédito, com a indicação da bibliografia relevante, facilitação do contacto com

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

a ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) e demais aspectos de grande importância.

A todos os membros da ANDC, em particular ao Sr. José Centeio pela disponibilidade em conversar comigo e permitir o acesso a toda a informação e dados necessários para o meu estudo.

Para finalizar, um obrigado a todos os beneficiários do microcrédito que participaram do questionário telefónico, e sobretudo ao senhores António Savedra e Wilson Conde que se disponibilizaram a dar o seu testemunho para os casos de sucesso e insucesso que constam deste trabalho.

Resumo

Este trabalho tem como finalidade estudar o sector do microcrédito em Portugal, o seu impacto no rendimento dos respectivos beneficiários e a sua relação com a pobreza, dando especial atenção à sua dinâmica nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Mensurar o impacto do microcrédito no rendimento dos beneficiários, caracterizar o sector e o perfil do microempresário português foi possível com recurso aos dados disponibilizados pela ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) e a entrevistas a alguns desses beneficiários. Foram criados modelos econométricos de regressão linear múltipla que permitiram verificar que o rendimento dos beneficiários do microcrédito é influenciado, entre outros, por indicadores socioeconómicos como o montante do microempréstimo, o estado civil, o grau de escolaridade, a conjuntura económica e o distrito. Apesar do microcrédito contribuir para o aumento do rendimento dos beneficiários de ambos os distritos de Lisboa e Porto, este aumento tende a ser mais acentuado quando se trata dos beneficiários do Porto. Constata-se também que no momento de adesão ao microcrédito, o rendimento da maior parte dos beneficiários encontrava-se acima do salário mínimo nacional. Tal, associado ao facto de parte significativa das microempresas criadas com a ajuda do microcrédito no período considerado, entre 1999 e 2007 terem cessado a actividade nos primeiros três anos de vida evidencia algumas das limitações do sector do microcrédito em abranger os beneficiários realmente pobres e combater a pobreza.

Palavras Chave: Microfinança, Microcrédito, Pobreza, Exclusão Social e Financeira, Rendimento Disponível, Regressão Linear Múltipla.

Abstract

The purpose of this work is to study the microcredit sector in Portugal, the impact it has on the income of its beneficiaries and its relationship with poverty, giving special focus on its dynamics in the metropolitan areas of Lisbon and Porto.

Measuring the impact on the income of microcredit beneficiaries and to characterize the sector and profile of the Portuguese microentrepreneur was possible with access to ANDC data and interviews to some of the beneficiaries. Econometric models of multiple linear regressions were built that allowed to find evidence that the income of microcredit beneficiaries is influenced, among others, by socioeconomic indicators such as the amount of microlending, marital status, scholar degree, economic conditions and district.

Even though microcredit contributes for the increase of beneficiaries' income in both districts, Lisbon and Porto, this increment tends to be more significant in those from Porto. It appears that at the moment of adherence to microcredit, the income of most beneficiaries was above the national minimum wage. This, along with the fact that a significant part of micro companies created with microcredit help in the period in cause (between 1999 and 2007) had closed activity in the first three years of existence, shows some limitations of the microcredit sector in embrace the real poor beneficiaries and fight against poverty.

Key Words: Microfinance, Microcredit, Social and Financial Exclusion, Disposable Income, Multiple Linear Regressions.

Índice

| | |
|---|-----------|
| Índice de Quadros..... | 8 |
| Índice de Ilustrações..... | 9 |
| Introdução | 10 |
| 1. Microfinança e Microcrédito..... | 14 |
| 1.1. Os conceitos de Microfinança e Microcrédito e as suas Origens | 14 |
| 1.2. Desenvolvimento e Actualidade da Microfinança e do Microcrédito | 17 |
| 1.3. Países Desenvolvidos e Países Subdesenvolvidos | 21 |
| 1.4. Desafios e Potencial de Crescimento | 27 |
| 2. Pobreza..... | 30 |
| 2.1. Pobreza e Exclusão Social | 32 |
| 2.2. Exclusão Financeira | 34 |
| 3. O Microcrédito em Portugal | 38 |
| 3.1. Caracterização Através de Análise Comparativa com a União Europeia..... | 39 |
| 3.2. ANDC, Parcerias e Colaboradores | 44 |
| 3.3. Projectos de Sucesso e Insucesso Financiados pelo Microcrédito em Portugal | |
| 49 | |
| 3.3.1. O Caso de Sucesso: Loja de Artesanato | 50 |
| 3.3.2. O Caso de Insucesso: Venda Ambulante de Vestuário | 52 |
| 4. O Microcrédito e a Luta Contra a Pobreza em Portugal | 54 |
| 4.1. Enquadramento Teórico da Pobreza em Portugal..... | 55 |
| 4.2. As Questões de Investigação | 57 |
| 4.3. Modelos e Estudos existentes que Testaram o Impacto do Microcrédito no Rendimento dos Beneficiários | 58 |
| 5. Metodologia..... | 61 |
| 5.1. População Alvo, Enquadramento Espacial e Temporal..... | 61 |
| 5.2. Escolha dos Indicadores Socioeconómicos | 62 |
| 5.3. Recolha de Dados | 64 |
| 5.4. Caracterização da Amostra Final | 65 |
| 6. Resultado da Aplicação da Metodologia | 80 |
| 6.1. Construção e Estimação do Modelo | 81 |
| 6.2. Análise e Interpretação dos Resultados do Modelo..... | 90 |
| 6.3. Modelo Alternativo: Variável Dependente Rendimento Final | 94 |

| | |
|--|------------|
| Conclusões | 100 |
| Limitações do Trabalho | 104 |
| Referências Bibliográficas | 105 |
| Anexos..... | 113 |
| Anexo I - Microfinança e Microcrédito | 113 |
| Anexo II - União Europeia..... | 114 |
| Anexo III - MRLM (Variável Dependente Variação do Rendimento)..... | 115 |
| Anexo IV - MRLM (Variável Dependente Rendimento Final)..... | 122 |
| Anexo V - Salário Mínimo Nacional e Limiar de Pobreza..... | 129 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Progresso da Microfinança (31/12/1997- 31/12/2007) | 19 |
| Quadro 2: Distribuição da Microfinança por Região (31/12/2006_31/12/2007) | 22 |
| Quadro 3: Microcrédito na União Europeia (2009)..... | 41 |
| Quadro 4: Projectos Creditados e Valor Médio dos Empréstimos..... | 47 |
| Quadro 5: Projectos, Montante de Empréstimos e Rendimentos dos Beneficiários | 65 |
| Quadro 6: Distribuição dos Empréstimos por Distrito | 66 |
| Quadro 7: Distribuição dos Projectos por Nacionalidade | 66 |
| Quadro 8: Distribuição dos Projectos por Género Sexual | 67 |
| Quadro 9: Distribuição dos Projectos por Faixa Etária | 67 |
| Quadro 10: Distribuição dos Projectos por Habilitação Literária | 68 |
| Quadro 11: Distribuição dos Projectos de Acordo com a Formação Profissional dos Beneficiários | 68 |
| Quadro 12: Distribuição dos Projectos por Estado Civil..... | 69 |
| Quadro 13: Distribuição dos Projectos segundo a Situação Familiar dos Beneficiários | 69 |
| Quadro 14: Distribuição dos Projectos de Acordo com a Situação Profissional dos Beneficiários | 70 |
| Quadro 15: Distribuição dos Projectos por Sector de Actividade | 71 |
| Quadro 16: Identificação dos Projectos com Carácter Sazonal..... | 71 |
| Quadro 17: Tempo para o Desembolso, Peso do Microcrédito e Postos de Trabalho Criados (2000 - 2007)..... | 72 |
| Quadro 18: Montante de Crédito Disponibilizado (2000 - 2007) | 73 |
| Quadro 19: Valor Total pago em Prestações Mensais (2000 - 2007)..... | 73 |
| Quadro 20: Valor Total pago em Juros (2000 - 2007) | 73 |
| Quadro 21: Valor Total Reembolsado (Empréstimo + Juros) (2000 - 2007)..... | 74 |
| Quadro 22: Estado Actual dos Negócios Iniciados entre 2000 e 2007 | 74 |
| Quadro 23: Estado Actual dos Empréstimos Creditados entre 2000 e 2007..... | 75 |
| Quadro 24: Causas que Motivaram o Encerramento dos Negócios | 75 |

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

| | |
|---|----|
| Quadro 25: O Rendimento Inicial dos Beneficiários (Antes do Microcrédito)..... | 76 |
| Quadro 26: O Rendimento Inicial dos Beneficiários e o Salário Mínimo Nacional | 77 |
| Quadro 27: Apoio Social aos Beneficiários | 78 |
| Quadro 28: O Rendimento Final dos Beneficiários (Após o Microcrédito) | 78 |
| Quadro 29: A variação do Rendimento dos Beneficiários | 79 |
| Quadro 30: A variação do Rendimento dos Beneficiários (Continuação) | 79 |
| Quadro 31: Forma Funcional: Teste Ramsey Reset | 85 |
| Quadro 32: Heterocedasticidade: Teste White | 87 |
| Quadro 33: Heterocedasticidade: Teste Breusch-Pagan..... | 88 |
| Quadro 34: Heterocedasticidade: Teste Gleijer | 88 |
| Quadro 35: Autocorrelação: Teste Breusch-Godfrey | 89 |

Índice de Ilustrações

| | |
|---|----|
| Ilustração 1: Distribuição dos Projectos Creditados por NUTII (1999-2011)..... | 47 |
| Ilustração 2: Distribuição dos Projectos por Sector de Actividade | 48 |
| Ilustração 3:Grupo Etário dos Beneficiários (1999 – 2011)..... | 48 |
| Ilustração 4:Habilitações Literárias dos Beneficiários (1999 – 2011) | 49 |
| Ilustração 5: Imagens da Loja de Artesanato..... | 52 |
| Ilustração 6: Género de Veículo Utilizado na Venda Ambulante de Vestuário | 54 |

Introdução

A nível internacional, o microcrédito é uma das actividades integradas no sector da microfinança, cujo objectivo é permitir que os pobres tenham acesso aos serviços financeiros. Em Portugal apenas existe o microcrédito que é uma actividade recente e em expansão desde a sua implementação em 1998, por intermédio da ANDC (Associação nacional de Direito ao Crédito). À semelhança do que se constata no resto do mundo, o microcrédito a nível nacional tem como finalidade facilitar o acesso dos seus beneficiários financeiramente desfavorecidos ao crédito bancário, como forma de investirem numa actividade que permita-lhes o autosustento e a evasão à pobreza.

Autores internacionais como Yunus (1997), Khandeker (1998), Hulme e Mosley (1996) abordaram a relação existente entre o microcrédito e o combate à pobreza em países como o Bangladesh, sendo que os últimos testaram o impacto do microcrédito no rendimento líquido dos beneficiários, à semelhança do que foi feito no presente trabalho. Ambos os autores acima citados concluíram que o microcrédito contribuiu para o aumento do rendimento e consequentemente para a redução da pobreza dos seus beneficiários, tendo Hulme e Mosley (1996) ainda constatado que o aumento de rendimento é mais acentuado nos beneficiários acima do limiar de pobreza dos respectivos países.

Para o caso específico de Portugal, existem trabalhos académicos acerca do microcrédito que abordam, entre outros, assuntos como o padrão de incumprimento dos microempréstimos, o financiamento da iniciativa microempresarial, a sobrevivência das microempresas, a regulamentação da actividade de microcrédito e a relação entre o microcrédito e a exclusão social e financeira. Quanto ao impacto do microcrédito no rendimento dos beneficiários, este parece que foi até hoje apenas abordado pela Univer-

sidade Católica do Porto¹, pelo que achamos interessante explorar o tema e comparar os nossos resultados com os obtidos no estudo referido. O nosso estudo compara o rendimento dos mesmos beneficiários no momento de adesão ao microcrédito e o seu rendimento três anos depois, ou seja, no momento previsto para o reembolso do empréstimo, abrangendo neste caso impactos no rendimento até ao ano 2010, tendo em conta que a nossa amostra é composta por projectos aprovados até ao ano 2007. O estudo da Universidade Católica por sua vez apenas avalia impactos no rendimento dos beneficiários até ao ano 2006, tendo em conta que compara os rendimentos de um grupo de controlo composto por créditos aprovados no ano 2006, mas que ainda não haviam surtido efeito no rendimento dos beneficiários, com os rendimentos de um grupo de tratamento composto por beneficiários que haviam aderido ao microcrédito há algum tempo, não definindo contudo a duração deste período durante o qual o microcrédito terá tido impacto no seu rendimento. Para além disso, o nosso estudo tem em conta a relação do rendimento inicial dos beneficiários com o salário mínimo nacional, bem como o impacto no rendimento do indicador de conjuntura económica no ano de aprovação dos microempréstimos.

Para atingirmos o objectivo proposto de mensurar o impacto do microcrédito no rendimento dos beneficiários dos distritos de Lisboa e Porto, que aderiram ao microcrédito entre 1999 e 2007, recorreremos à construção de modelos econométricos de regressão linear múltipla, utilizando como variáveis dependentes a variação do rendimento e o rendimento final dos beneficiários. As variáveis dependentes são explicadas em função de indicadores socioeconómicos como o montante do microcrédito concedido, o sexo, a

¹ Carvalho Mendes, A.M.S *et al.* (2007), Estudo de avaliação do sistema do Microcrédito em Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, Quaternaire, Portugal.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

idade, o estado civil, o nível de escolaridade, o tipo de actividade desenvolvida e o sector onde se insere, entre outras variáveis que diferenciam os beneficiários e fazem variar o impacto do microcrédito no seu nível de rendimento. Os dados utilizados ao longo do trabalho foram em parte fornecidos pela ANDC e restantes obtidos através de inquérito aos beneficiários do microcrédito.

Com base nos modelos construídos e na análise de dados complementares, podemos constatar que o microcrédito contribuiu para o aumento do rendimento da maior parte dos beneficiários, com maior impacto para os beneficiários do distrito do Porto em relação ao distrito de Lisboa. Contudo, grande parte das microempresas criadas com a ajuda do microcrédito não sobreviveram à conjuntura económica desfavorável, considerada como a principal causa do seu insucesso, tendo encerrado antes dos primeiros três anos de vida.

Apesar de aparentemente poder contribuir para o aumento do rendimentos dos beneficiários em Portugal, o microcrédito apresenta limitações, por ser um sector jovem e pouco divulgado. Isso faz com que não atinja o público alvo, tendo em conta que mais de 50% dos beneficiários da nossa amostra tinham um rendimento inicial superior ao salário mínimo nacional, para além da dependência financeira do sector face ao estado e da necessidade de melhor acompanhamento na implementação dos projectos, segundo declarações dos beneficiários inquiridos.

Quanto à estrutura da tese, encontra-se dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo será dedicado à definição dos conceitos de microfinança e microcrédito, e à avaliação da sua situação actual a nível mundial, com referência aos obstáculos que lhes têm vindo a ser colocados e às suas probabilidades de expansão.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

A pobreza, bem como a exclusão social e financeira, como conceitos e situações que justificam em parte a iniciativa de concessão de microempréstimos, serão abordadas no segundo capítulo.

O enquadramento do microcrédito em Portugal, a comparação com o microcrédito na União Europeia e os casos de sucesso e insucesso ocorridos no ramo a nível nacional serão o objecto de estudo do terceiro capítulo.

No quarto capítulo, será analisada a questão da pobreza em Portugal, com explicitação das questões de investigação a serem tidas em consideração e a referência aos estudos já efectuados abordando o tema do microcrédito, a nível nacional e internacional.

A metodologia a ser aplicada no sexto capítulo na construção dos modelos económicos é explicada ao longo do quinto capítulo. Os modelos serão regressões lineares múltiplas, estimadas com o intuito de avaliar o impacto do microcrédito no rendimento financeiro disponível dos beneficiários, e verificar se o mesmo pode ser relacionado com a redução da pobreza em Portugal.

Por último, constarão as notas conclusivas e as limitações verificadas ao longo da realização do trabalho.

1. Microfinança e Microcrédito

A finalidade do primeiro capítulo é efectuar um resumo e análise crítica da perspectiva apresentada por diversos autores, acerca de temas e ideias debatidos em torno dos conceitos de microfinança e de microcrédito. Pretende-se perceber como surgiram estas actividades, como evoluíram ao longo das últimas décadas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e as expectativas de desenvolvimento futuro.

1.1. Os conceitos de Microfinança e Microcrédito e as suas Origens

A microfinança e o microcrédito são actualmente reconhecidos como instrumentos de desenvolvimento económico e combate à pobreza. Asseguram a provisão de serviços financeiros aos pobres e às pessoas com baixos rendimentos, privadas do acesso ao sector bancário formal, excluídas social e financeiramente ou em vias de virem a sê-lo. São normalmente pessoas que possuem ideias de negócio viáveis e iniciativas empreendedoras, que pretendam montar, ampliar ou melhorar o seu próprio negócio, transformando-se em microempreendedores.

Weber (2004) distingue a microfinança do microcrédito. Define o microcrédito como uma vertente da microfinança, destinada especificamente à concessão de pequenos empréstimos a pessoas individuais, ou normalmente organizadas em grupos quando se trata dos países subdesenvolvidos e vivendo em pobreza extrema. O objectivo é que o capital seja investido numa actividade produtiva rentável, contribuindo para a subsistência, auto-emprego e independência financeira dos beneficiários.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

De salientar ainda que o microcrédito não se restringe à concessão de crédito, mas engloba também um processo de formação, acompanhamento e assistência técnica ao beneficiário, tanto na preparação da implementação do negócio, como ao longo da sua concretização. A microfinança, para além do crédito ao consumo e ao investimento, oferece um leque variado de outros serviços financeiros, como depósitos, afectação de poupanças, seguros, transferências de fundos, bolsas de estudo, cartões de crédito, entre outros serviços.

A origem da microfinança remonta já há algumas décadas, é pouco evidente e difícil de determinar. Pode ser atribuída às primeiras iniciativas surgidas na Europa Ocidental no final do século XIX, como o Banco Raiffeisen na Alemanha, criado por Friedrich W. Raiffeisen, que conseguiu organizar os agricultores pobres, através de cooperativas de crédito e grupos de poupança, mostrando-lhes um caminho para saírem da exclusão social (Hollis e Sweetman, 1998). Alternativamente, as primeiras cooperativas de crédito “ Brain Rurali” na Itália, os empréstimos de caridade na Inglaterra, a criação dos Bancos dos Pobres no século XVIII, ou mesmo à criação da moeda nos países do sul da Europa, são apontadas como possíveis origens da microfinança (Lelart, 2007).

As actividades de microcrédito e microfinança afirmaram-se nos últimos 30 anos, após o surgimento nas décadas de 60 e 70 de duas iniciativas pioneiras de financiamento aos pobres.

Uma primeira iniciativa surgiu em 1961 na América Latina, por Joseph Blatchford, estudante de direito que ajudou a criar na Venezuela uma ONG denominada ACCION, cujo objectivo inicial era o combate à pobreza nas favelas venezuelanas. Foi

iniciada a actividade creditícia a partir de 1973 e a ACCION transformou-se numa das principais instituições apoiantes do microcrédito e líder em microfinança².

Outra iniciativa mais conhecida foi desenvolvida em 1976, por intermédio de Muhammad Yunus, Economista e Professor da Universidade de Chitagong no Bangladesh, o mentor do depois conhecido como projecto Grameen. Yunus começou por emprestar cerca de 27 dólares a 42 mulheres realmente pobres³, para que desenvolvessem o seu próprio negócio, livrando-as da dependência de empréstimos dos agiotas.

As duas iniciativas atrás referidas, sobretudo a do Banco Grameen foram de tal modo relevantes, que foram replicadas dando origem a novos projectos. Os mais relevantes foram o Banco Sol na Bolívia, o Banco Rakyat e o Banco Deas Kredit na Indonésia e ainda os Bancos de aldeia iniciados pela FINCA (Fundação para a Assistência da Comunidade Internacional).

Para o reconhecimento do microcrédito e da microfinança nos dias de hoje, contribuíram a iniciativa da Organização das Nações Unidas em declarar o ano de 2005 como Ano Internacional do Microcrédito (ONU, 2004), e a atribuição pela Comissão Nobel Norueguesa do Prémio Nobel da Paz de 2006 a Muhammad Yunus e ao Banco Grameen, como recompensa pelos esforços em estimular o desenvolvimento económico e social com recurso ao microcrédito (Sengupta e Aubuchon, 2008).

² Toda a informação referida sobre a ACCION Internacional acedida em: <http://www.accion.org/>

³ O CGAP (*Consultative Group to Assist the Poorest*) e o *Microcredit Summit Campaign Committee* definem pobre, como alguém que se encontra abaixo do limiar da pobreza (varia com o país), e o mais pobre como alguém que se encontra na metade inferior daqueles que estão abaixo da linha da pobreza. Citado em (Yunus, 2006: 106)

1.2. Desenvolvimento e Actualidade da Microfinança e do Microcrédito

O sector da microfinança tem vindo a crescer na última década, evidenciando características distintas em cada país ou região, dada a natureza específica de cada economia e população.

Os principais actores responsáveis pelo desenvolvimento do sector da microfinança são as IMF (Instituições Microfinanceiras). De acordo com o CGAP (*Consultative Group to Assist the Poor*), as IMF constituem um vasto conjunto de entidades que variam em termos da sua estrutura legal, dimensão, e metodologia de actuação, mas que partilham o objectivo comum de prestarem serviços financeiros aos pobres. Segundo classificação utilizada pela MIX (*Microfinance Information Exchange*), quanto ao estatuto jurídico, as IMF podem ser Bancos Comerciais, Organizações Não Governamentais (ONG), Intermediários Financeiros Não Bancários (IFNB), Cooperativas ou Uniões de Crédito, Bancos Rurais, entre outras categorias. As ONG são a forma mais comum de instituição microfinanceira⁴. A maior parte das IMF começaram a sua actividade como instituições sem fins lucrativos, transformando-se posteriormente em ONG (Canale, 2001). Por volta da década de 90 houve uma tendência para a integração das IMF no sistema financeiro formal, como foi o caso do Banco Sol na Bolívia que foi a primeira ONG a converter-se em um banco comercial de depósitos (Hulme e Mosley 1996, Volume 2).

⁴ *Microfinance Information Exchange, 2008 MFI Benchmarks.*

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

Em 2001, verificava-se uma distribuição irregular das IMF pelas diferentes regiões do globo, com 80% dos mutuários activos abrangidos por apenas 3% das IMF existentes. Com efeito, os continentes Asiático e Latino-americano são as regiões que mais se destacam em termos de desenvolvimento da microfinança (Nagarajan, 2001). A Ásia detinha em 1998 a maior concentração de IMF e o maior volume de empréstimos concedidos (Lapenu e Zeller, 2001), justificado pelo facto de deter na altura 55% da população pobre mundial e por ser o berço do Grameen Bank (McGuire, 1998). Na América Latina encontravam-se as IMF melhor sucedidas e com recorde em termos de montante médio de crédito concedido, apesar da reduzida abrangência das zonas rurais. Este problema já não se verificava na Ásia onde as IMF aproveitam a elevada densidade populacional das zonas rurais para reduzirem os custos de transacção (Lapenu e Zeller, 2001). Em contrapartida, o número de beneficiários abrangidos pelo sector no continente africano é cerca de 3 a 6% inferior à Ásia e à América Latina, devido à ausência de infra-estruturas e reduzida diversificação das actividades económicas, levando a maiores custos de transacção e fraca produtividade do sector, sobretudo a nível rural (*MicroBanking Bulletin*, 2001; *Centre for the Study of Financial Innovation*, 1998; Mosley e Rock, 2004; Lapenu e Zeller, 2001).

Em termos globais, os dados referentes ao sector da microfinança em 2007, evidenciam uma considerável evolução relativamente a 1997. Tal constata-se tanto a nível do número de programas de microfinança como em termos do número de clientes pobres abrangidos, como podemos ver pelo quadro que se segue.

Quadro 1: Progresso da Microfinança (31/12/1997- 31/12/2007)

| Data | Nº Programas | Clientes | Clientes Pobres ⁵ |
|------------|--------------|-------------|------------------------------|
| 31-12-1997 | 618 | 13.478.797 | 7.600.000 |
| 31-12-1998 | 925 | 20.938.899 | 12.221.918 |
| 31-12-1999 | 1.065 | 23.555.689 | 13.779.872 |
| 31-12-2000 | 1.567 | 30.681.107 | 19.327.451 |
| 31-12-2001 | 2.186 | 54.932.235 | 26.878.332 |
| 31-12-2002 | 2.572 | 67.606.080 | 41.594.778 |
| 31-12-2003 | 2.931 | 80.868.343 | 54.785.433 |
| 31-12-2004 | 3.164 | 92.270.289 | 66.614.871 |
| 31-12-2005 | 3.133 | 113.261.390 | 81.949.036 |
| 31-12-2006 | 3.316 | 133.030.913 | 92.922.574 |
| 31-12-2007 | 3.552 | 154.825.825 | 106.584.679 |

Fonte: Microcredit Summit Campaign

No período considerado, mais de 80% dos mutuários abrangidos eram do sexo feminino, que representava mais de 40% dos mutuários activos em todas as regiões do globo (ver quadro 1 no anexo I). São portanto evidentes os esforços da microfinança em combater a exclusão social que afecta o género feminino, sobretudo em países com culturas e tradições que impõe a total submissão das mulheres face aos homens.

Para além dos dados aqui apresentados e segundo a *Planet Finance*, estima-se que em 1998 existissem cerca de 3.000 IMF, servindo 12 milhões de beneficiários. Os referidos valores, 13 anos mais tarde evoluíram para cerca de 10.000 IMF, abrangendo mais de 190 milhões de mutuários, estando ainda por abranger perto de 500 milhões.

Reddy (2007) citado por Sengupta e Aubuchon (2008) atribui o rápido crescimento do sector da microfinança na última década à relevância assumida pela afectação de

⁵ “Clientes pobres” refere-se a todos aqueles cujo rendimento diário é inferior a 1\$ americano.

poupanças⁶ como principal fonte de financiamento das IMF a nível global e ao surgimento, a partir do ano 2000, de novas fontes de financiamento desta actividade⁷. O financiamento em questão é proveniente de instituições financeiras internacionais, destinado tanto à concessão de crédito como à actividade operacional das IMF.

Ainda no âmbito da análise histórica do sector da microfinança, convém referir que o mesmo sofreu um período de abrandamento do ritmo de crescimento, coincidente com a crise dos mercados financeiros mundiais por altura do ano 2008. De acordo com um estudo efectuado pelo CGAP, constatou-se em todas as regiões do globo uma redução ou estagnação dos lucros e da carteira de empréstimos brutos em 65% das IMF e a deterioração da qualidade dos serviços prestados. As IMF dependentes da concessão de crédito como única fonte de financiamento foram as mais afectadas, dada a maior exposição ao risco de refinanciamento e às restrições de liquidez, devido à nacionalização e falência de grandes instituições financeiras nos E.U.A e na Europa, como seguradora AIG (American International Group) e o banco Lehman Brothers (Reille e Kneiding, 2009).

Contudo, o facto do sector da microfinança ter construído bases sólidas com algumas instituições resistentes, contribuiu para que sobrevivesse aos efeitos adversos da crise financeira (Littlefield e Kneiding, 2009).

⁶ Os dados referentes à representatividade dos depósitos de poupança nos activos das IMF nos diversos continentes em 2005 e 2007, podem ser consultados em: Stephens, B, (2008), A transformative period for microfinance, *The Microbanking Bulletin*, **16**, 19; Reddy (2007) citado em Sengupta e Aubuchon (2008).

⁷ Segundo dados do CGAP (1998), Focus note 13, O montante adicional de financiamento das microfinanças em 1998, ascendeu aos 3,9 mil milhões de dólares, acumulando os 14,8 mil milhões de dólares, com 63% destinado à concessão de empréstimos e o restante ao financiamento da actividade operacional das IMF.

1.3. Países Desenvolvidos e Países Subdesenvolvidos

Grande parte da literatura acerca da microfinança aponta-a como uma iniciativa de sucesso no combate à pobreza nos países subdesenvolvidos (Hulme e Mosley, 1996; Khandeker, 1998). Contudo, subsistem dúvidas acerca do desempenho da microfinança e do seu contributo para a melhoria do nível de vida dos pobres nos países desenvolvidos.

Autores como Yunus defendem a importância da microfinança na promoção do auto-emprego e combate à pobreza, independentemente do nível de desenvolvimento económico do país em questão. “ *...o auto-emprego não só é relevante no Terceiro Mundo, como também pode ajudar a resolver o problema da pobreza nas sociedades mais avançadas e desenvolvidas da terra. A nossa experiência desde o Ártico ate aos andes, de Chicago até à China, demonstra que o modelo Grameen não se limita à cultura do Bangladesh para ter sucesso*”(Yunus, 1997).

O autor recorre a casos bem sucedidos de replicação do projecto Grameen em economias desenvolvidas, para fundamentar o seu ponto de vista⁸.

Contudo, não deixa de reconhecer uma certa resistência à microfinança por parte de alguns países desenvolvidos como os da Europa Ocidental. “ *Muitas organizações de caridade europeias, já para não falar de intelectuais, banqueiros e jornalistas, interessam-se pelas nossas ideias, mas poucos estão dispostos a iniciar programas de microcrédito. No mundo desenvolvido, o maior problema consiste em repor os estragos provocados pelo sistema de segurança social. Muitos calculam rapidamente o dinheiro que*

⁸ Consultar exemplos de sucesso apresentados pelo autor em: Yunus (1997: 243-260).

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

perderão da segurança social ao tornarem-se trabalhadores independentes e concluem que não ganharão com isso” (Yunus, 1997).

A ausência de espírito empreendedor é um dos factores que dificultam o bom desempenho da microfinança nos países desenvolvidos. É agravado pela facilidade de acesso ao mercado de trabalho assalariado, em oposição à escassez de emprego nos países subdesenvolvidos. Por outro lado, a forte competitividade do mercado empresarial nas economias desenvolvidas, imposta pelas grandes superfícies comerciais (como o *Wal Mart* e a *McDonalds* nos EUA) leva ao incremento dos custos de inserção dos pequenos empreendimentos no mercado económico e financeiro, ao passo que nos países subdesenvolvidos os pequenos empresários competem ao mesmo nível (Ashe, 2000).

O quadro que se segue ilustra as diferenças em termos da dimensão alcançada pela microfinança nestes dois contextos diferentes.

Quadro 2: Distribuição da Microfinança por Região (31/12/2006_31/12/2007)

| Região | Nº Programas | Cientes 2006 | Cientes 2007 | Pobres 2006 | Pobres 2007 |
|--------------------------------------|--------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Africa Sub-Sahariana | 935 | 8.411.416 | 9.189.825 | 6.182.812 | 6.379.707 |
| Ásia e Pacífico | 1.727 | 112.714.909 | 129.438.919 | 83.755.659 | 96.514.127 |
| América Latina e Caraíbas | 613 | 6.755.569 | 7.772.769 | 1.978.145 | 2.206.718 |
| Médio Oriente e Norte de África | 85 | 1.722.274 | 3.310.477 | 755.682 | 1.140.999 |
| Total Países Subdesenvolvidos | 3.360 | 129.604.168 | 149.711.990 | 92.672.298 | 106.241.551 |
| America do Norte e Europa Ocidental | 127 | 54.466 | 176.958 | 25.265 | 109.318 |
| Europa Oriental e Ásia Central | 65 | 3.372.280 | 4.936.877 | 225.011 | 233.81 |
| Total Países Industrializados | 192 | 3.426.746 | 5.113.835 | 250.276 | 343.128 |
| Total | 3.552 | 133.030.914 | 154.825.825 | 92.922.574 | 106.584.679 |
| % Países Subdesenvolvidos | 94,6 | 97,4 | 96 | 99,7 | 99,7 |

Fonte: Microcredit Summit Campaign, Report 2009.

Vejamos outras características de alguns países desenvolvidos, que os distinguem dos países subdesenvolvidos e que dificultam o seu sucesso no sector da microfinança.

Países da Europa Ocidental, nomeadamente Reino Unido, Espanha, Alemanha e Itália (Jeremie, 2009).

- Imaturidade do sector da microfinança em termos de organização, por contar com apenas uma década de vida;
- Dificuldade em encontrar modelos de gestão que combinem a performance social e financeira (ultrapassar este obstáculo, foi um dos compromissos assumidos pela UE (União Europeia), ao designar o ano 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social);
- IMF debatem-se com uma regulamentação e estruturas jurídicas mais robustas do que as existentes nos países subdesenvolvidos, que limita a sua actividade ao impor-lhes elevadas despesas de licenciamento e constituição jurídica, para além da limitação dos serviços que estas podem prover;
- Persiste em alguns países europeus a ausência de legislação específica para a microfinança, sobretudo no Reino Unido onde o sector não existe oficialmente e não há um modelo definido de microfinança;
- Inadequado estudo do mercado alvo, dada a ausência de programas de marketing adequados para medir a amplitude da procura e oferecer produtos que vão de encontro às reais necessidades dos beneficiários;
- Reduzida dimensão do mercado de PME e do sector de microfinança que continua a ser associado ao terceiro mundo e acaba por ser relegado para o plano das iniciativas de solidariedade, mesmo em países como a França onde o sector é

considerado bastante desenvolvido, devido ao desempenho da ADIE (*Association pour le Droit à l'initiative Economique*) e da REM (Rede Europeia de Microfinança) (Huang *et al*, 2010).

Canadá

- A reduzida procura pelos serviços de microfinança e reduzido número de empréstimos concedidos, devido à aversão ao risco por parte dos pobres e insuficiente divulgação do sector faz com que ao contrário dos países subdesenvolvidos, não se aproveitem economias de escala, o que associado à dispersão geográfica dos beneficiários eleva os custos operacionais e dificulta a sustentabilidade financeira das IMF (Huang *et al*, 2010);
- Reduzido apoio governamental ao sector, devido à crença na teoria económica do *laissez - faire*, em que se acredita que o mercado por si só consegue corrigir problemas como o desemprego (Huang *et al*, 2010).

EUA (Estados Unidos da América)

É considerado como um dos países onde as iniciativas da microfinança não alcançaram os resultados desejados (Pollinger *et tal*, 2007). A iniciativa *Good Faith Fund*, uma das reproduções do projecto *Grameen* em Arkansas nos EUA é indicada como um caso que ilustra este fracasso. Apesar de deter um dos sistemas financeiros mais avançados do mundo, entre 12 a 15 milhões de famílias norte americanas não têm acesso aos serviços financeiros básicos (Hou *et tal*, 2005). A população abaixo do limar de pobreza

é estimada em cerca de 8% do total da população⁹. As limitações no sector da microfinança em relação aos países subdesenvolvidos são as seguintes.

- Falha do Grameen em implementar o sistema de grupos de empréstimo do microcrédito. A reduzida responsabilidade social e o facto de os grupos serem formados por desconhecidos impediram o aproveitamento de vantagens como a redução do risco de incumprimento com o aumento do efeito das sanções sociais por incumprimento (Schreiner e Morduch, 2001);
- Necessidade de analisar a relação custo - benefício dos programas de microfinança para garantir custos baixos e qualidade elevada;
- Contudo, a microfinança nos EUA, usufrui da vantagem de existirem adequadas infra-estruturas de ensino, que reduzem os custos de formação dos microempreendedores. Estes custos tendem a ser mais elevados nos países desenvolvidos, onde a maior complexidade dos negócios empreendidos implica maiores gastos com formação, ao contrário dos países subdesenvolvidos onde as actividades por conta própria são mais elementares.

Contrariamente ao que acontece nos EUA e ilustrando o diferencial de desempenho da microfinança em realidades económicas diferentes, o Bangladesh é o exemplo de um dos países, a seguir à Índia, onde a actividade da microfinança alcançou os melhores resultados (MIX, 2009)¹⁰. De acordo com o Banco Mundial, a microfinança terá contribuído para a redução da pobreza no Bangladesh de 51% em 1996 para 40% em 2005

⁹ *Grameen Foundation*: <http://www.grameenfoundation.org/americas/united-states> e Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/country/united-states>.

¹⁰ Microfinança no Bangladesh em 2009: 73 IMF, 20.6 milhões de beneficiários e 2.3 bilhões de dólares em empréstimos. Ver dados para a Índia e o Paquistão em <http://data.worldbank.org/country/india> e <http://www.mixmarket.org/mfi/country/Pakistan>.

(Yunus, 1997)¹¹. O elevado nível de pobreza, num dos países com maior densidade populacional, afectado por catástrofes naturais, onde o microcrédito pode ser uma das poucas alternativas de financiamento foram as bases que contribuíram para a afirmação da microfinança.

Khandeker (1998) também concluiu que os participantes de programas de microcrédito no Bangladesh viram a seu rendimento líquido e o consumo *per capita* aumentarem, para além das melhorias a nível do emprego, do incremento na escolarização e nutrição infantil, do aumento do uso de métodos contraceptivos e redução da fertilidade, tendo tudo isso resultado na redução da pobreza moderada e extrema em cerca de 1% ao ano.

Pode-se por fim concluir que as características específicas do contexto financeiro, económico e social dos países subdesenvolvidos são mais propícias ao sucesso da microfinança. Contudo, tal não implica que a mesma não possa de todo resultar nos países desenvolvidos e que a universalidade da microfinança defendida por Yunus não tenha fundamento. Mas é preciso ter presente as diferenças existentes entre estes dois contextos que impedem o sucesso da replicação integral do modelo Grameen nos países desenvolvidos. Não existem modelos perfeitos para os programas de microfinança, e como tal, estes têm que se adaptar às características económicas, financeiras, jurídicas, sociais e culturais de cada contexto e dependerão da cooperação dos agentes institucionais financeiros e sociais para alcançarem a eficiência.

¹¹ Credit and Development Fórum. (2006), *Bangladesh microfinance country profile*, Bangladesh. <http://www.microfinancegateway>.

Convém também salientar que apesar do sucesso alcançado nos países subdesenvolvidos, os obstáculos da microfinança não se limitam aos países desenvolvidos e estão presentes em todos os contextos, como poderemos ver no ponto seguinte.

1.4. Desafios e Potencial de Crescimento

Após a informação apresentada nos pontos anteriores, estamos em condições de identificar os principais desafios enfrentados pela microfinança e pelo microcrédito de forma generalizada.

A actividade desenvolvida pelas IMF está associada a elevados custos de transacção que têm posto em causa a sua sustentabilidade financeira, levando-as a praticarem elevadas taxas de juro anuais que rondam os 20%, em países como o Bangladesh (Yunus, 1997). Cerca de 46%¹² das IMF que forneceram dados ao MIX em 1998 e de 26% em 2008 (ver quadro 2 no anexo I) eram insuficientes financeiramente, o que contrasta com a taxa de reembolso dos empréstimos concedidos que rondava os 90% em 1998, (Morduch, 1999). Tal deve-se à pequena dimensão dos serviços prestados e à necessidade de prestação de informações e acompanhamento dos respectivos clientes no período pré e pós negocial (Chen et al, 2010).

Aos custos de transacção associam-se os custos de financiamento. Apesar de concederem crédito, o facto da maior parte das IMF não preencherem os requisitos em termos de escala e sustentabilidade financeira próprios de instituições financeiras faz com sejam consideradas com pertencentes ao sistema financeiro informal. Com efeito, enfrentam limitações jurídicas que dificultam o seu financiamento no mercado financeiro de capital a custos padrões, com algumas impossibilitadas de recorrerem à afectação

¹² The Microbanking Bulletin,(1998), Highlights, **2**, 15.

de poupanças como meio de financiamento alternativo, percepcionado como menos volátil e com custos inferiores ao financiamento junto de fontes privadas (CGAP, 1998).

Actualmente, as limitações no acesso ao capital, são um dos principais obstáculos à criação de micro, pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento das já existentes (Comissão Europeia, 2003).

Além disso, as IMF são frequentemente confrontadas com barreiras fiscais em detrimento de incentivos da mesma ordem, como impostos demasiado elevados para a respectiva dimensão e imposições de limites as taxas de juro dos microempréstimos (Jayo et al, 2008; Thiel, 2009). Esta é uma realidade presente em países desenvolvidos como os da União Europeia.

Para além dos obstáculos acima citados, alguns autores mostram-se reticentes em relação aos benefícios do microcrédito para a redução da pobreza, apesar dos vários autores que comprovam o contrário como Yunus (1997), Khandeker (1998) e Hulme e Mosley (1996).

Murdoch (1998), Noronah (1997) e Elahi e Danopoulos (2004) ¹³ afirmam que o impacto do microcrédito no combate à pobreza é bastante reduzido uma vez que se trata de uma solução bastante restrita perante a dimensão da pobreza mundial e que a sobre - estimação dos efeitos do microcrédito tem desviado a atenção da sociedade dos verdadeiros factores que causam a pobreza no terceiro mundo.

Baseando-se em outros argumentos, Bhatta (2001), Shaw (2004) e Roth (1997) condicionam o êxito das IMF à existência em simultâneo de elevada densidade popula-

¹³Obras citadas em: Pontificia Universidad Javeriana. (2008), El microcrédito como instrumento para el alivio de la pobreza: Ventajas y limitaciones, *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Colombia, **5**, 61,101.

cional e de infra-estruturas de mercado, de comunicação, de acesso geográfico e educacional para a adequada formação dos microempreendedores.

Caso contrário, e segundo Mosley (1998) e Shaw (2004), os efeitos do microcrédito acabam por ser mais evidentes na população pobre com rendimentos mais elevados do que na população vivendo em pobreza extrema. Os extremamente pobres acabam muitas vezes por usar os microempréstimos para o consumo ou por dedicarem-se a actividades com fraca capacidade de expansão, devido à inexistência das condições citadas pelos autores anteriores.

Com base nos mesmos fundamentos, Khandeker (1998) e Hulme e Mosley (1997) alertam para o facto de que, apesar de positivos, os efeitos do microcrédito na redução da pobreza em países como o Bangladesh pode ser um fenómeno de curto prazo, contribuindo para um aumento inicial do rendimento, mas que depois acaba por atingir uma fase de estagnação a longo prazo.

Apesar das condicionantes ao desenvolvimento do sector da microfinança, é preciso admitir que contribui para melhorar as condições de vida dos pobres, para além de incentivar o hábito de poupança e gestão do rendimento, reduzindo os impactos de crises financeiras e de despesas inesperadas (Littlefield, Murdugh y Hashemi, 2003). Todavia, o microcrédito não deve ser encarado como a única solução para a pobreza, pois a actuação das IMF por si só não é suficiente e deve ser aliada a outras políticas sociais, económicas, e de assistência técnica que permitam a melhor repartição do rendimento, para o incremento do crescimento económico¹⁴.

¹⁴ Todos os autores referenciados na página 21 foram citados em Pontificia Universidad Javeriana. (2008), El microcrédito como instrumento para el alivio de la pobreza: Ventajas y limitaciones, *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Colombia, **5**, 61,106.

Existe a crença de que a microfinança dispõe de um forte potencial de crescimento que lhe permitirá tornar-se parte do sistema financeiro global e abranger a maior parte dos pobres até 2016. Este optimismo baseia-se na expectativa de entrada de novas IMF no sector da microfinança que tenderão a investir na inovação tecnológica. O número de pessoas ainda não abrangidas pela microfinança, cerca de 500 milhões, constitui um mercado potencial a explorar pelo sector, suficiente para assegurar o crescimento e compensar os obstáculos subjacentes (Rhyne e Otero, 2006; Littlefield e Kneiding, 2009).

De seguida, iremos debruçar-nos sobre a pobreza e a exclusão social e financeira, bem como sobre o seu vínculo com o sector da microfinança.

2. Pobreza

Este capítulo destina-se à abordagem dos problemas de pobreza, exclusão social e exclusão financeira.

A pobreza é actualmente um dos maiores problemas sociais da Humanidade, que de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas) afecta 16% da população mundial. Estende-se aos domínios económico e social, ao limitar a participação activa dos pobres no crescimento económico e ao impedir que estes tenham níveis de bem-estar adequados às necessidades humanas, desencadeando diversos problemas sociais que serão aqui referidos. Com efeito, a redução da pobreza extrema¹⁵ e da fome para

¹⁵ Pobreza extrema - pessoas que vivem com menos de 1 dólar (0,72€ ao câmbio de 19/10/2011) por dia. Definida ainda como consumo máximo de 1740 calorias diárias, associada a pessoas com deficiências alimentares crónicas, a maior parte iletrados, em situação de insegurança endémica e vítimas de expropriação de activos como as terras: Hashemi, S e Zaman, H, (2001).

metade até 2015 figura entre os oito objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos no ano 2000 na Declaração do Milénio das Nações Unidas¹⁶.

Em 2005, 1.374 milhões de pessoas viviam com menos de 1.25\$ por dia, o que correspondia a 25.2 % da população mundial, enquanto a proporção de pessoas vivendo com menos de 2 dólares diários situava-se nos 47%, cerca de 2.564 milhões¹⁷. Segundo relatório das Nações Unidas¹⁸, a recente crise financeira terá lançado ou mantido na pobreza extrema entre 47 e 84 milhões de pessoas, vivendo em 2010 com menos de 1.25\$ diários.

Na União Europeia, em 2008, mais de 80 milhões de pessoas encontravam-se na pobreza ou em risco de pobreza (cerca de 17% da população), sendo mais de metade mulheres e 20 milhões de crianças, sobretudo as de famílias numerosas ou monoparentais. O desemprego figura como a principal causa da pobreza no continente europeu e é um problema que afecta um em cada cinco jovens acima dos 25 anos (Comissão do Parlamento Europeu, 2010).

Em resposta a estes e outros problemas sociais, a Comissão Europeia definiu em Março de 2010 a estratégia “vinte – vinte” que sucede a Estratégia de Lisboa¹⁹ e pretende atingir um conjunto de metas na União Europeia até 2020. Essas metas consistem em

¹⁶ PNUD, Relatório do desenvolvimento humano de 2005, 39.

¹⁷ “Limiar da pobreza” definido como 60% do rendimento mediano. Centro de Estudos para a Intervenção Social. (1995), Actas do seminário, Pobreza e exclusão Social, Percurso e perspectivas da investigação em Portugal, *Eurostat PAUE*.

¹⁸ United Nations, (2011), *World economic situation and prospects 2011*, New York, 3.

¹⁹ A Estratégia de Lisboa ou Agenda de Lisboa, criada em 2000, é um conjunto de linhas de acção política interdependentes dirigidas à modernização e crescimento sustentável da economia europeia, através do incremento da produtividade, com base na valorização dos recursos humanos e no modelo europeu de protecção social, tendo sido delineada em Março de 2000, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Conselho Económico e Social, (2005), *Estratégia de Lisboa*, Parecer de iniciativa, Lisboa, 3.

dois desafios (crescimento anual do PIB de 2% e 5,6 milhões de empregos em dez anos), cinco objectivos (empregabilidade de 75% da população entre os 20 e 60 anos, investimento de 3% do PIB em I&D, cumprimento dos objectivos ecológicos e de protecção ambiental, taxa de abandono escolar inferior a 10% e 40% de jovens com ensino superior, redução em 20 milhões do número de pessoas em risco de pobreza) e três prioridades (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo).

Veremos de seguida em que medida a pobreza se relaciona com a exclusão social e a exclusão financeira como problemas eminentes nas sociedades actuais.

2.1. Pobreza e Exclusão Social

A pobreza em termos absolutos não pode ser definida independentemente dos níveis de rendimento disponível e da sua distribuição. Considera-se como sendo a ausência de condições financeiras para aquisição dos bens matérias indispensáveis à subsistência e satisfação de necessidades básicas como alimentação, habitação, água potável, saneamento, saúde, educação e informação (Eurostat, 2010).

Esta é a definição mais utilizada em países subdesenvolvidos, enquanto nos países desenvolvidos tem-se mais em conta a noção de pobreza relativa (Amaro, 2003). Este último conceito comparando o nível de vida dos indivíduos com o nível médio de vida da sociedade, considerando pobres em termos relativos aqueles para quem “*a respectiva renda e os recursos são tão inadequados que os impede de terem um padrão de vida considerado aceitável na sociedade onde vivem*” (Eurostat, 2010).

Pereirinha (2008) distingue a pobreza subjectiva da pobreza objectiva. A primeira é baseada na auto-avaliação de cada indivíduo quanto ao seu bem-estar, em função da satisfação com o respectivo rendimento disponível. A segunda, por sua vez, é baseada

na análise científica do nível de bem-estar, medida com base em indicadores de condições de vida diversos, de natureza material e psicológica.

As alterações ocorridas na forma de organização e funcionamento das sociedades levaram à predominância de comportamentos individualistas e consumistas nas sociedades actuais, elevando as exigências em termos de padrões de vida e contribuindo para a quebra dos laços sociais e de solidariedade.

Tal remete-nos para o conceito de exclusão social introduzido pela primeira vez em 1974 por Jean Lenoir (Morão, 2003). É um conceito multidimensional, mais moderno e abrangente que o da pobreza, considerado por alguns autores como resultado da evolução deste último (Amaro, 2003).

Costa (1998) identifica cinco dimensões da exclusão social, sendo a pobreza uma delas: a dimensão económica ou a pobreza propriamente dita, a dimensão social ou o processo de isolamento social do indivíduo, a dimensão cultural ou a discriminação étnica ou religiosa, as questões patológicas e os comportamentos de risco que possam prejudicar não apenas o próprio como aqueles com quem interage.

Nem todos os tipos de exclusão acima citados são necessariamente derivados da pobreza e escassez de recursos, pois embora se acredite que a pobreza aumente as probabilidades de exclusão social, os dois estados podem existir de forma independente sem que um implique necessariamente o outro (Amaro, 2003).

Apesar das distinções, a pobreza e a exclusão social são conceitos utilizados conjuntamente, sendo encarados como duas formas diferentes de analisar a ausência de bem-estar de um indivíduo, devido a desvantagens causadas por carência de natureza material ou imaterial. A pobreza concentra-se na questão da ausência de rendimento e da sua distribuição como questões fundamentais para a satisfação das necessidades

básicas. A exclusão social, por sua vez, engloba outras necessidades como as relações afectivas do indivíduo com a família e a sociedade, a participação activa nas actividades culturais do meio em que se insere, o exercício da cidadania através do poder de decisão em termos da política e economia do próprio país, a inclusão num mercado de trabalho, entre outros aspectos considerados necessários ao bem-estar²⁰. O desemprego é considerado como uma das principais causas da exclusão social²¹.

Costa (1998) e Yunus (1997) partilham a ideia de que a luta contra a pobreza não se deve limitar a eliminar a privação de rendimentos através de esmolas, mas sim a promover a auto-suficiência dos pobres a todos os níveis, incentivando o empreendedorismo, donde surge a importância atribuída ao microcrédito como instrumento de combate à pobreza e promoção da inserção social e do bem-estar.

2.2. Exclusão Financeira

A exclusão financeira é um problema que resulta da inexistência ou limitação do acesso, ou utilização de produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado, de forma adequada e que se adaptem às necessidades e possibilidades financeiras de cada indivíduo. A participação de qualquer indivíduo no sector financeiro da sociedade integrante pressupõe o acesso às transacções bancárias, aos serviços de poupança, crédito e seguros, considerados como os serviços financeiros essenciais (Comissão Europeia, 2008).

²⁰ Duas escolas de pensamento acerca da situação dos grupos desfavorecidos: A tradição britânica centra-se nos aspectos distributivos do rendimento ou especificamente na questão da pobreza, e a escola de pensamento francesa, que atribuiu maior importância às relações sociais como uma necessidade básica. (Pereirinha 2008, 286-287).

²¹ Microfinance Centre, European Microfinance Network, Community Development Finance Association. (2006), *From exclusion to inclusion through microfinance- Report 4 - Innovative approaches and products for combating financial exclusion.*

Estima-se que a proporção de pessoas desprovidas de acesso aos serviços financeiros a nível mundial se situe nos 80% (*Planet Finance*, 2011). Segundo divulgado pela Comissão Europeia em 2008 com base em Eurobarometer 60.2. (2003), a exclusão financeira afectava a generalidade dos países membros da União Europeia, com taxas de exclusão entre 1% nos países com níveis de vida mais elevados e os 48% nos países com reduzido rendimento interno. Portugal evidenciava na altura uma taxa de exclusão de 17%, situando-se no conjunto dos países com nível médio - alto de exclusão financeira.

À semelhança da exclusão social, a exclusão financeira não é um conceito absoluto e como tal existem diversos níveis de exclusão financeira, conforme o grau de conhecimento e envolvimento dos indivíduos com cada ramo dos serviços financeiros. Contudo convêm distinguir as pessoas que não têm ao seu alcance os serviços financeiros de que necessitam ou a quem estes não são disponibilizados de forma adequada, daqueles que tendo acesso aos mesmos serviços optam por não os utilizar por considerarem que estes não se adaptam às suas necessidades específicas. Quando se trata do acesso aos serviços bancários, os dois grupos acima citados designam-se nomeadamente por *unbanked* e *marginally banked*.

A exclusão financeira pode resultar de fenómenos financeiros e sociais diversos, como o desemprego gerado pela maior flexibilidade do mercado de trabalho ou o desincentivo à poupança provocado pelos sistemas de segurança social.

Do lado da oferta dos serviços financeiros, as causas que contribuem para a exclusão financeira prendem-se sobretudo com as características dos produtos. A sua adequabilidade às necessidades dos mutuários, os custos por vezes elevados de acesso e utilização e a forma como os mesmos são distribuídos e promovidos, com estratégias de

marketing pouco claras e sem a definição prévia do público-alvo. O facto das instituições financeiras demonstrarem alguma relutância em aceitarem clientes considerados como de elevado risco devido à sua instabilidade financeira, e a elevada complexidade dos contratos de prestação dos serviços financeiros, levam ao desfasamento entre as instituições e os potenciais clientes em risco de exclusão, nomeadamente, jovens, idosos, emigrantes, desempregados, famílias monoparentais, moradores de zonas rurais, pessoas com baixo nível de escolaridade, entre outros.

Já do lado da procura, a exclusão financeira resulta na maior parte das vezes da inexistência de dinheiro para poupar ou para assumir os custos associados à utilização dos serviços. Quando tal não se aplica, muitas vezes é resultado da auto-exclusão, devido à crença de que os serviços financeiros não são para os pobres, preferência por fontes informais de poupança ou medo de perda do controlo do próprio dinheiro, devido à falta de confiança nos bancos ou experiências passadas pouco gratificantes. Estas dificuldades estão mais associadas à utilização do que à acessibilidade aos serviços financeiros, motivado por falta de literacia financeira ou por preconceitos ligados à religião, cultura ou meio em que se vive (Anderloni e Carluccio, 2006).

As consequências da exclusão financeira são visíveis tanto na vida económica dos excluídos, na forma de afectação dos recursos disponíveis e no padrão de consumo e de vida em geral, como no modo como participam nas actividades sociais, na interacção com a sociedade e no respectivo bem-estar (Kempson *et al*, 2005). Como é evidente, a mesma está estritamente associada à exclusão social e à pobreza, sendo difícil definir se a exclusão financeira se trata de uma causa, uma consequência da exclusão social ou ambas as coisas.

Neste sentido, a exclusão financeira é tida como um dos vários processos integrantes da exclusão social. Os indivíduos socialmente excluídos ou em risco de exclusão social, normalmente são também excluídos financeiramente. A exclusão financeira por sua vez não implica necessariamente a exclusão social mas aumenta as probabilidades para que tal ocorra, podendo ser o início ou o reforço da exclusão social (Comissão Europeia, 2008). Com efeito, a exclusão financeira impede o acesso ao capital necessário ao desenvolvimento das empresas e ao consumo pessoal, gerando dificuldades de integração económica através do emprego e auto emprego²².

Tal nos leva a crer que o acesso aos serviços financeiros é fundamental para o desenvolvimento económico e integração social, no combate à pobreza e exclusão social. Para tal contribui o microcrédito com a promoção do acesso ao crédito, empreendedorismo e auto-emprego, complementado com os restantes serviços financeiros disponibilizados pela microfinança.

²² Microfinance Centre, European Microfinance Network, Community Development Finance Association. (2006), *From exclusion to inclusion through microfinance- Report 4 - Innovative approaches and products for combating financial exclusion.*

3. O Microcrédito em Portugal

A finalidade deste capítulo é descrever a realidade do microcrédito em Portugal, estabelecendo um paralelo com a União Europeia. Serão portanto citadas as principais entidades que contribuíram para o desenvolvimento do microcrédito a nível nacional, bem como os progressos alcançados.

Actualmente, o tecido empresarial português é composto essencialmente por micro, pequenas e médias empresas²³, que em 2008 representavam 99,7% das sociedades não financeiras do país. Neste universo, as microcrempresas constituíam 86% do total de PME (Pequenas e Médias Empresas) (INE, 2010a). Isto mostra a importância que o microcrédito poderá assumir no apoio à expansão dos negócios de pequena dimensão já existentes e na criação de novos projectos.

A ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) é a entidade mais representativa da promoção do microcrédito em Portugal, à qual se deve grande parte do desenvolvimento e expansão trilhado pelo microcrédito a nível nacional. As alianças estabelecidas com instituições nacionais de diversa natureza contribuíram para que fossem projectados e concretizados até hoje mais de 1200 microprojectos. Porém, como em toda e qualquer actividade, nem todos os projectos foram bem sucedidos, como poderemos ver nos exemplos de casos de sucesso e insucesso que serão apresentados no final deste capítulo.

²³ A comissão Europeia define como PME as empresas com menos de 250 empregados, com volume de negócio anual até 50 milhões de euros e como microempresas as que empregam menos de 10 trabalhadores e cujo volume de negócio não exceda 2 milhões de euros.

3.1. Caracterização Através de Análise Comparativa com a União Europeia

A Comissão Europeia tem vindo a manifestar o seu interesse em promover o microcrédito²⁴ e a microfinança na União Europeia (Jayo *et al*, 2010). Com efeito, a crença de que o microcrédito pode desempenhar um papel importante dentro da Estratégia de Lisboa, cujos objectivos de coesão económica e social vão de encontro às finalidades do microcrédito, terá contribuído para o desenvolvimento do sector através do combate ao desemprego e da promoção do empreendedorismo e do crescimento económico (Jayo *et al*, 2010a; Comissão das Comunidades Europeia, 2007; Hölvényi, 2009; Canale, 2010).

O microcrédito em Portugal é uma realidade recente, à semelhança dos restantes países da Europa Ocidental, que data do ano de 1998 com a criação da ANDC. Apesar de se encontrar na fase inicial, em 2009 a taxa de sucesso dos negócios financiados pelo microcrédito (ANDC) a nível nacional rondava os 95.9%.

A REM (Rede Europeia de Microfinança) desenvolveu um estudo acerca do progresso do microcrédito na União Europeia entre os anos 2008 e 2009, englobando 179 IMF das cerca de 297 existentes em 21 estados membros (Jayo, *et al* 2010).

O microcrédito na União Europeia abrangeu em 2009, 135.815 beneficiários com 69.320 empréstimos no total de 784 milhões de euros, sendo o montante médio por empréstimo de 10.012€ (ver quadros 3, 4 e 5 no anexo II).

²⁴ A União Europeia define como microcrédito os empréstimos inferiores a 25.000€, concedido aos pobres para à criação de um negócio próprio, (não é uniforme devido aos diferenciais de poder de compra e o montante exigido para começar um negócio em cada país).

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

O estudo acima citado indica um montante médio por empréstimo para Portugal de €8.000 euros, que se acredita que deva englobar a totalidade dos microempréstimos aprovados por todas as instituições envolvidas no sector, para além dos aprovados pela ANDC, uma vez que a esta divulgou para o ano 2009, um montante médio de empréstimos inferior, de aproximadamente €5.400 (ANDC, 2009). A taxa de juro média de 3%, associada aos microempréstimos nacionais encontrava-se igualmente abaixo da taxa média de 9% praticada na União Europeia. Na verdade, as taxas de juro reduzidas e inferiores à média da União Europeia podem ser consideradas como um aspecto positivo, justificadas pelo facto dos bancos que actuam em parceria com a ANDC suportarem parte dos custos de transacção, uma vez que em contrapartida beneficiam da publicidade gratuita que a ANDC faz dos seus serviços (Segundo José Centeio, Secretário Geral da ANDC).

Os resultados acima citados levam a crer que na generalidade, os países da União Europeia terão evoluído em termos de crescimento e desenvolvimento do microcrédito. Contudo o facto do sector da microfinança na União Europeia se encontrar no início do processo de expansão, iniciado na década de 90 faz com que evidencie uma certa fragilidade em relação às restantes regiões como a Ásia e a América Latina, onde o historial do microcrédito é mais longo (Jayo, *et al* 2008).

O quadro que se segue mostra que os pobres abrangidos pelo microcrédito em 2009 na União Europeia representam apenas 0,17% da população em risco de pobreza, com uma média de 0,001 empréstimos por cada pessoa em risco de pobreza. Isso mostra que há ainda muito por fazer para que o microcrédito alcance resultados significativos na redução da pobreza, tendo em conta que mesmo no caso da Finlândia que é o país

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

que apresenta melhores resultados em termos de abrangência, os beneficiários do microcrédito representam apenas 2,67% da população em risco de pobreza.

Quadro 3: Microcrédito na União Europeia (2009)

| 2009 | A População em Risco de Pobreza | B ²⁵ % | C Beneficiários | D Microempréstimos | C/A | D/A |
|-------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|-------|-------|
| Bélgica | 1.569.950 | 14,60% | 3.491 | 835 | 0,22% | 0,05% |
| Bulgária | 1.658.228 | 21,80% | 3.248 | 2.637 | 0,20% | 0,16% |
| Alemanha | 12.710.365 | 15,50% | 2.513 | 8.205 | 0,02% | 0,07% |
| Irlanda | 667.505 | 15,00% | 151 | 55 | 0,02% | 0,01% |
| Espanha | 8.936.494 | 19,50% | 9.786 | 5.172 | 0,11% | 0,06% |
| França | 8.303.338 | 12,90% | 70.252 | 28.863 | 0,85% | 0,35% |
| Itália | 11.048.293 | 18,40% | 2.146 | 1.909 | 0,02% | 0,02% |
| Letónia | 581.153 | 25,70% | 63 | 149 | 0,01% | 0,03% |
| Hungria | 1.243.841 | 12,40% | 2.589 | 10.402 | 0,21% | 0,84% |
| Holanda | 1.829.922 | 11,10% | 541 | 572 | 0,03% | 0,03% |
| Polónia | 6.521.235 | 17,10% | 1.769 | 16.665 | 0,03% | 0,26% |
| Portugal | 1.902.278 | 17,90% | 829 | 454 | 0,04% | 0,02% |
| Roménia | 4.815.690 | 22,40% | 15.163 | 3.493 | 0,32% | 0,07% |
| Finlândia | 735.031 | 13,80% | 19.6 | 3.194 | 2,67% | 0,44% |
| Suécia | 1.231.094 | 13,30% | 8 | 864 | 0,00% | 0,07% |
| Reino Unido | 10.655.951 | 17,30% | 3.102 | 880 | 0,03% | 0,01% |
| EU (27) | 81.451.640 | 16,3 | 135.815 | 84.523 | 0,17% | 0,10% |

Fonte: Eurostat e REM (Rede Europeia de Microfinança)²⁶

No caso de Portugal, apesar dos avanços verificados pelo microcrédito, resultantes da actividade desenvolvida pela ANDC e colaboradores, o país é um dos países que se encontra aquém da média da União Europeia em termos do número médio de empréstimos por cada membro da população em risco de pobreza (0,0002), sendo igualmente um dos países onde o número de beneficiários do microcrédito é pouco representativo face à totalidade dos necessitados (0,04%).

²⁵ Os valores da coluna B representam a percentagem de população em risco de pobreza relativamente à população total de cada país.

²⁶ Apesar do estudo da REM acima referido englobar 21 países da União Europeia, do quadro constam apenas os países com dados para todos os itens considerados.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

Tal desperta a atenção para as limitações do sector português de microcrédito, levando a ponderar acerca do que já foi feito e do que há por fazer para impulsionar o desenvolvimento do sector no combate à pobreza e à exclusão social e financeira.

O microcrédito em Portugal é uma actividade pouco atractiva para o sector bancário, devido aos custos de transacção e reduzido lucro associado aos empréstimos de pequena dimensão e que acarretam um risco elevado dada a inexistência de garantias como contrapartida.

Por seu turno, a elevada dependência do microcrédito face ao financiamento oriundo de administrações públicas condiciona o desenvolvimento do sector, com cerca de 90% das despesas da ANDC suportadas pelo IEF (Instituto do Emprego e Formação Profissional) (Carvalho Mendes *et al*, 2007). O ideal seria no entanto que houvesse maior representatividade de outras fontes de financiamento, nomeadamente contribuições voluntárias de fontes privadas, bem como o apoio de políticas públicas através de instrumentos fiscais de incentivo à acção social.

Para além das questões financeiras, o microcrédito em Portugal enfrenta obstáculos de ordem cultural. Segundo a REM, em 2009 cerca de 53% (na UE menos de 50%) dos Portugueses preferiam o trabalho assalariado ao autoemprego. Contudo, segundo artigo publicado pelo Expresso Emprego em Abril do corrente ano, este cenário tende a alterar-se, pois o número de desempregados a investir na criação do próprio negócio, aumentou cerca de 40% em 2011, face a 2010. A crise económica tem levado os portugueses a mudarem a sua postura face ao desemprego, reduzindo a preferência pelo trabalho assalariado.

A escassez de meios institucionais que permitam que o microcrédito alcance o seu público-alvo, bem como a insuficiente divulgação nos centros de emprego do IEF

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

foram apontados pela ANDC em uma de suas conferências em Novembro de 2004, como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do sector na referida data.

Com efeito, Manuel Brandão Alves, na altura Presidente da ANDC, referiu na Conferencia Internacional do Microcrédito em 2006 que de entre outros aspectos “*O trabalho em rede; o estabelecimento de um Estatuto para o microempresário do microcrédito; a regulamentação do quadro de desenvolvimento das actividades da microfinança*” são fulcrais para o progresso do microcrédito em Portugal.

O Decreto-lei que cria as sociedades financeiras de microcrédito, aprovado a 30 de Dezembro de 2009 pela Presidência do Conselho de Ministros, pode ser encarado como um primeiro passo para o aparecimento de sociedades financeiras no sector. No referido decreto são definidas características específicas a que deve obedecer a actividade do microcrédito em Portugal, pretendendo-se com isso, o alargamento do acesso ao mesmo, para além do desenvolvimento económico através da criação de pequenas e médias empresas e da promoção do emprego.

Conclui-se que Portugal é um país pequeno, com fraca iniciativa empresarial, onde a taxa de empreendedorismo em 2004 era de apenas 4%, bastante reduzida em relação aos restantes países europeus e com tendência decrescente desde 2001 (Martins Silva, 2006; Coutinho e Silva, 2005)²⁷.

Para ultrapassar o problema da falta de empreendedorismo que afecta a expansão do sector do microcrédito em Portugal, é preciso que haja maior envolvimento das instituições sociais em parcerias com a ANDC, de forma à maior aceitação do microcrédito junto do sector financeiro em geral, fazendo com que deixe de ser percebido como

²⁷ Taxa de empreendedorismo definida com a representatividade dos indivíduos com iniciativa de negócio no total da população activa (França e Irlanda com taxas de 6% e 8%). Coutinho e Silva (2005).

um método de caridade que envolve empréstimos, uma actividade marginal no seio dos bancos, ou apenas uma forma de manifestar responsabilidade social e apoio ao empreendedorismo (Portela et al. 2008, citado em Pires 2009). A partilha das boas práticas de microcrédito, de países europeus bem sucedidos a este nível, orientadas para as populações tanto urbanas como rurais e para o aumento de escala a fim de reduzir custos são medidas adequadas para a promoção do microcrédito em Portugal (*Planet Finance*, 2007).

3.2. ANDC, Parcerias e Colaboradores

A ANDC, recentemente reconhecida como Instituição de Utilidade Pública, é uma organização privada sem fins lucrativos fundada em Dezembro de 1998, cuja actividade no território nacional teve início em Abril de 1999 (Coutinho e Silva, 2005).

Tem como finalidade combater a exclusão social e económica através da promoção do acesso ao crédito para início ou continuidade de um projecto negocial, por parte de pessoas em risco de exclusão social ou financeira, com dificuldades de financiamento junto dos bancos nacionais.

A ANDC não se ocupa do financiamento dos projectos, mas sim da divulgação do microcrédito junto dos potenciais candidatos e da intermediação entre estes e os bancos. Os projectos apresentados pelos candidatos ao crédito são analisados pelos gestores de projecto da ANDC que avaliam se os mesmos são exequíveis e capazes de originar uma actividade económica e auto-emprego. Caso a ANDC aceite o projecto, este é sujeito à aprovação do financiamento por parte de um dos bancos que colaboram com a mesma. Uma vez aceite e concedido o crédito, o candidato é acompanhado pela ANDC durante todo o período de concretização do projecto e até ao reembolso total do empréstimo,

com o intuito de garantir que o capital é destinado à finalidade produtiva inicialmente proposta.

O trabalho da ANDC é complementado com recurso a parcerias com diversas instituições, tanto da área financeira como da área social (Carvalho Mendes *et al*, 2007).

Para esse efeito, a ANDC, desde 1999 estabeleceu parcerias com o IEFP e com o Banco Millenium BCP. Em 2005 foram estabelecidas parcerias com a Caixa Geral de Depósitos e em 2006 com o Banco Espírito Santo (Alves, M.B, 2006). Para além das instituições bancárias, estabelece parcerias com organizações estrangeiras congéneres como a francesa ADIE, com autarquias locais e organismos públicos, e com uma série de instituições sociais nacionais como a Caritas Portuguesa e a Fundação AMI que divulgam o microcrédito junto das respectivas comunidades e encaminham para a ANDC os possíveis candidatos (Coutinho e Silva, 2005).

Entre a ANDC e o IEFP existe uma parceria baseada no último protocolo assinado entre as partes em 2006, em que o IEFP financia parte da actividade da ANDC, em proporção do número de negócios concretizados. O valor do financiamento pode ir até ao montante máximo de 700.000 euros que corresponde a aproximadamente 220 projectos creditados (Segundo José Centeio).

O Millenium BCP, como decorre do que foi dito acima, por sua vez, foi o primeiro banco nacional a apoiar a ANDC no projecto de implementação do microcrédito em Portugal, tendo concedido até 2004 mais de 2 milhões de euros a cerca de 500 microempresários (Coutinho e Silva, 2005). Em Novembro de 2005, o banco decidiu em simultâneo, lançar a sua própria iniciativa de microcrédito (Castro Miranda, 2008).

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

Este exemplo foi seguido pelos restantes bancos, que mantiveram simultaneamente os protocolos com a ANDC. Tal mostra o potencial de propagação do microcrédito a nível nacional a partir das raízes lançadas pela ANDC (Martins Silva, 2006).

Os financiamentos feitos pelos bancos, por intermédio da ANDC estão associados a um montante mínimo de 1.000 euros e máximo de 10.000 euros, compostos por uma primeira parcela máxima de 7.000 euros atribuída no início do 1º ano e uma segunda de 3.000 euros no início do 2º ano, caso o projecto se mostre viável. O reembolso do empréstimo é efectuado mensalmente, podendo o prazo máximo variar entre os 36 e os 48 meses, consoante o banco a financiar o projecto. A taxa de juro dos empréstimos corresponde à Euribor 3M adicionada de um *spread* de 2% ou 3% que varia com os bancos.

Aos beneficiários do microcrédito não é exigida qualquer garantia real de reembolso, mas sim um fiador que se responsabilize por 20% do capital do crédito concedido. Paralelamente, a ANDC criou um fundo de garantia correspondente a 5% do montante total de crédito concedido com vista a fazer face a possíveis dificuldades de reembolso por parte dos microempresários (Belo e Centeio, 2001).

Estatísticas ANDC

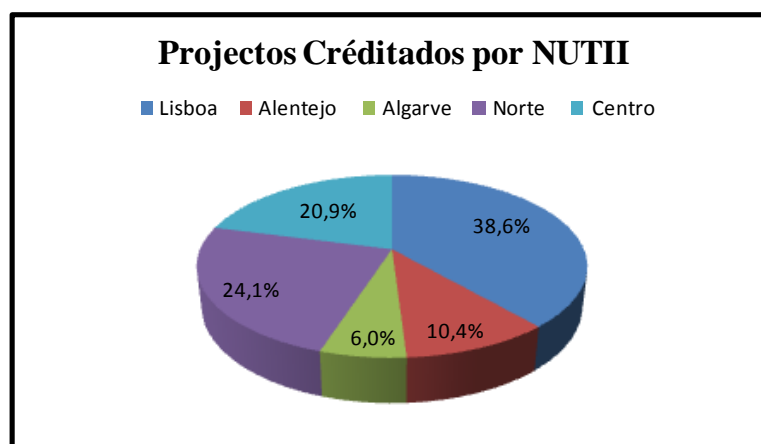
Quadro 4: Projectos Creditados e Valor Médio dos Empréstimos

| Ano | Projectos Creditados | Valor Médio Empréstimos € |
|--------------------|----------------------|---------------------------|
| 1999 | 19 | 3.639,78 |
| 2000 | 65 | 3.576,64 |
| 2001 | 66 | 4.638,73 |
| 2002 | 57 | 4.416,88 |
| 2003 | 91 | 4.368,54 |
| 2004 | 71 | 4.698,84 |
| 2005 | 151 | 4.576,20 |
| 2006 | 123 | 4.273,08 |
| 2007 | 159 | 5.427,56 |
| 2008 | 247 | 6.008,35 |
| 2009 | 228 | 6.045,45 |
| 2010 | 153 | 6.127,42 |
| 2011 | 13 | 7.611,25 |
| Total/Média | 1.443 | 5.399,79 |

Fonte: ANDC

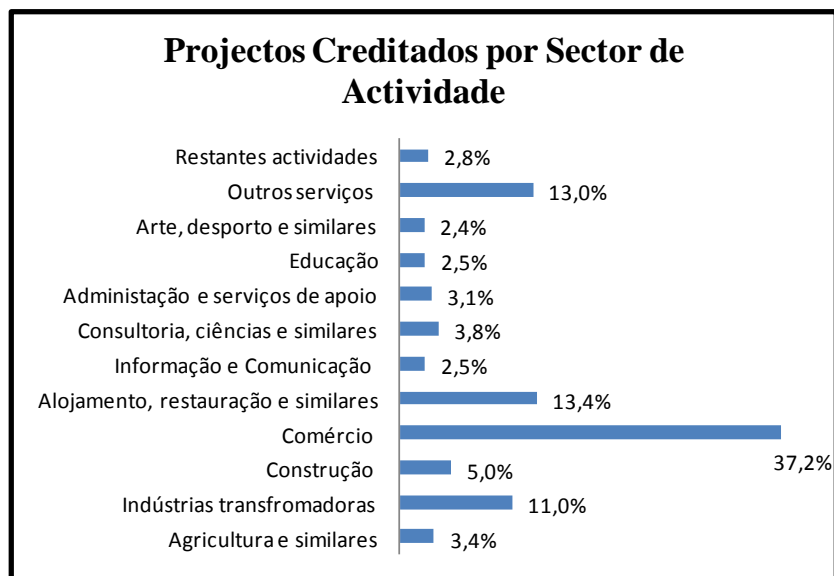
Entre 1999 e Abril de 2011, a ANDC ajudou a creditar 1.443 projectos, que originaram 1.868 postos de trabalho. O financiamento dos projectos ascendeu a 7.791.898,03 euros, sendo o montante médio dos empréstimos de 5.399,79 euros (ver quadro 4).

Ilustração 1: Distribuição dos Projectos Creditados por NUTII (1999-2011)



Fonte: ANDC

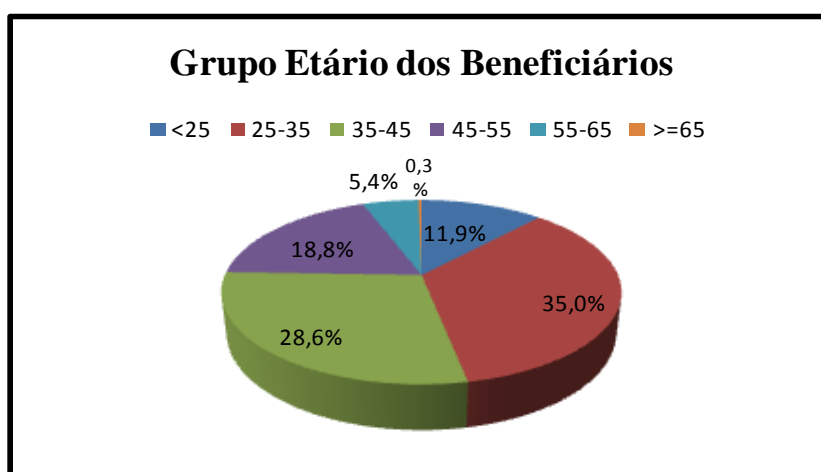
Ilustração 2: Distribuição dos Projectos por Sector de Actividade



Fonte: ANDC

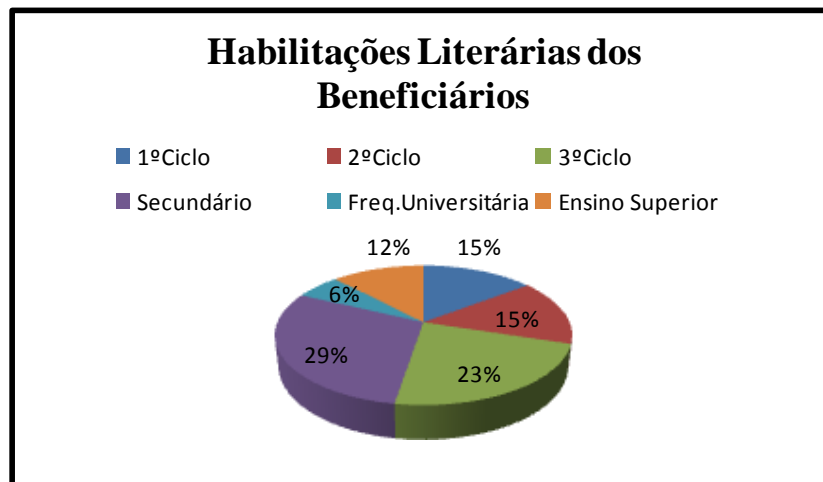
Como era de se prever, as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto tiveram o maior número de projectos aprovados. Os sectores de comércio, alojamento e restauração e serviços detiveram a maior representatividade das actividades de microcrédito, sendo sectores com maior expressão nas regiões urbanas (ver ilustrações 1 e 2).

Ilustração 3: Grupo Etário dos Beneficiários (1999 – 2011)



Fonte: ANDC

Ilustração 4: Habilitações Literárias dos Beneficiários (1999 – 2011)



Fonte: ANDC

Portugal não foge à regra da maior parte dos países, com as mulheres a representarem a maior parte dos beneficiários abrangidos pelo microcrédito (52,7%), a predominarem de igual modo os beneficiários em idade jovem entre os 25 e os 35 anos (35,0%) e com o ensino secundário (29,2%) (ver ilustrações 3 e 4).

Até 2008, a tendência foi de expansão generalizada da actividade da ANDC, tendência esta que se inverteu nos dois anos seguintes, reflectindo-se em reduções tanto a nível do número de projectos creditados como dos montantes de financiamento (ANDC, 2010). Estas reduções estarão certamente associadas à conjuntura económica e financeira mundial pouco favorável que tem caracterizado os últimos três anos.

3.3. Projectos de Sucesso e Insucesso Financiados pelo Microcrédito em Portugal

Após a análise teórica do microcrédito e da microfinança e para melhor percebermos como se passa da teoria à prática, vamos apresentar dois casos distintos de projectos financiados pelo microcrédito em Portugal. O objectivo inicial era analisar três casos

de sucesso e três casos de insucesso dos distritos de Lisboa e Porto, de negócios com características distintas e cujos determinantes do sucesso ou do insucesso fossem também diferentes. Entretanto só foi possível apresentar um caso de sucesso e um de insucesso e ambos do distrito de Lisboa. Tal deveu-se a limitações de ordem geográfica e da indisponibilidade da maior parte dos beneficiários para testemunharem a sua experiência, sobretudo aqueles que não foram bem sucedidos.

Em primeiro lugar apresentaremos o caso de sucesso e posteriormente o de insucesso.

3.3.1. O Caso de Sucesso: Loja de Artesanato

O senhor Wilson Pumacayo Conde de 50 anos, natural do Perú, é um microempendedor bem sucedido que testemunhou-nos a sua experiência com o microcrédito. O nosso entrevistado abriu-nos as portas da sua loja de produtos artesanais localizada no nº 74 da Rua Madalena na Baixa Chiado.

Antes de recorrer ao microcrédito viajava por vários países, dedicando-se à carreira de músico, de onde surgiu a ideia de comercializar instrumentos musicais artesanais.

Recorreu ao microcrédito em Julho de 2002, seguindo a indicação de amigos, tendo em cerca de 45 dias recebido um empréstimo de €5.000 que foi suficiente para abrir a sua primeira loja de artesanato. Wilson não teve dificuldades em reembolsar o empréstimo e conseguiu expandir o negócio, tendo substituído a primeira loja por outra de maior dimensão.

Passados quase dez anos, é detentor de um negócio bem sucedido que oferece aos seus clientes produtos artesanais nacionais e importados, que vão desde vestuários até esculturas de madeira, com preços entre os 3€ e os 100€. Contudo não sente a necessi-

dade de expandir o negócio, pois considera ter atingido o pretendido. Em alternativa pondera contratar mão-de-obra, para além da ajudante de que dispõe actualmente, tendo em conta a grande quantidade de trabalho devido às constantes viagens para aquisição de mercadoria.

Para o sucesso do negócio contribuíram:

- _ A localização da loja numa zona privilegiada do centro da cidade;
- _ O facto de não ter sido afectado pela redução da procura com a crise financeira, tendo em conta que 90% dos clientes são turistas;
- _ A inexistência de forte concorrência, por oferecer preços acessíveis e por não existirem lojas semelhantes nas proximidades e o facto do negócio não ter um carácter sazonal;
- _ A inovação tecnológica que permite fazer a promoção da loja em redes sociais como o *Facebook* e comprar parte das mercadorias pela internet directamente às empresas importadoras, com inclusão da entrega a domicílio, o que reduz os custos de transacção;
- _ A qualidade do atendimento e apoio disponibilizado pela ANDC, que reconhece como uma grande associação onde teve a oportunidade de fazer amizades.

Wilson não se arrepende de ter recorrido ao microcrédito e não vê quaisquer aspectos negativos no mesmo. Com base na sua experiência aconselha o recurso ao microcrédito, desde que haja empenho e força de vontade para trabalhar.

Seguem-se algumas fotos feitas aquando da visita à loja de artesanato

Ilustração 5: Imagens da Loja de Artesanato



Fonte Própria

3.3.2. O Caso de Insucesso: Venda Ambulante de Vestuário

O nosso segundo caso real é o do senhor António Libânio Savedra de 53 anos, português, residente em Lisboa, que gentilmente disponibilizou-se a contar-nos a sua experiência com o microcrédito.

Recorreu ao microcrédito pela primeira vez em Julho de 2005, do qual teve conhecimento através de um conhecido, intermediário da ANDC. Pretendia obter financiamento para aquisição de mercadorias para expandir o negócio ao qual sempre se dedicou de venda ambulante de vestuário em diversas feiras da capital.

O primeiro empréstimo no montante de €2.500 foi disponibilizado pelo Millenium BCP em parceria com a ANDC e demorou menos de 15 dias. O negócio foi bem sucedido de início e permitiu o reembolso de 50% do empréstimo cerca de um ano mais tarde, altura em que António decidiu pedir o segundo empréstimo. Após o segundo empréstimo começou a ter prejuízos com o negócio, deixando de poder pagar as prestações. Consequentemente foi obrigado a cessar a actividade, destruindo os dois postos de trabalho que criara, nomeadamente o seu e o da esposa.

António identifica as seguintes causas de insucesso do negócio:

_ A crise financeira que levou ao encerramento de grande parte das fábricas de vestuário do norte do país onde adquiria as suas mercadorias e à redução do poder de compra e da procura no mercado alvo;

_ O carácter incerto e volátil do trabalho ambulante dependente das condições climáticas e influenciado negativamente pelos custos de deslocação e transporte da mercadoria que rondavam os 400€ mensais;

_ O reduzido montante de crédito disponibilizado que revelou-se insuficiente para o financiamento proposto de 82% do negócio.

Para além dos aspectos acima citados, o beneficiário considera que poderia ter recebido mais apoio por parte da ANDC em termos de acompanhamento e implementação do projecto, tendo em conta que não dispunha de habilitações e conhecimentos de gestão suficientes para tal. Contudo reconhece o recente apoio da associação que o aconselhou sobre a melhor forma de concretizar o seu desejo de saldar o restante montante do empréstimo em dívida.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

Apesar de não ter sido bem sucedido, António diz que no futuro, quando liquidar a sua dívida gostaria de voltar a recorrer ao microcrédito, mas desta feita para deixar a actividade ambulante e montar uma loja de vestuário. Aconselha o recurso ao microcrédito, desde que haja a garantia de que o montante do empréstimo será suficiente para cobrir todas as despesas de financiamento.

Para concluir, a imagem que se segue mostra o tipo de veículo em tempos utilizado pelo senhor António para transporte da mercadoria enquanto mantinha a actividade de feirante.

Ilustração 6: Género de Veículo Utilizado na Venda Ambulante de Vestuário



Fonte: Internet

Com estes dois casos reais de negócios financiados pelo microcrédito, concluímos que este nem sempre está associado ao êxito. Existe uma série de factores que ultrapassam o microcrédito em si que vão desde o tipo de negócio implementado até à conjuntura económica e que influenciam o desfecho de um projecto de investimento.

4. O Microcrédito e a Luta Contra a Pobreza em Portugal

Como atrás referido, o microcrédito é uma actividade recente na realidade portuguesa e o seu desenvolvimento é atribuído principalmente ao trabalho da ANDC, apoia-

do pelo IEFP e por alguns bancos e organismos sociais. A iniciativa de Yunus em popularizar o microcrédito no Bangladesh veio comprovar que o microcrédito permitiu reduzir a pobreza naquele país e em outros países com realidades sociais idênticas. Contudo, o microcrédito em Portugal assume características diferentes, tendo em conta que não está focado essencialmente nas mulheres, não adopta o sistema de grupos de empréstimo e não se restringe à criação de negócios mas também ao financiamento de negócios já existentes com o intuito de expansão (Alves, 2006).

O que aqui se pretende é analisar o impacto que o mesmo tem tido na realidade portuguesa que em muito se diferencia da realidade social e financeira asiática, tendo em conta que a Ásia vive uma pobreza extrema que implica fome e risco de sobrevivência, enquanto a pobreza em Portugal não assume proporções tão extremas e está normalmente mais associada ao desemprego e à dependência de apoios sociais. Com efeito, é necessário caracterizar o estado da pobreza em Portugal e avaliar se o microcrédito realmente contribui para o aumento do nível de rendimento disponível e redução da pobreza a longo prazo.

4.1. Enquadramento Teórico da Pobreza em Portugal

Portugal é uma pequena economia, com reduzida projecção dentro da União Europeia, tanto em termos políticos como económicos e financeiros. De acordo com dados do Eurostat, em 2010, o rendimento médio mensal em Portugal situava-se nos €785, com uma taxa de desemprego harmonizada de 10,9%, superior aos 9,6% da EU, dada a taxa de inactividade de 38,3%.

O cenário económico e político actual de Portugal é pouco favorável. A União Europeia está de olhos postos no país, após os últimos acontecimentos que levaram à destituição do governo, antecipação das eleições para a Assembleia da República e res-

gate financeiro pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, à semelhança da Grécia e da Irlanda. O endividamento de Portugal, com os juros da dívida pública a atingirem níveis jamais vistos (juros das Obrigações do Tesouro acima dos 10% em todas as maturidades, dos 2 aos 9 anos, segundo o Diário Económico a 26 de Maio de 2011) evidenciam a sua incapacidade para honrar os seus compromissos e levantam dúvidas acerca da sua capacidade para reembolsar os 78 mil milhões de euros provenientes da ajuda externa. Em consequência, as medidas de austeridade reforçadas pelo acordo de resgate financeiro reflectem-se em cortes salariais na função pública e aumento de impostos, que acabam por afectar principalmente os extractos sociais mais desfavorecidos, fomentando o risco de pobreza.

Os problemas sociais associados ao envelhecimento da população, à perda de dinamismo económico das zonas rurais com o êxodo rural e aumento da aglomeração nas regiões metropolitanas são algumas das causas da pobreza em Portugal. Por outro lado, a diversidade étnica e racial originada pelo aumento do número de imigrantes provenientes de África e do Leste Europeu, grande parte vivendo em situações precárias de desemprego e subemprego, dão o seu contributo para a pobreza e exclusão social no país. Para além dos emigrantes, os desempregados de longa duração, os idosos com pensões baixas, as famílias monoparentais, os toxicodependentes e ex-reclusos são as principais vítimas da pobreza em Portugal.

Contudo, dados divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) e pelo Eurostat em 2010 evidenciam uma tendência de redução da taxa de risco de pobreza²⁸ após transferências sociais de 20,4% em 2006, para 17,9% em 2008, embora ainda aci-

²⁸ O INE define taxa de risco de pobreza como: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

ma da média da EU de 16,3%. Do mesmo modo, os dados apontam para a constante redução das desigualdades na distribuição do rendimento médio disponível, que em 2005 era a maior da EU, com 20% da população a auferir 7,3 vezes mais do que os 20% mais pobres, proporção esta que passou a 6 vezes em 2008. O coeficiente de Gini²⁹ terá caído dos 38,1% para os 35,4%, igualmente pior face aos 30,4% da EU.

A tendência para redução da pobreza leva-nos a questionar as causas que lhe estão associadas, tendo em conta a conjuntura económica pouco favorável que o país tem atravessado. Estará a expansão do microcrédito de alguma forma relacionada com a redução da pobreza nos distritos de Lisboa e Porto? É a questão a que pretendemos dar resposta com base nos dados e nos modelos que aqui serão apresentados.

4.2. As Questões de Investigação

Para obtermos resposta à questão chave deste trabalho que é concluir se o microcrédito pode contribuir para o aumento do rendimento dos beneficiários e para a redução da pobreza em Portugal, é importante obtermos as respostas para as seguintes questões.

_ Quais as variáveis socioeconómicas que terão influenciado o aumento ou a redução do rendimento dos beneficiários?

_ Os negócios criados com a ajuda do microcrédito foram bem sucedidos e conseguiram ultrapassar os primeiros anos de vida?

²⁹ O coeficiente de Gini é o indicador que mede a média das desigualdades na distribuição dos rendimentos dos indivíduos que constituem uma determinada população, assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos tem igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

_ Caso não tenham sido bem sucedidos, quais os principais motivos que levaram ao encerramento das microempresas e qual o impacto sobre o rendimento? Terá sido por falha do sistema de microcrédito?

_ Os negócios bem sucedidos contribuíram para o aumento do rendimento dos beneficiários?

_ Caso os beneficiários tenham verificado um aumento do seu rendimento, este aumento foi apenas inicial ou manteve-se para além dos três primeiros anos de vida dos negócios?

Com base nos resultados dos modelos econométricos que apresentaremos, complementados com a análise dos dados de que dispomos, poderemos estar em condições de dar respostas a estas questões.

4.3. Modelos e Estudos existentes que Testaram o Impacto do Microcrédito no Rendimento dos Beneficiários

À semelhança do que se pretende estudar para o caso de Portugal, autores como Khandeker, Hulme e Mosley, procuraram estudar os efeitos do microcrédito no nível de rendimento dos beneficiários de outros países.

Khandeker (1998) desenvolveu um estudo aplicado a famílias participantes de três diferentes programas de microcrédito no Bangladesh, analisando o impacto do microcrédito na redução da pobreza extrema e da pobreza moderada, entre Julho de 1991 e Junho de 1992. O autor utiliza como metodologia a análise a longo prazo de dados *cross section* sobre o rendimento e indicadores de bem estar dos beneficiários, para além de analisar e comparar a relação custo-eficácia dos programas de microcrédito com programas alternativos de combate à pobreza. Concluiu que o microcrédito permitiu a curto

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

prazo reduzir a pobreza extrema em 20%, bem como a pobreza moderada em 22%, em resultado do aumento do rendimento líquido e do consumo *per capita* dos participantes.

Hulme e Mosley (1996) estudaram o impacto do microcrédito no rendimento dos participantes de 13 IMF de um conjunto de sete países subdesenvolvidos, entre 1988 e 1992, em que quatro dessas IMF tinham a maior parte dos beneficiários abaixo do limiar de pobreza. A metodologia adoptada, *treatment effects*, consistiu em comparar os aumentos de rendimento de dois grupos distintos. Um grupo de tratamento composto pelos beneficiários do microcrédito e um grupo de controlo formado por indivíduos com características semelhantes às dos beneficiários e com todas as condições para participarem nos programas, mas que ainda não haviam recebido o microcrédito. O objectivo associado ao uso do grupo de controlo é o de controlar as externalidades ao microcrédito, que possam influenciar no nível de rendimento, como factores macroeconómicos diversos, questões tecnológicas e as imperfeições do mercado de capital. Concluiu-se com o estudo que em todas as IMF estudadas, o incremento do rendimento dos beneficiários do microcrédito foi superior ao dos membros do grupo de controlo. O aumento de rendimento dos beneficiários em termos médios anuais, variou entre os 1.4% e os 46%. Contudo, entre os beneficiários do microcrédito, o aumento de rendimento foi superior para os indivíduos acima do limiar de pobreza em relação a aqueles que se encontravam abaixo desse limiar. Isso levanta algumas preocupações quanto à capacidade destes programas em abranger as pessoas que realmente necessitam do microcrédito.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

A nível nacional e utilizando a mesma metodologia acima descrita, a Universidade Católica do Porto³⁰ desenvolveu um estudo semelhante aplicado à realidade portuguesa. Concluíram que o microcrédito permitiu uma diferença de aumento médio mensal de cerca de 312€ no rendimento líquido dos beneficiários do grupo de tratamento que tinham recebido um empréstimo em torno dos 4.500€, em relação aos membros do grupo de controlo. Este aumento gerou melhorias a nível do bem estar e da inclusão social dos beneficiários.

Embora o nosso estudo tenha a mesma finalidade dos estudos acima citados, a metodologia utilizada será diferente, dada a complexidade e dificuldade associado à constituição de um grupo de controlo. Contudo, tal não impede que mais à frente se possam comparar os resultados obtidos. Para tal, será incluído nos modelos econométricos, uma variável que distingue os beneficiários com rendimento acima do salário mínimo nacional daqueles cujo rendimento é inferior a este valor, a fim de compararmos os resultados obtidos. Pretende-se concluir se à semelhança do concluído pelos autores, o impacto do microcrédito sobre o rendimento é positivo, mas inferior nos indivíduos abaixo de um certo nível de rendimento, que neste caso será o salário mínimo nacional que no caso de Portugal apresenta valores semelhantes ao limiar de pobreza do país como podemos ver no quadro 20 no anexo V.

³⁰ Carvalho Mendes, A.M.S *et al.* (2007), Estudo de avaliação do sistema do Microcrédito em Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, Quaternaire, Portugal.

5. Metodologia

Este capítulo destina-se à explicação de toda a metodologia por detrás da análise dos dados e da construção dos modelos econométricos, com base nos quais pretende-se mensurar o impacto no rendimento disponível dos beneficiários com a adesão ao microcrédito. Com efeito, a definição da população alvo, do espaço físico e temporal, dos indicadores socioeconómicos e do método utilizado na recolha dos dados e determinação da amostra serão justificados neste capítulo.

5.1. População Alvo, Enquadramento Espacial e Temporal

Inicialmente, o objectivo do estudo era abranger todas as pessoas que aderiram ao microcrédito a nível nacional por intermédio da ANDC. Isto implicaria a análise de mais de 1000 projectos, creditados a partir de 1999 até à actualidade. A análise de todos os projectos seria pouco exequível em termos de custo e tempo a despendar com a recolha manual de dados, mediante consulta das fichas de candidatura, tendo em conta que a ANDC não dispunha de todos os dados em formato digital e posterior contacto telefónico de todos os beneficiários, de forma a questiona-los acerca do seu rendimento após a adesão ao microcrédito.

Em alternativa, optou-se por restringir a população alvo, aos beneficiários pertencentes às zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, que aderiram ao microcrédito entre 1999 e 2007. Tal justifica-se pelo facto de Lisboa e Porto serem os distritos com maior número de beneficiários, detendo conjuntamente cerca de 50% do total de créditos concedidos.

Quanto à definição do espaço temporal, optou-se por incluir apenas os projectos creditados até 2007. O objectivo por detrás é quantificar a variação do rendimento dos beneficiários entre o momento de adesão e três anos mais tarde, ou seja no final do empréstimo, tendo em conta que o prazo médio definido pela ANDC e pelos bancos para o reembolso dos empréstimos é de 36 meses. Tal inviabiliza que sejam considerados os créditos concedidos após 2007, tendo em conta que seria impossível conhecer o rendimento destes beneficiários passados três anos.

Assim sendo, foi possível reduzir a população alvo inicial de 1397 para uma amostra de 419 projectos creditados. De entre os 419 projectos referentes aos distritos de Lisboa e Porto, apenas foi possível incluir 123 projectos na amostra final, isto devido a limitações na recolha dos dados que serão melhor explicados na secção referente à recolha dos dados.

5.2. Escolha dos Indicadores Socioeconómicos

Pressupõe-se que o impacto do microcrédito sobre o rendimento dos beneficiários não tenha sido sempre o mesmo, uma vez que estes não se encontravam nas mesmas condições e possuíam características específicas que os distinguiam no momento em que aderiram ao microcrédito. Como tal, definiram-se os indicadores socioeconómicos a serem considerados e que constituirão as potenciais variáveis explicativas nos modelos, em função das quais dependerão as alterações do rendimento.

Os indicadores inicialmente considerados como possíveis de influenciar o rendimento dos beneficiários foram:

- Nacionalidade;
- Idade;

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- Sexo;
- Estado civil;
- Situação Familiar (nº de pessoas a cargo);
- Habilitações literárias;
- Formação profissional;
- Situação profissional antes do microcrédito;
- Peso do microcrédito no valor total necessário para financiar o projecto;
- Valor dos juros pagos (Taxa de Juro);
- Distrito;
- Sector de actividade onde se insere o negócio, de acordo com a CAE (Classificação das Actividades Económicas) _ REV3;
- Carácter de sazonalidade do negócio;
- Estado do negócio à data do inquérito (Aberto; Fechado antes dos 3 anos; Fechado depois dos 3 anos);
- Rendimentos provenientes de apoios sociais e familiares ou de outra fonte;
- Indicador de clima económico (Em função do ano de adesão ao microcrédito);
- Indicador do nível de rendimento antes da adesão ao microcrédito (Acima ou Abaixo do salário mínimo nacional).

Os indicadores acima citados, só serão mantidos no modelo e convertidos em variáveis explicativas, caso após testada a sua significância estatística os mesmos se

mostrem relevantes para explicar as alterações no rendimento dos beneficiários após o recurso ao microcrédito.

5.3. Recolha de Dados

Os dados relativos aos indicadores socioeconómicos, apresentados no ponto anterior, com excepção do Indicador de Clima Económico proveniente do INE (Instituto Nacional de Estatística) foram obtidos através de um ficheiro disponibilizado pela ANDC. O ficheiro em causa foi elaborado por alunos do ISEG, no âmbito de um estudo anteriormente realizado sobre o microcrédito. O ficheiro englobava dados referentes aos projectos creditados entre 1999 e 2009, incluindo os que na mesma data ainda aguardavam a aprovação do crédito.

Porem, o mesmo ficheiro não dispunha de quaisquer dados acerca do rendimento dos beneficiários no momento antes e após terem recebido o microcrédito. Os dados relativos ao rendimento inicial dos titulares dos 419 projectos creditados entre 1999 e 2007 foram obtidos mediante recolha nas fichas de candidaturas dos arquivos da ANDC, que gentilmente permitiu o acesso aos mesmos.

A informação referente ao rendimento dos beneficiários no final dos contratos de crédito foi obtida por contacto telefónico. Contudo, devido ao facto de alguns dos beneficiários já não disporem dos mesmos contactos telefónicos, e de outros não se mostrarem disponíveis em colaborar com o inquérito, só foi possível obter a informação pretendida de 127 inquiridos. De acordo com os princípios econométricos, 127 constitui uma amostra suficientemente credível para o estudo pretendido. Das 127 observações obtidas, foram excluídas 4 observações *outliers*, referentes a casos extremos de beneficiários que se distinguiram por evidenciarem variações do rendimento excessivamente

elevadas, que ao se distanciarem da média poderiam levar à distorção dos resultados finais.

5.4. Caracterização da Amostra Final

Dadas as limitações atrás referidas, obteve-se uma amostra final composta por 123 observações, dos distritos de Lisboa e Porto. Para melhor compreendermos a situação geral do microcrédito nos distritos de Lisboa e Porto passamos a caracterizar a amostra final, através da descrição estatística e análise de alguns indicadores e resultados relevantes, tendo sido a maior parte obtidos por inquérito aos 123 indivíduos que constituem a nossa amostra.

Quadro 5: Projectos, Montante de Empréstimos e Rendimentos dos Beneficiários

| Ano | Nº Projectos | Montante Empréstimos | Rend. Inicial | Rend. Final | Variação do Rendimento |
|--------------|--------------|----------------------|---------------|----------------|------------------------|
| 2000 | 4 | 15.394,56 | 2.260,00 | 5.110,00 | 2.850,00 |
| 2001 | 8 | 35.577,10 | 2.930,00 | 3.565,00 | 635,00 |
| 2002 | 10 | 41.785,31 | 3.650,00 | 6.100,00 | 2.450,00 |
| 2003 | 17 | 82.508,72 | 8.850,00 | 14.140,00 | 5.290,00 |
| 2004 | 10 | 46.834,83 | 3.750,00 | 7.650,00 | 3.900,00 |
| 2005 | 35 | 159.912,23 | 16.965,00 | 31.145,00 | 14.180,00 |
| 2006 | 19 | 82.098,40 | 13.020,00 | 22.120,00 | 9.100,00 |
| 2007 | 20 | 112.331,91 | 10.050,00 | 16.590,00 | 6.540,00 |
| Total | 123 | 576.443,06 | 61.475 | 106.420 | 44.945,00 |

Fonte: ANDC e fonte própria³¹

Como podemos ver no quadro 5, a maior parte dos empréstimos da nossa amostra foram concedidos no ano 2005, seguido do ano 2007. Apesar de se verificar uma redução do número de empréstimos em 2004 relativamente a 2003 e em 2006 relativamente a 2005, no geral a tendência foi para o aumento do número de empréstimos ao longo dos anos considerados. O quadro fornece também dados referentes ao somatório dos

³¹ O primeiro ano de início dos microcréditos da nossa amostra acabou por ser o ano 2000 e não o ano 1999 como pretendido, devido ao facto de não termos conseguido contactar nenhum dos beneficiários de Lisboa e Porto que aderiram ao microcrédito em 1999.

rendimentos dos beneficiários antes e três anos após a adesão ao microcrédito, bem como a variação do rendimento resultante da diferença entre os rendimentos final e inicial. A variação do rendimento e o rendimento final, serão as variáveis dependentes Y , dos modelos econométricos que apresentaremos no capítulo seis.

Quadro 6: Distribuição dos Empréstimos por Distrito

| Distrito | Nº Projectos | % | Empréstimos € | % |
|--------------|--------------|-------------|-------------------|-------------|
| Lisboa | 98 | 79,7% | 468.181,24 | 81,2% |
| Porto | 25 | 20,3% | 108.261,82 | 18,8% |
| Total | 123 | 100% | 576.443,06 | 100% |

Fonte: ANDC

Distrito: A maior parte dos empréstimos que constituem a nossa amostra, foram concedidos a beneficiários do distrito de Lisboa (79,7%), que abrange de igual modo 81,2% do montante total de empréstimos.

Quadro 7: Distribuição dos Projectos por Nacionalidade

| Nacionalidade | Nº Projectos | % |
|---------------------|--------------|-------------|
| Portugal | 101 | 82,1% |
| Angola | 3 | 2,4% |
| Guiné | 3 | 2,4% |
| Cabo Verde | 4 | 3,3% |
| Perú | 1 | 0,8% |
| São Tomé e Príncipe | 5 | 4,1% |
| Colômbia | 1 | 0,8% |
| Cuba | 1 | 0,8% |
| Brasil | 2 | 1,6% |
| Moldávia | 1 | 0,8% |
| Roménia | 1 | 0,8% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Nacionalidade: Apesar de os beneficiários pertencerem a diversas nacionalidades, a maior parte possui nacionalidade Portuguesa (82,1%).

Quadro 8: Distribuição dos Projectos por Género Sexual

| Sexo | Nº Beneficiários | % |
|--------------|------------------|-------------|
| Feminino | 68 | 55,3% |
| Masculino | 55 | 44,7% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Género Sexual: À semelhança do que se sucede com a generalidade da população, na nossa amostra predominam os beneficiários do sexo feminino (55.3%).

Quadro 9: Distribuição dos Projectos por Faixa Etária

| Idade | Nº Beneficiários | % |
|--------------|------------------|-------------|
| >=25 | 8 | 6,5% |
| 25-35 | 32 | 26,0% |
| 35-45 | 46 | 37,4% |
| 45-55 | 29 | 23,6% |
| 55-65 | 8 | 6,5% |
| >65 | 0 | 0,0% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Faixa Etária: As idades compreendidas entre os 35 e os 45 são as que predominam na nossa amostra (37,4%). Tal poderá justificar-se pelas dificuldades que um indivíduo nesta faixa etária enfrenta em se reintegrar no mercado de trabalho em caso de desemprego, o que faz com que o recurso ao microcrédito e a abertura do próprio negócio seja uma alternativa viável.

Quadro 10: Distribuição dos Projectos por Habilitação Literária

| Habilitação Literária | Nº Beneficiários | % |
|-----------------------|------------------|-------------|
| Sem. Freq. Escolar | 2 | 1,6% |
| 1ºCiclo | 11 | 8,9% |
| 2ºCiclo | 20 | 16,3% |
| 3ºCiclo | 32 | 26,0% |
| Secundário | 32 | 26,0% |
| Bacharelato | 4 | 3,3% |
| Universidade | 22 | 17,9% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Quadro 11: Distribuição dos Projectos de Acordo com a Formação Profissional dos Beneficiários

| Formação Profissional | Nº Beneficiários | % |
|-----------------------|------------------|-------------|
| Sem Formação | 79 | 64,2% |
| Com Formação | 44 | 35,8% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Habilitações Literárias: Uma das condições necessárias para o sucesso do microcrédito, para além do crédito, são os requisitos mínimos em termos de capacidade técnica de implementação e gestão do negócio. Deste modo, percebe-se que os beneficiários da nossa amostra tenham o nível intermédio de escolaridade, com predominância das habilitações a nível do 3º ciclo (26,0%) e do secundário (26,0%). Podemos ainda constatar que 35,8% dos beneficiários possuem um curso técnico ou de formação profissional.

Quadro 12: Distribuição dos Projectos por Estado Civil

| Estado Civil | Nº Beneficiários | % |
|----------------|------------------|-------------|
| Solteiro | 56 | 45,5% |
| Casado | 25 | 20,3% |
| União de Facto | 8 | 6,5% |
| Separado | 5 | 4,1% |
| Divorciado | 24 | 19,5% |
| Viúvo | 5 | 4,1% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Estado Civil: Os beneficiários solteiros representam quase metade da nossa amostra (45,5%). Por um lado, pode estar associado ao facto dos solteiros possuírem maior disponibilidade em termos de tempo para se dedicarem integralmente à implementação de um negócio bem como pela menor aversão ao risco de endividamento, justificado pelo facto de possuírem menos encargos familiares.

Quadro 13: Distribuição dos Projectos segundo a Situação Familiar dos Beneficiários

| Número de Pessoas a cargo | Nº Beneficiários | % |
|---------------------------|------------------|-------------|
| 0 | 61 | 49,6% |
| 1 | 27 | 22,0% |
| 2 | 21 | 17,1% |
| 3 | 9 | 7,3% |
| 4 | 3 | 2,4% |
| 5 | 2 | 1,6% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Situação Familiar: O quadro que se segue reforça a teoria acima referida, de que a maior parte das pessoas da amostra que recorreram ao microcrédito não dispunham de

grandes responsabilidades familiares. Com efeito, 49,6% dos beneficiários não tinham qualquer encargo com membros da família.

Quadro 14: Distribuição dos Projectos de Acordo com a Situação Profissional dos Beneficiários

| Situação Profissional Antes do Microcrédito | Nº Beneficiários | % |
|---|------------------|-------------|
| Desempregado | 49 | 39,8% |
| Trabalhador Conta Própria | 57 | 46,3% |
| Trabalhador Conta Outrem | 17 | 13,8% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Situação Profissional Anterior ao Microcrédito: Antes de recorrerem ao microcrédito 46,3% dos beneficiários já trabalhavam por conta própria, enquanto 39,8% eram desempregados. Seria espectável que predominassem os desempregados mas contudo, segundo o testemunho de alguns dos beneficiários inquiridos, a elevada percentagem dos trabalhadores por conta própria justifica-se em grande parte pelo recurso ao crédito para expansão dos negócios já existentes.

Quadro 15: Distribuição dos Projectos por Sector de Actividade

| Sector de Actividade | Nº Projectos | % |
|--|--------------|-------------|
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 1 | 0,8% |
| Indústrias Transformadoras | 17 | 13,8% |
| Construção | 9 | 7,3% |
| Comércio por grosso e a retalho | 34 | 27,6% |
| Transportes e armazenagem | 2 | 1,6% |
| Alojamento, restauração e similares | 13 | 10,6% |
| Actividades de informação e de comunicação | 5 | 4,1% |
| Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 6 | 4,9% |
| Actividades administrativas e dos serviços de apoio | 5 | 4,1% |
| Educação | 3 | 2,4% |
| Actividades de saúde humana e apoio social | 5 | 4,1% |
| Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas | 4 | 3,3% |
| Outras Actividades de serviços | 19 | 15,4% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Sectores de Actividade em que se Inserem os Negócios: Os sectores de Comércio (27,6%), Serviços Diversos (15,4%) e Alojamento e Restauração (10,6%), são aqueles em que mais investem os microempreendedores. Estes são os sectores com maior saída quando se trata dos maiores centros urbanos do país, Lisboa e Porto.

Quadro 16: Identificação dos Projectos com Carácter Sazonal

| Sazonalidade | Nº Projectos | % |
|--------------|--------------|-------------|
| Sazonal | 20 | 16,3% |
| Não Sazonal | 103 | 83,7% |
| Total | 123 | 100% |

Fonte: ANDC

Sazonalidade do Negócio: Como se pode ver pelo quadro anterior, a percentagem de microempresários que investem em negócios sazonais é bastante reduzida (16,3%). A sazonalidade na maior parte das vezes tende a afectar negativamente a rendibilidade

dos negócios, o que, associado às incertezas da conjuntura económica dos últimos anos, reduz a atractividade dos negócios sazonais.

O quadro que se segue sintetiza a informação referente ao tempo médio de espera para o desembolso do empréstimo, à representatividade do microcrédito no montante total necessário ao financiamento dos projectos, e aos postos de trabalho inicialmente gerados pelos mesmos.

Quadro 17: Tempo para o Desembolso, Peso do Microcrédito e Postos de Trabalho Criados (2000 - 2007)

| Ano Início | Nº Pro- jectos | Nº Médio de Dias para o Desembolso | Peso Médio do Microcrédito | Total de Postos de Trabalho Criados | Postos criados por Projecto |
|------------|-------------------|--|-------------------------------|--|--------------------------------|
| 2000/2007 | 123 | 38 | 90,49% | 175 | 1,42 |

Fonte: ANDC

O peso médio do microcrédito no montante total necessário para o financiamento dos projectos é de 90,49%, o que indica que em regra os beneficiários não dispõem de capital próprio para investir e dependem integralmente do microempréstimo para concretizarem o seu projecto. Quanto ao tempo que estes esperam para receberem o empréstimo, este é relativamente curto, sendo que o tempo necessário para a aprovação do projecto e disponibilização do capital por parte dos bancos é de cerca de 38 dias. Os negócios implementados pelos indivíduos que englobam a nossa amostra permitiram, pelo menos na fase de implementação, gerar 175 postos de trabalho, o que corresponde a uma média de 1,42 postos por projecto. Isto significa que, para além de empregar o próprio titular do empréstimo, alguns dos projectos permitiram gerar pelos menos mais um posto de trabalho.

Analisemos então o montante de empréstimo concedido entre os anos 2000 e 2007.

Quadro 18: Montante de Crédito Disponibilizado (2000 - 2007)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|-------------|-----------|--------|--------|
| 2000/2007 | 123 | 576.443,06€ | 4.686,53€ | 1.528€ | 7.000€ |

Fonte: Eviews 5.0

Na totalidade da amostra, o montante disponibilizado em microempréstimos foi de 576.443,06€, o que termos médios corresponde a cerca de 4.686,53€ por cada empréstimo. O valor dos empréstimos variou entre os 1.528€ e os 7.000€.

Quadro 19: Valor Total pago em Prestações Mensais (2000 - 2007)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|------------|---------|--------|--------|
| 2000/2007 | 123 | 18.324,85€ | 148,98€ | 47 € | 414€ |

Fonte: Eviews 5.0

A média mensal das prestações pagas pelos beneficiários é de 148,98€, com um valor mínimo de 47€ e máximo de 414€. Partindo do pressuposto de que todos os beneficiários cumpriram o pagamento das prestações, o valor mensalmente pago em prestações totaliza os 18.324,85€.

Quadro 20: Valor Total pago em Juros (2000 - 2007)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|------------|---------|--------|--------|
| 2000/2007 | 123 | 86.212,26€ | 593,64€ | 158€ | 2.720€ |

Fonte: Eviews 5.0

Segundo a ANDC, a taxa de juro associada aos empréstimos está indexada à Euribor3M, acrescida de um *spread* que varia entre os 2% e os 3%, conforme o banco que disponibiliza o crédito. Com efeito, o valor total dos juros pagos entre 2000 e 2007 tota-

lizou os 86.212,26€, o que significa que em média cada beneficiário teve um encargo em juros de 593,64€. O montante total de juros está associado a um montante mínimo de 158€ e máximo 2.720€, mantendo o pressuposto de que todos os beneficiários reembolsaram os juros devidos.

Quadro 21: Valor Total Reembolsado (Empréstimo + Juros) (2000 - 2007)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|------------|----------|--------|----------|
| 2000/2007 | 123 | 556.945,10 | 4.529,01 | 229 € | 14.920 € |

Fonte: Eviews 5.0

Partindo do mesmo pressuposto atrás assumido, caso não houvessem casos de incumprimento no pagamento das prestações, o valor total reembolsado seria de 662.655,32€, que corresponderia ao somatório entre o total emprestado e o total pago em juros. Contudo, dados os juros pagos terem sido inferiores ao devido, o valor total reembolsado foi de apenas 556.945,10€, como mostra o quadro acima. Assim sendo, o valor médio reembolsado foi de 4.529,01€, com os montantes totais de reembolso situados entre os 229€ e os 14.920€.

Em alguns casos, o incumprimento dos reembolsos deve-se ao encerramento do negócio. Os quadros que se seguem ajudam-nos a perceber a proporção de negócios encerrados e as causas que motivaram o fecho.

Quadro 22: Estado Actual dos Negócios Iniciados entre 2000 e 2007

| Nº Projectos | Estado do Negócio | | | | | |
|--------------|-------------------|----|--------------------------|----|--------------------------|----|
| | Aberto | % | Fechado Antes dos 3 Anos | % | Fechado Depois do 3 Anos | % |
| 123 | 48 | 39 | 42 | 34 | 33 | 27 |

Fonte: Dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

Quadro 23: Estado Actual dos Empréstimos Creditados entre 2000 e 2007

| Nº Projectos | Estado do Empréstimo | | | |
|--------------|----------------------|-------|---------|------|
| | Amortizado | % | Vencido | % |
| 123 | 113 | 91,9% | 10 | 8,1% |

Fonte: ANDC e dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

A percentagem total de negócios encerrados, incluindo os encerrados antes e depois dos 3 anos de vida, excede os negócios que ainda se encontram em funcionamento (39%). Os dados mostram que de entre os negócios encerrados, a maior parte (34%) não conseguiu ultrapassar a fase inicial de implementação, encerrando antes do prazo de 3 anos estabelecido para o reembolso do empréstimo.

Contudo, como podemos ver no quadro 23, apenas 8,1% dos beneficiários encontram-se em situação de dívida, sendo que 91,9% já amortizaram a totalidade do empréstimo. Tal explica-se pelo facto de parte dos que encerraram o negócio antes de reembolsarem o empréstimo, terem continuado a pagar as prestações conseguindo liquidar a dívida.

Quadro 24: Causas que Motivaram o Encerramento dos Negócios

| | Motivos de Fecho | | | | | | | |
|-------------------|------------------|------|----------------------|------|-------------------------|------|--------------------------|------|
| Negócios Fechados | Pessoais | % | Conjuntura Económica | % | Empréstimo Insuficiente | % | Falhas no Acompanhamento | % |
| 75 | 20 | 26,7 | 38 | 50,7 | 8 | 10,7 | 9 | 12,0 |

Fonte: Dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

A principal causa alegada pelos beneficiários como responsável pela cessação de actividade foi a conjuntura económica desfavorável. Apesar de a maior parte dos negócios terem sido iniciados antes da crise dos mercados financeiros internacionais que teve início por volta do ano 2007, a situação financeira nacional já evidenciava uma tendên-

cia de declínio na última década. Os dados do INE mostram que a taxa anual de crescimento do PIB que no 1º trimestre do ano 2000 era de 6,7%, no mesmo trimestre de 2007 tinha caído para os 4,6%, passando a ser negativo desde o 2º trimestre de 2009³².

Em segundo lugar estão os motivos pessoais (26,7%), como doenças e demais problemas familiares como principal causa do fecho dos negócios. Por outro lado, 22,07% dos inquiridos atribuíram a causa às entidades responsáveis pela concessão do microcrédito (ANDC e Bancos), 10,7% ao montante de crédito disponibilizado que alegaram ter sido insuficiente para concretizar o projecto, enquanto 12% consideram que o acompanhamento prestado na implementação e gestão do negócio não foi o mais adequado. A questão de qual seria o montante ideal de crédito a conceder e as limitações do apoio e acompanhamento prestado pela ANDC aos beneficiários são exemplos de algumas temas que poderão ser tratados em trabalhos futuros acerca do microcrédito em Portugal.

Vejamos agora a situação financeira dos indivíduos antes de recorrerem ao microcrédito.

Quadro 25: O Rendimento Inicial dos Beneficiários (Antes do Microcrédito)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|--------|--------|--------|--------|
| 2000/2007 | 123 | 61.475 | 499,80 | 0 | 1.700 |

Fonte: ANDC

O quadro acima mostra que antes de recorrerem ao microcrédito o rendimento médio dos beneficiários era de 499,80€, valor este compreendido entre o mínimo de 0€ para o caso dos desempregados e sem qualquer outra fonte de rendimento e os 1.700€³³.

³² Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística) _ Produto interno bruto a preços correntes (B.1*g) (Taxa de variação anual - Base 2000 - %); Trimestral.

Supomos que nem todos os rendimentos iniciais se situam em torno da média de 499,80€, havendo valores acima e acredita-se que na maior parte dos casos estejam abaixo da média, tendo em conta que os desempregados representam cerca de 40% da amostra.

Quadro 26: O Rendimento Inicial dos Beneficiários e o Salário Mínimo

Nacional

| | | Rendimento Inicial | | | |
|------------|--------------|--------------------|--------|-------------------|--------|
| Ano Início | Nº Projectos | Acima do Salário | | Abaixo do salário | |
| | | Mínimo | % | Mínimo | % |
| 2000/2007 | 123 | 80 | 65,04% | 43 | 34,96% |

Fonte: ANDC e dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

Se partirmos do pressuposto de que o rendimento médio inicial de 499,80€ corresponde à realidade, faz sentido que 65,04% dos beneficiários tivessem um rendimento inicial superior ao salário mínimo nacional no momento em que aderiram ao microcrédito. Tal pode ser explicado pelo facto do valor médio de 499,80€ estar ligeiramente acima do salário mínimo actual de 485€, que entre 2000 e 2007 estava associado a valores claramente inferiores³⁴.

Assim sendo, é caso para nos questionarmos se o microcrédito em Portugal, mais concretamente nos Distritos de Lisboa e Porto, tem de facto abrangido o estrato populacional mais necessitado, tendo em conta que uma das máximas do microcrédito é ajudar os indivíduos com recursos financeiros mais reduzidos. Mas voltando à questão do rendimento inicial dos beneficiários, apesar de 39,8% dos mesmos se encontrarem no

³³ O valor do rendimento máximo poderá estar ligeiramente inflacionado, porque os dados foram recolhidos nos processos da ANDC e em alguns casos não foi possível monitorar a influência dos apoios sociais no valor total declarado como rendimento inicial, o que poderá ter igualmente influenciado a média do rendimento inicial.

³⁴ Os valores do salário mínimo nacional entre 2000 e 2007 podem ser consultados no quadro 20 no anexo V.

desemprego (ver quadro 13 na página 68) no momento em que receberam o microempréstimo, a proporção de indivíduos que beneficiavam de apoios sociais do estado era bastante reduzida.

Quadro 27: Apoio Social aos Beneficiários

| Ano Início | Apoio Social | | | | | | | | Total |
|------------|---------------------|-------|------------------|-------|---------------|--------|-----------|--------|-------|
| | Subsidio Desemprego | % | Segurança Social | % | Outros Apoios | % | Sem Apoio | % | |
| 2000/2007 | 5 | 4,07% | 4 | 3,25% | 14 | 11,38% | 100 | 81,30% | 123 |

Fonte: ANDC

Apenas 4,07% dos beneficiários recebiam o subsídio de desemprego e 3,25% recebiam apoios da segurança social, nomeadamente o RSI (Rendimento Social de Inserção). Os outros tipos de apoio provinham sobretudo da ajuda financeira de familiares e na esmagadora maioria dos casos, os beneficiários não recebiam qualquer apoio social (81,30%), o que terá sido um dos motivos do recurso ao microcrédito.

Uma vez avaliado o rendimento inicial, vejamos como este terá variado com a adesão ao microcrédito.

Quadro 28: O Rendimento Final dos Beneficiários (Após o Microcrédito)³⁵

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|------------|--------|--------|---------|
| 2000/2007 | 123 | 106.420,00 | 865,20 | -200 € | 4.400 € |

Fonte: Dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

O somatório do rendimento final dos beneficiários totalizou os 106.420€. Isto partindo do princípio de que os inquiridos foram sinceros quando revelaram o seu rendi-

³⁵ O rendimento final diz respeito ao rendimento três anos após ao recurso ao microcrédito, que coincide com o prazo definido para reembolso do empréstimo.

mento final, tendo em conta que a questão do rendimento pessoal é uma questão bastante delicada para a população Portuguesa.

Assim sendo, o rendimento médio final após o microcrédito estará em torno dos 865,20€, o que em termos percentuais corresponde a um aumento de 73% face ao rendimento médio inicial. O rendimento final evidencia grandes oscilações, uma vez que varia desde os -200€ para os indivíduos que tiveram prejuízo e que continuam a pagar dividas associadas ao microcrédito até aos 4.400€ para aqueles que foram melhor sucedidos.

Quadro 29: A variação do Rendimento dos Beneficiários

| | | Variação do Rendimento com o Microcrédito | | | | | |
|------------|--------------|---|--------|----------|--------|------|--------|
| Ano Início | Nº Projectos | Positiva | % | Negativa | % | Nula | % |
| 2000 /2007 | 123 | 88 | 71,54% | 16 | 13,01% | 19 | 15,45% |

Fonte: Dados próprios obtidos por inquérito telefónico aos beneficiários

Salvo excepções, o impacto do microcrédito no rendimento inicial dos beneficiários terá sido positivo. 71,54% dos inquiridos afirmaram que o seu rendimento aumentou após terem aberto o próprio negócio, enquanto 15,45% mantiveram o mesmo rendimento e apenas 13,01% viram o seu rendimento reduzir devido a prejuízos resultantes do encerramento do negócio. Daqueles que mantiveram o mesmo rendimento inicial, a maior parte afirma que não chegou a sofrer prejuízos por ter encerrado o negócio quando as evidências começaram a apontar para o fracasso.

Quadro 30: A variação do Rendimento dos Beneficiários (Continuação)

| Anos | N | Total | Média | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----|-----------|--------|--------|---------|
| 2000/2007 | 123 | 44.495,00 | 365,41 | -200 € | 4.000 € |

Fonte: Eviews 5.0

O quadro acima, mostra que a média de variação do rendimento dos beneficiários com a adesão ao microcrédito é de 365,41€. A variação do rendimento tende a variar entre -200€ para os beneficiários que tiveram prejuízo com o negócio e 4.000€ para os beneficiários bem sucedidos. De salientar que o valor mínimo de -200€ representa normalmente o valor da prestação que os beneficiários continuam a pagar após encerrarem o negócio. A variação média do rendimento de 365,41€, encontra-se próxima do valor de 312€ obtido pela Universidade Católica do Porto no estudo desenvolvido para testar o impacto do microcrédito no rendimento (Carvalho Mendes *et al*, 2007), embora a metodologia de estudo tenha sido diferente.

Os resultados do último quadro mostram que, no global, o microcrédito contribuiu para o aumento do rendimento dos beneficiários dos distritos de Lisboa e Porto. Estes resultados serão reforçados com base nos modelos desenvolvidos no próximo capítulo, que permitirão identificar quais as variáveis socioeconómicas que contribuem para o impacto positivo do microcrédito no rendimento dos beneficiários. Caracterizada a amostra final e a metodologia de recolha dos dados, segue-se a construção dos modelos e análise dos resultados

6. Resultado da Aplicação da Metodologia

Neste último capítulo, pretende-se explicar em que consiste o modelo de regressão linear múltipla (MRLM), escolhido para analisar a relação existente entre o microcrédito e o rendimento dos beneficiários, em função das variáveis explicativas. Após efetuados todos os passos e testes necessários para a validação do modelo, segue-se a interpretação dos resultados obtidos que servirão de base às conclusões finais do trabalho.

6.1. Construção e Estimação do Modelo

Para testarmos o impacto do microcrédito no rendimento dos beneficiários, optamos em primeiro lugar pela construção de um modelo de regressão linear múltipla. A escolha desta metodologia deriva do facto de ter sido utilizada em trabalhos anteriormente citados que se dedicaram ao estudo do microcrédito, e por ser uma técnica auxiliar de fácil utilização e interpretação em trabalhos das áreas económica e financeira.

Um MRLM consiste num modelo no qual a variável dependente Y (ou regressando) depende de duas ou mais variáveis explicativas X (ou regressores), acompanhadas de um termo residual μ (Gujarati, 2000). Os resíduos resultam das diferenças entre os valores de Y reais e estimados e representam os factores que influenciam Y mas que não se encontram especificados no modelo (Gujarati, 2000; Pestana e Gageiro, 2008).

Com efeito, associado ao MRLM, está o Método dos Mínimos Quadrados (*Ordinary Least Square*) que permite definir a expressão analítica que traduz a regressão e estima os valores dos parâmetros do modelo que minimizam o somatório do quadrado dos resíduos, como nos mostra a equação seguinte: (Pestana e Gageiro, 2005; Gujarati, 2000).

$$(1) \quad \text{Min } Q = \text{Min } \sum_{i=1}^n \mu^2$$

A forma genérica da regressão linear múltipla é dada pela seguinte expressão:

$$(2) \quad Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_j X_{ji} + \dots + \beta_k X_{ki} + \mu, \text{ com } i = 1, 2, \dots, n, \text{ (Gujarati, 2000).}$$

Onde:

n = dimensão da amostra;

k = nº variáveis exógenas observáveis;

μ = variável aleatória residual;

β_k = parâmetro do modelo, representa as alterações no valor médio de Y associado a aumentos unitários de X .

No caso concreto do nosso estudo, com recurso ao *software* estatístico *Eviews* e utilizando as 123 observações da nossa amostra final, conseguimos obter uma regressão onde a variável dependente Y é a variação do rendimento dos beneficiários, nos primeiros 3 anos após a adesão ao microcrédito. Relembramos que da lista de indicadores socioeconómicos apresentados no ponto 5.2, apenas figuram no modelo como variáveis explicativas, as que evidenciaram significância estatística para explicar as variações no rendimento dos beneficiários.

Obtivemos a seguinte forma genérica para o nosso modelo (Consultar o *output* no quadro 6 no anexo III):

(3) $\widehat{Variação} =$

$$\begin{aligned} & \beta_1 + \beta_2 Empréstimo + \beta_3 Empréstimo^2 + \beta_4 Idade^2 + \beta_5 FechadoA3 + \\ & \beta_6 FechadoD3 + \beta_7 Casado.UF + \beta_8 Rend_{AcAb} + \beta_9 Distrito * Rend_{AcAb} + \\ & \beta_{10} Economia * Sazonalidade + \beta_{11} ContaOutrem * Secundário + \beta_{12} Sexo * \\ & SectorSecundário \end{aligned}$$

Onde:

- $Empréstimo$ = valor total do empréstimo recebido pelo beneficiário;

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- *Idade* = idade do beneficiário no momento em que aderiu ao microcrédito;

As variáveis que se seguem são variáveis *dummy*, também chamadas de variáveis artificiais, introduzidas no modelo para representar indicadores de natureza qualitativa que influenciam a variação do rendimento. São variáveis independentes que assumem apenas os valores 0 ou 1 (Gujarati, 2000).

- *FechadoA3* = 1 para os negócios fechados antes dos primeiros 3 anos de vida e 0 para os restantes;
- *FechadoD3* = 1 para os negócios fechados após os primeiros 3 anos de vida e 0 para os restantes;
- *CasadoUF* = 1 para os beneficiários casados ou vivendo em união de facto e 0 para os restantes;
- *Rend_Ac_Ab* = 1 para os beneficiários cujo rendimento no momento de adesão ao microcrédito era superior ao salário mínimo nacional e 0 para os com rendimento abaixo do salário mínimo;
- *Distrito* = 1 para os negócios abertos em Lisboa e 0 para os abertos no Porto;
- *Economia* = 1 para os negócios iniciados em ano de crescimento económico e 0 para os iniciados em ano de recessão económica³⁶;
- *Sazonalidade* = 1 para os negócios afectados pela sazonalidade e 0 para os não afectados pela sazonalidade;
- *Conta Outrem* = 1 para os beneficiários que trabalhavam por conta de outrem quando aderiram ao microcrédito e 0 para os restantes;

³⁶ Este indicador é baseado no Indicador de Clima Económica do INE.

- *Secundário* = 1 para os beneficiários com habilitações literárias mínimas a nível do ensino secundário e 0 para os restantes;
- *Sexo* = 1 para os beneficiários do sexo feminino e 0 para os do sexo masculino;
- *SectorSecundário* = 1 para os negócios do sector secundário e 0 para os restantes.

Para testarmos a significância estatística individual de cada uma das variáveis inseridas no modelo, bem como a significância global do modelo, recorreremos aos testes *t-student* e *F Snedecor* respectivamente, que estão associados às seguintes hipóteses (Gujarati, 2000):

Teste *t-student* :

$$\begin{cases} H_0: \beta_i = 0 : \text{A variável não é estatisticamente relevante} \\ H_1: \beta_i \neq 0: \text{A variável é estatisticamente relevante} \end{cases}$$

Teste *F Snedecor*:

$$\begin{cases} H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots \beta_k = 0: \text{As variáveis não são estatisticamente relevantes} \\ H_1: \beta_i \neq 0: \text{Pelo menos uma das variáveis é relevante para algum } i \end{cases}$$

Utilizando um nível de significância de 10%, (probabilidade de cometer o erro do tipo I, rejeitar H_0 e H_0 ser verdadeiro) (Gujarati, 2000) e tendo em conta que todas as variáveis inseridas no modelo apresentam um *p-value* inferior a 10%, rejeitamos a hipótese nula do teste *t-student* e concluímos que todas as variáveis são importantes para explicar a variação do rendimento. Usando o mesmo critério para o teste *F Snedecor*, cujo *p-value* é de 0,000, rejeitamos a hipótese nula de que todas as variáveis do modelo

são estatisticamente irrelevantes e concluímos que o modelo evidencia poder explicativo (Consultar *outputs* no quadro 6, no anexo III).

Uma vez verificada a significância estatística do modelo, é necessário efectuar um conjunto de testes, designados de testes às hipóteses do modelo de regressão linear múltipla. O objectivo é verificar se o modelo está bem especificado, com a forma funcional correcta e se é consistente e eficiente. Passamos então a testar as cinco hipóteses clássicas do MRLM (M1-M5). Chamando a atenção para o facto de não termos testado a hipótese da exogeneidade estrita entre erros e regressores que implica que $cov(X, \mu) = 0$ e $E(\mu/x)=0$ ou seja, o valor esperado do erro é uma constante com valor nulo, o que indica a independência dos erros em relação aos regressores X . Partimos do pressuposto de que a hipótese de exogeneidade estrita é cumprida.

- **Amostra aleatória:** partimos do princípio de que os dados constantes do ficheiro disponibilizado pela ANDC foram recolhidos de forma aleatória.
- **Forma funcional:** Com recurso ao teste *Ramsey- Reset*, é possível verificar se o modelo se encontra bem especificado e se deve ser mantida a forma funcional.

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0: \text{O modelo está bem especificado} \\ H_1: \text{O modelo não está bem especificado} \end{array} \right.$$

Quadro 31: Forma Funcional: Teste Ramsey Reset

| | | | |
|----------------------|----------|-------|----------|
| Estatística F | 12.11826 | Prob. | 0.000018 |
| Rácio Log likelihood | 24.69569 | Prob. | 0.000004 |

Fonte: Eviews5.0

O *pvalue* de 0,00, inferior ao nível de significância de 10%, leva-nos a rejeitar a hipótese nula de que o modelo está bem especificado e de que não há enviesamentos na

especificação (Gujarati, 2000), (Ver quadro 7 no anexo III). Contudo, testamos outras formas funcionais para além da função quadrática, entre as quais as formas cúbica e logarítmica e concluímos que a forma quadrática é a que permite obter melhores resultados em termos da significância estatística das variáveis explicativas e do modelo em geral. Pressupomos que por detrás deste problema de especificação, esteja o problema de heterocedasticidade, como veremos mais à frente, mas que conseguimos solucionar com recurso aos *SE's* (desvios padrões) robustos do *White*.

- **Inexistência de perfeita multicolinearidade:** Concluímos que não existe uma perfeita relação linear nem colinearidade forte entre algumas ou todas as variáveis explicativas do modelo (Frisch, 1934 citado por Gujarati, 2000). O módulo dos valores da matriz de correlações é sempre inferior a 0,9, como podemos ver no quadro 8 no anexo III (Pestana e Gageiro, 2008). Para além disso, segundo (Gujarati, 2000), tendo em conta que o modelo trata-se de um polinómio de segundo grau, as variáveis explicativas ao quadrado não violam a hipótese da não multicolinearidade.
- **Homocedasticidade:** A *homocedasticidade* é um princípio que requer que a variância dos erros seja igual, finita e constante para todas as observações. A violação deste princípio indica a existência de *heterocedasticidade*, que quando associada à existência de autocorrelação nos erros faz com que os parâmetros estimados pelo método dos mínimos quadrados, embora não enviesados (valor esperado igual ao valor do verdadeiro beta) e consistentes, deixem de ser eficientes (deixem de ser BLUE, Best Linear Unbiased Estimator), ou seja, deixam de ter variância mínima entre todos os estimadores lineares não enviesados (Gujarati, 2000; Pestana e Gageiro, 2005)

Para testarmos a existência de heterocedasticidade no nosso modelo, recorremos primeiramente ao teste *White*. É um teste de fácil aplicação, que permite ultrapassar limitações apresentadas por outros testes que requerem a ordenação das observações referentes às variáveis X que supostamente causaram a heterocedasticidade, ou são sensíveis à hipótese de normalidade, como o teste *Breusch-Pagan* (Gujarati, 2000).

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0: \text{Existe Homocedasticidade dos erros} \\ H_1: \text{Existe Heterocedasticidade dos erros} \end{array} \right.$$

Quadro 32: Heterocedasticidade: Teste White

| | | | |
|---------------|----------|-------|----------|
| Estatística F | 1.374398 | Prob. | 0.183340 |
| Obs*R-squared | 17.32254 | Prob. | 0.184976 |

Fonte: Eview5.0

O teste *White* está associado a um *pvalue* de 0,18, valor este superior ao nível de significância de 10%, o que nos leva a não rejeitar a hipótese nula de *homocedasticidade* dos erros (Ver quadro 9 no anexo III). O *pvalue* de 0,18 encontra-se próximo do nível de significância de 10%, o que pode derivar do facto do modelo ter muitos regressores que inseridos com os seus termos ao quadrado ou cruzados pode consumir rapidamente os graus de liberdade, tendo em conta que o teste *White* também detecta erros de especificação (Gujarati, 2000).

Assim, recorreremos ao teste *Breusch-Pagan* para confirmarmos a inexistência de *heterocedasticidade* dos erros.

O teste *Breusch-Pagan* estima a regressão auxiliar do quadrado dos erros sobre a variável dependente ajustada, partindo do princípio de que a variância do erro é função da combinação linear dos regressores do modelo (Gujarati, 2000).

Quadro 33: Heterocedasticidade: Teste Breusch-Pagan

| | | | |
|---------------|----------|-------|----------|
| Estatística F | 1.629850 | Prob. | 0.099898 |
|---------------|----------|-------|----------|

Fonte: Eviews 5.0

O *pvalue* de 0,99 encontra-se no limiar de aceitação da homocedasticidade, suscitando dúvidas quanto à rejeição da hipótese de heterocedasticidade (Ver quadro 10 no anexo III).

Recorremos então a um terceiro teste à heterocedasticidade, o teste *Glejier*.

O teste *Glejier* por sua vez calcula a regressão dos valores absolutos do erro sobre a variável *X* que supomos que apresenta maior variância (Gujarati, 2000).

Quadro 34: Heterocedasticidade: Teste Gleijer

| | | | |
|---------------|----------|-------|----------|
| Estatística F | 3.121577 | Prob. | 0.001065 |
|---------------|----------|-------|----------|

Fonte: Eviews5.0

Com base num nível de significância de 10% e com um *pvalue* de 0,001 rejeitamos a hipótese nula de homocedasticidade dos erros (Ver quadro 11 no anexo III). Contudo, o facto de termos estimado o modelo com recurso aos *SE's* robustos do *White*, partimos do princípio de que os desvios padrões dos estimadores dos erros estão bem calculados. A correcção dos *SE's* comprovada pelo teste à robustez das variâncias, permite ultrapassar o problema da existência de heterocedasticidade dos resíduos.

- **Ausência de autocorrelação dos erros:** A autocorrelação pressupõe a ausência de independência entre os erros, o que significa que a sua covariância é diferente de zero (Pestana e Gageiro, 2005). A ausência de autocorrelação significa que o

erro de uma observação não é influenciado pelo erro referente a outra observação qualquer (Gujarati, 2000). A ausência de autocorrelação entre os erros pode ser testada com base no teste *Breusch-Godfrey (Serial Correlation LM Test)*.

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0: \text{Os erros não estão autocorrelacionados} \\ H_1: \text{Os erros estão autocorrelacionados} \end{array} \right.$$

Quadro 35: Autocorrelação: Teste Breusch-Godfrey

| | | | |
|---------------|----------|-------|----------|
| Estatística F | 0.678385 | Prob. | 0.509565 |
| Obs*R-squared | 1.512211 | Prob. | 0.469491 |

Fonte: Eview5.0

O teste *Breusch Godfrey* permite-nos aceitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação dos erros, tendo em conta que o *pvalue* de 0,50 é superior ao nível de significância de 10% (Ver quadro 12 no anexo III).

- **Normalidade dos erros**

No caso do nosso modelo, torna-se irrelevante testar a normalidade dos erros. A nossa amostra é de grande dimensão, superior a 80 observações. Para os modelos de regressão linear múltipla, supomos que os erros seguem distribuição normal com média zero (Gujarati, 2000)

Após testarmos as hipóteses do MRLM, interpretaremos os resultados obtidos com os coeficientes, de forma a concluirmos quais os factores que influenciam a variação do rendimento dos beneficiários do microcrédito.

6.2. Análise e Interpretação dos Resultados do Modelo

Com a estimação dos valores dos parâmetros do modelo, obtivemos o seguinte modelo final para a variação do rendimento dos beneficiários (Consultar o *output* no quadro 6, no anexo III):

$$(4) \widehat{Variação} = 399.04 + 0,23Empréstimo - 0,000027 Empréstimo^2 - 0,08 Idade^2 - 709.15 FechadoA3 - 369.52 FechadoD3 - 313.09 Casado.UF + 437.36 Rend_{AcAb} - 440.45 Distrito * Rend_{AcAb} + 244.20 Economia * Sazonalidade - 343.82 ContaOutrem * Secundário - 250.71 Sexo * SectorSecundário$$

Os coeficientes resultantes do modelo interpretam-se da seguinte forma:

- $\beta_1 = 339.04$: é a variável independente, cuja interpretação é economicamente irrelevante, pelo que não a iremos explicar.
- $\beta_2 = 0,23$ e $\beta_3 = -0,000027$: *Ceteris Paribus*³⁷, com base nos coeficientes de β_2 e β_3 , podemos concluir acerca da concavidade da função quadrática, pois o sinal negativo de β_3 nos diz que a variação do rendimento tende a aumentar com o aumento do valor do empréstimo, mas isto até ao valor máximo de empréstimo de 4.259€, a partir do qual a variação começa a diminuir com o aumento do valor do empréstimo, sendo o valor deste decréscimo cada vez maior, de acordo com os cálculos que se seguem. Tendo em conta que a derivada da variação do

³⁷ *Ceteris Paribus* significa, "mantendo o resto constante", e representa o impacto de uma variável sobre outra, mantendo as restantes variáveis constantes.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

rendimento em ordem ao montante de empréstimo corresponde a $\frac{\partial \widehat{\text{Variação}}}{\partial \text{Empréstimo}} = 0,23 + 2 * (-0,000027) * \text{Empréstimo}$, isto implica que $\text{Empréstimo} = \frac{0,23}{2*(0,000027)} = 4.259$.

- $\beta_4 = -0,08$: *Ceteris Paribus*, a variação do rendimento tende sempre a diminuir por cada ano de vida adicional do beneficiário. O valor do decréscimo na variação do rendimento começa por ser de 0,08€, tendendo a ser cada vez maior por cada ano de idade adicional. Isto acontece porque: $\frac{\partial \widehat{\text{Variação}}}{\partial \text{Idade}} = 2 * (-0,08) * \text{Idade}$, isto implica que $\text{Idade} = \frac{0}{2*(0,08)} = 0$.
- $\beta_5 = -709.15$: *Ceteris Paribus*, é a diferença em termos de variação do rendimento dos beneficiários que fecharam o negócio antes dos primeiros três anos de vida, em relação aos indivíduos que mantêm o negócio aberto.
- $\beta_6 = -369.52$: *Ceteris Paribus*, significa que os beneficiários que fecharam o negócio após os três primeiros anos de vida tiveram uma perda de 369.52€ em termos de variação do rendimento, em relação aos que mantêm o negócio aberto.
- $\beta_7 = -313.09$: *Ceteris Paribus*, os beneficiários casados ou vivendo em união de facto tiveram uma perda em termos de variação do rendimento de 313.09€, relativamente aos beneficiários com outro estado civil.
- $\beta_8 = 437.36$ e $\beta_9 = -440.45$: *Ceteris Paribus*, de acordo com o coeficiente β_8 os beneficiários com rendimento inicial acima do salário mínimo obtêm um acréscimo de rendimento de 437.36€, quando a variável distrito assume o valor zero, ou seja, quando os beneficiários pertencem ao distrito do Porto. Logo, *Ceteris Paribus*, o diferencial de variação de rendimento para os beneficiários de

Lisboa e com renda inicial acima do salário mínimo, em relação aos do Porto e com rendimento inicial acima do salário mínimo, será igual à diferença entre β_8 e β_9 (437.36 – 440.45), que corresponde a uma perda de 3.09€ de rendimento. Isto leva-nos a crer que o rendimento inicial acima do salário mínimo contribui para o aumento da variação do rendimento se o beneficiário pertencer ao distrito do Porto.

- $\beta_{10} = 244.20$: *Ceteris Paribus*, os negócios iniciados em anos de crescimento económico e com efeitos sazonais, permitem ter um rendimento adicional de 244.20€, em relação aos iniciados em anos de recessão económica e/ou não influenciados pela sazonalidade. Supomos que tal indique que os efeitos do clima económico favorável na variação do rendimento, sobrepõe-se aos efeitos da sazonalidade que se espera que influencie negativamente a rentabilidade dos negócios, contudo não o podemos provar com base no modelo.
- $\beta_{11} = -343.82$: *Ceteris Paribus*, no momento de adesão ao microcrédito, as habilitações literárias até ao nível do ensino secundário e o facto de os beneficiários trabalharem por conta de outrem, repercute-se negativamente na variação do seu rendimento. Estes, acabam por ter uma perda de 343.82€, em relação aos beneficiários que se encontravam no desemprego ou trabalhavam por conta própria, e/ou que frequentaram a universidade.
- $\beta_{12} = -250.71$: *Ceteris Paribus*, a variação do rendimento das mulheres que implementaram negócios relacionados com actividades do sector secundário, foi cerca de 250.71€ inferior à dos homens e /ou com actividades do sector primário ou terciário. Isto mostra que o sector de serviços pode oferecer maior rentabili-

dade, o que faz sentido, tratando-se de beneficiários de centros urbanos como Lisboa e Porto.

O coeficiente de determinação R^2 mede o grau de ajustamento da recta de regressão da amostra aos dados. À medida que aumenta, uma proporção cada vez maior de Y é explicada pelas variáveis independentes X (Gujarati, 2000).

- $R^2 = 0,45$: Indica que o modelo explica 45% da variação do rendimento dos beneficiários. Os restantes 55% estão contidos no erro, representando variáveis importantes para justificar a variação do rendimento mas que não constam do modelo.

Com a interpretação dos coeficientes do modelo, concluímos que o impacto do microcrédito na variação do rendimento tende a ser maior num beneficiário com as seguintes características: do sexo masculino, não casado, jovem, desempregado ou trabalhador por conta própria, com rendimento inicial acima do salário mínimo, que tenha recebido um montante de empréstimo até aos 4.259€ e cujo negócio pertença ao sector primário ou terciário, implementado no Porto e iniciado numa conjuntura económica favorável.

Em alternativa ao modelo atrás apresentado, optamos por estimar um segundo modelo, utilizando o rendimento final como variável dependente, em substituição à variação do rendimento. O objectivo é avaliar como é que o microcrédito pode influenciar o rendimento final do beneficiário, sem ter em conta a variação face ao rendimento inicial. No ponto que se segue, analisaremos o segundo modelo, para verificarmos se os coeficientes obtidos levam a conclusões semelhantes às do modelo anterior.

6.3. Modelo Alternativo: Variável Dependente Rendimento Final

Utilizando como variável dependente o rendimento final dos beneficiários, obtemos o seguinte modelo (Consultar o *output* no quadro 13, no anexo IV):

$$\begin{aligned}(5) \widehat{RendFinal} = & 328.85 + 0,28Empréstimo - 0,000032 Empréstimo^2 - 718.51 FechadoA3 - \\ & 397.36 FechadoD3 - 340.69 Casado.UF + 977.84 Rend_{AcAb} - \\ & 486.92 Distrito * Rend_{AcAb} + 827.40 Economia * Sazonalidade - \\ & 365.52 ContaOutrem * Secundário - 327.88 ContaOutrem * \\ & SectorSecundário - 12.98 Idade * Sazonalidade + 224.74 Casado.UF * \\ & UnivBach\end{aligned}$$

As variáveis socioeconómicas deste novo modelo são as mesmas do modelo anterior, com a excepção da variável *UnivBach*, que assume o valor 1 para os beneficiários com habilitações literárias a nível do ensino superior ou com o bacharelato e 0 para os restantes.

À semelhança do modelo anterior e utilizando o mesmo conjunto de testes, testamos as hipóteses do MRLM para o modelo actual, ao que concluímos que o modelo cumpre todas as hipóteses, com excepção da forma funcional e da hipótese de Homocedasticidade que foi ultrapassado com recurso aos *SE's* robustos do *white* (Consultar quadros 14 a 19 no anexo IV).

Quanto à interpretação dos coeficientes, verificamos que:

- $\beta_1 = 328.85$: é a variável independente.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- $\beta_2 = 0,28$ e $\beta_3 = -0,000032$: O rendimento final tende a aumentar com o aumento do valor do empréstimo, mas isto até ao valor máximo de empréstimo de 4.375€, a partir do qual o rendimento final começa a diminuir com o aumento do valor do empréstimo, sendo o valor deste decréscimo cada vez maior, de acordo com os cálculos que se seguem. Tendo em conta que a derivada do rendimento final em ordem ao montante de empréstimo corresponde a $\frac{\partial \widehat{RendFinal}}{\partial Empréstimo} = 0,28 + 2 * (-0,000032) * Empréstimo$, isto implica que $Empréstimo = \frac{0,28}{2*(0,000032)} = 4.375$.
- $\beta_4 = -718.51$: *Ceteris Paribus*, é a diferença em termos do rendimento final dos beneficiários que fecharam o negócio antes dos primeiros três anos de vida, em relação aos indivíduos que mantêm o negócio aberto.
- $\beta_5 = -397.36$ *Ceteris Paribus*, significa que os beneficiários que fecharam o negócio após os três primeiros anos de vida, tiveram uma perda em termos do rendimento final de 397.36€, em relação aos que mantêm o negócio aberto.
- $\beta_7 = 977.84$ e $\beta_8 = -486.92$: *Ceteris Paribus*, de acordo com o coeficiente β_7 , os beneficiários com rendimento inicial acima do salário mínimo obtêm um acréscimo no rendimento final de 977.84€, quando a variável distrito assume o valor zero, ou seja, quando os beneficiários pertencem ao distrito do Porto. Logo, *Ceteris Paribus*, o diferencial em termos do rendimento final para os beneficiários de Lisboa e com rendimento inicial acima do salário mínimo, em relação aos do Porto e com rendimento inicial acima do salário mínimo, será igual à diferença entre β_7 e β_8 ($977.84 - 486.92$), que corresponde a um aumento do rendimento final de 490.92€ inferior ao aumento de 977,84€ para os bene-

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

ficiários do Porto. Neste caso, o rendimento inicial acima do salário mínimo, contribui para o aumento do rendimento final, independentemente do distrito, embora com maior impacto positivo para o distrito do Porto.

- $\beta_9 = 827.40$: *Ceteris Paribus*, os negócios iniciados em anos de crescimento económico e com efeitos sazonais, permitem ter um rendimento final adicional de 827.40€, em relação aos iniciados em anos de recessão económica e/ou não influenciados pela sazonalidade.
- $\beta_{10} = -365.52$: *Ceteris Paribus*, no momento de adesão ao microcrédito, as habilitações literárias a nível do ensino secundário e o facto de os beneficiários trabalharem por conta de outrem, repercute-se negativamente no seu rendimento final. Estes, acabam por ter uma perda de 365.52€, em relação aos beneficiários que se encontravam no desemprego ou trabalhavam por conta própria e/ou que frequentaram a universidade.
- $\beta_{11} = -327.88$: *Ceteris Paribus*, o facto de o beneficiário trabalhar por conta de outrem, continua a influenciar negativamente o seu rendimento final. Adicionado ao facto do negócio implementado estar associado a actividades do sector secundário, faz com que tenha uma perda de 327.88€ no seu rendimento final, relativamente aos beneficiários desempregados ou que trabalhavam por conta própria e/ou que abriram um negócio no sector primário ou no sector dos serviços.
- $\beta_{12} = -12.68$: *Ceteris Paribus*, o carácter de sazonalidade do negócio implementado e o aumento da idade do beneficiário, fazem com que cada ano de idade adicional leve à redução do rendimento final em 12.68€.

- $\beta_6 = -340.69$ e $\beta_{13} = 224.74$: *Ceteris Paribus*, de acordo com o coeficiente β_6 , os beneficiários casados ou vivendo em união de facto, sofrem uma perda em termos do rendimento final de 340.69€, quando a variável *UnivBach* assume o valor zero, ou seja, quando os beneficiários possuem habilitações literárias a nível do ensino secundário. Logo, *Ceteris Paribus*, o diferencial em termos do rendimento final para os beneficiários casados ou em união de facto e com escolaridade a nível do ensino superior ou o bacharelato, em relação aos casados ou em união de facto mas com o secundário, será igual à diferença entre β_6 e β_{13} ($224.74 - 340.69$), que corresponde a uma redução do rendimento final de 115.95€. Concluimos que o impacto negativo do estado civil casado ou em união de facto sobrepõe-se ao efeito positivo da elevada escolaridade do beneficiário.
- $R^2 = 0,58$: indica que o modelo explica 58% da variação do rendimento dos beneficiários. Os restantes 42% estão contidos no erro.

Com base neste modelo, concluimos que o microcrédito gera maior impacto no rendimento final dos beneficiários com o seguinte perfil: jovem, com elevado grau de escolaridade desde que não seja casado ou viva em união de facto, desempregado ou trabalhador por conta própria, com rendimento inicial acima do salário mínimo, que tenha recebido um montante de empréstimo até 4.375€ e cujo negócio tenha sido desenvolvido no sector primário e preferencialmente terciário, com carácter não sazonal e num ambiente de crescimento económico.

Os dois modelos obtidos apresentam resultados semelhantes em termos do sinal dos indicadores que acabam por afectar o rendimento dos beneficiários. Contudo, não os podemos comparar com base no coeficiente de determinação R^2 pelo facto de não terem

a mesma variável dependente Y . No entanto, o primeiro modelo parece ser mais coerente em termos dos valores de alguns dos coeficientes. Por exemplo, o facto do rendimento inicial de um beneficiário do Porto estar acima do salário mínimo, leva a uma variação do rendimento de 437.36€ no primeiro modelo, enquanto no segundo gera um aumento no rendimento final de 977.84€, que constitui um valor demasiado elevado quando comparado com a realidade económica e salarial de Portugal. O mesmo se verifica com o impacto conjunto das variáveis economia e sazonalidade.

Com base nos dois modelos, podemos identificar os indicadores socioeconómicos com impacto sobre o rendimento dos beneficiários.

Os que contribuem para o aumento do rendimento: rendimento inicial acima do salário mínimo; valores de empréstimo até ao máximo de 4.375€ ou 4.259€; ambiente económico favorável; elevado grau de escolaridade; distrito, sobretudo o distrito do Porto.

Os que contribuem para a redução do rendimento: idade; sexo feminino; estado civil casado ou em união de facto; reduzido grau de escolaridade, a nível do ensino secundário; trabalho por conta de outrem; trabalho no sector secundário; sazonalidade do negócio.

Após identificarmos os factores que influenciam o rendimento dos beneficiários dos distritos de Lisboa e Porto, concluímos que o microcrédito contribui para o aumento do rendimento dos portugueses que constituem a nossa amostra. Contudo o impacto do microcrédito na redução da pobreza parece ser pouco expressivo, tendo em conta que as características dos indivíduos que constituem a nossa amostra, como o rendimento inicial acima do salário mínimo e o elevado nível de escolaridade, mostram que a maior parte dos beneficiários abrangidos pelo microcrédito não faz parte da população pobre.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

Os nossos dados mostram que apenas 43 (34,96%) dos beneficiários de Lisboa e Porto apresentavam um rendimento mensal inferior ao salário mínimo nacional e de entre estes, apenas 19 conseguiram com a adesão ao microcrédito atingir um rendimento superior ao salário mínimo nacional, representando 15,45% do total da amostra considerada.

Conclusões

O microcrédito e a microfinança são actividades de teor económico, financeiro e social, que têm ganho expressão nas últimas décadas, sobretudo nos países subdesenvolvidos asiáticos e latino-americanos. Um pouco por todo o mundo, personalidades e instituições como Muhammad Yunus e o Banco Grameen, contribuíram para que muitos pobres tivessem acesso ao crédito e à instrução necessária para investirem numa actividade de subsistência, escapando à pobreza e exclusão social.

A União Europeia não é excepção quando se fala de desenvolvimento e expansão do microcrédito e da microfinança, tendo em conta o interesse manifestado pela Comissão Europeia na sua promoção e as iniciativas como a ADIE (*Association pour le Droit à l'initiative Economique*) implementadas em países europeus desenvolvidos como a França.

No caso de Portugal, não se pode falar de microfinança tendo em conta que no contexto nacional apenas existe o microcrédito. O microcrédito foi implementado em Portugal em 1998, por iniciativa da ANDC. A ANDC é o principal actor do microcrédito nacional, servindo de intermediária entre os beneficiários e os bancos responsáveis pela concessão dos microempréstimos. O acompanhamento na implementação do negócio, a redução da burocracia, das garantias exigidas e do tempo de espera para o desembolso do empréstimo são vantagens resultantes da intermediação conseguida pela ANDC, relativamente aos processos normais de empréstimo.

Os resultados obtidos com o trabalho, permitem-nos concluir que o microcrédito contribuiu para o aumento do rendimento de 71,54% dos beneficiários de Lisboa e Porto, permitindo um incremento médio de 365€ no seu rendimento mensal. Para este

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

aumento, contribuíram factores como o facto de o beneficiário ser do sexo masculino, o rendimento inicial acima do salário mínimo nacional, o elevado grau de escolaridade, a escolha de um negócio de preferência no sector dos serviços e implementado do distrito do Porto e o ambiente económico favorável. Os beneficiários que não se enquadram neste padrão tendem a verificar aumentos de rendimento inferiores ao indicado, o que mostra que o impacto positivo do microcrédito tem privilegiado os beneficiários com rendimentos mais elevados em alternativa aos pobres.

Apesar do impacto positivo a nível do rendimento, apenas 39% das empresas criadas com o apoio do microcrédito permanecem em actividade, sendo que mais de metade das que encerraram fizeram-no antes dos primeiros três anos de vida, ou seja, antes do reembolso do empréstimo. Isto leva a crer que o aumento de rendimento proporcionado pelo microcrédito, em grande parte dos casos foi apenas de curto prazo, estagnando ou regredindo após os primeiros três anos. A instabilidade económica e financeira de Portugal nos últimos anos foi indicada como a principal causa para o insucesso dos negócios financiados pelo microcrédito. Por outro lado, os beneficiários apontam algumas falhas do sistema de microcrédito, queixando-se em alguns casos do facto do montante dos empréstimos ser diminuto para financiar a totalidade dos projectos e do deficiente acompanhamento por parte da ANDC na sua projecção e concretização.

Adicionando a essas limitações, a constatação de que 65,04% dos beneficiários dispunham de um rendimento superior ao salário mínimo nacional no momento em que aderiram ao microcrédito, e de que dos restantes 34,96% apenas 15,45% conseguiram atingir um rendimento superior ao salário mínimo com a adesão ao microcrédito, surgem algumas dúvidas acerca da consistência do sector do microcrédito em Portugal e da sua relação com a redução da pobreza. Pressupõe-se limitações do sistema (ANDC)

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

para abranger grande parte da população realmente necessitada do microcrédito, a escassez de técnicos para acompanhamento e melhor planeamento dos projectos, de forma a conhecer as reais necessidades de financiamento e evitar que os empréstimos sejam insuficientes e ainda a dependência financeira do estado (IEFP) para garantir a sustentabilidade da ANDC.

Para ultrapassar estes problemas, sugere-se a maior divulgação da actividade do microcrédito de modo a atrair cada vez mais clientes, voluntários, parcerias com instituições sociais e não só, e novas fontes de financiamento públicas, privadas e individuais. Talvez seja altura de apostar em parcerias com instituições de ensino de forma a estimular a qualificação dos beneficiários e aumentar as probabilidades de sucesso dos projectos desenvolvidos. É igualmente necessário avançar para a microfinança em Portugal criando, para além do crédito, serviços financeiros para os pobres, de entre os quais serviços de poupança e produtos de investimento financeiro onde possam aplicar os excedentes resultantes da sua actividade profissional.

Em suma, o sector do microcrédito em Portugal tem vindo a expandir desde a sua implementação e tem permitido, no geral, aumentar as condições financeiras e o nível de bem-estar dos seus beneficiários. Contudo, o seu impacto na redução da pobreza tem sido bastante reduzido, tendo em conta que a população abrangida não tem sido a população verdadeiramente pobre e necessitada, mas sim beneficiários com rendimentos acima do limiar nacional de pobreza e com elevado grau de escolaridade, entre outras características que contribuem para o sucesso na implementação dos respectivos negócios. O facto de ser um sector jovem, ainda em fase de crescimento, com fraca expressão a nível do sector financeiro nacional, aliado à crítica situação económica e financeiri-

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

ra do país, onde os próprios bancos enfrentam dificuldades em se financiarem, faz com que enfrente limitações em sustentar o seu crescimento.

Limitações do Trabalho

As principais limitações à realização do trabalho verificaram-se na recolha de dados.

_ A impossibilidade em termos de tempo e de custo, para a obtenção de dados acerca de todos os beneficiários que aderiram ao microcrédito a nível nacional, levaram à necessidade de reduzir a amostra e englobar apenas os beneficiários de Lisboa e Porto.

_ A reduzida disponibilidade dos beneficiários para participarem do questionário telefónico, bem como a sua relutância em revelar o seu rendimento, contribuíram igualmente para a redução da amostra inicialmente pretendida e provavelmente para erros de medida caso não tenham sido sinceros ao revelarem o seu rendimento.

_ A inexistência de dados, para além dos constantes do ficheiro da ANDC sobre indicadores socioeconómicos possíveis de afectar o rendimento dos beneficiários, fez com que os modelos econométricos evidenciassem uma capacidade inferior a 50% para explicar a variação do rendimento dos beneficiários.

_ A inexistência de dados publicados acerca das actividades desenvolvidas por outras instituições, bem como das iniciativas particulares dos bancos no âmbito do microcrédito, levaram a que fossem considerados apenas os dados sobre a ANDC na caracterização do sector de microcrédito em Portugal.

Referências Bibliográficas

- _ Alves, M. (2006), O Microcredito: mais uma panaceia? O que foi feito e o que importa fazer com o Microcredito em Portugal, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, **13**.
- _ Alves, M. (2006a), Microcredito em Portugal, o que é e o que não é: Intervenção do Presidente da ANDC na cerimónia de assinatura do protocolo com o IEFP, Lisboa.
- _ Alves, M. (2007), O microcredito anda na boca de toda a gente mas não basta, *Colecção Dirigir*, **99**.
- _ Amaro, R. (2003), Desenvolvimento, um conceito ultrapassado ou uma renovação: Da teoria à pratica e da prática à teoria, *Caderno de Estudos Africanos*, ISCTE, **4**.
- _ ANDC. (2009), *Estatísticas gerais, 1999 a Outubro de 2009*.
- _ ANDC. (2010), *Estatísticas de síntese, 1999 a Novembro de 2010*.
- _ Ashe, J. (2000), Microfinance in United States, the working capital experience – Ten years of lending and learning, *Journal of Microfinance*, **2**.
- _ Belo, F. e Centeio, J. (2001), Financiamentos alternativos / Microfinanciamento; Breve apresentação, *Associação Nacional de Direito ao Crédito*.
- _ Bruto da Costa, A. (1998), Exclusões Sociais, *Colecção Fundação Mário Soares, Cadernos Democráticos*, **2**.
- _ Canale, R. (2010), Microcredit in advanced economies as a "third way": A theoretical reection, *MPRA_ Munich Personal Repec Archive, University of Naples, Italy*, **21109**.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Carvalho Mendes, A.M.S *et al.* (2007), Estudo de avaliação do sistema do Microcrédito em Portugal, *Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada*, Quatenaire, Portugal.
- _ Castro Miranda, S.M.F. (2008), *O Microcrédito como Instrumento de Combate à Pobreza e Exclusão; Uma Abordagem dos Factores de Sobrevivência e Mortalidade das Microempresas em Portugal*, Tese de Mestrado em Economia Social, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- _ Cerven, J. e Ghazanfar, S. (1999), Third world Microfinance: Challenges of growth and possibilities for adaptation, *The Journal of Social, Political, and Economic Studies*, **24**.
- _ CGAP. (1998), Mobilization strategies, lessons from four experiences, *Focus Note*, **13**.
- _ Chen, G. *et al.* (2010). Growth and vulnerabilities in microfinance, *CGAP, Focus Note*, **6**.
- _ Comissão Europeia. (2003), Le microcredit pour la petite entreprise et sa creation: combler une lacune du marché, *Publications DG enterprises*, Rapport.
- _ Coutinho, A. e Silva, P. (2005), Microcrédito em Portugal - Uma nova oportunidade, *Millenium BCP*, 1ª edição, Lisboa, 21.
- _ Credit and Development Fórum. (2006), *Banglaseh microfinance country profile*, Bangladesh.
- _ Daley - Harris, S. (2009), State of the Microcredit Summit Campaign report 2009, *Microcredit Summit Campaign*, Washington D.C, United States of America.
- _ De Vaus, D.A. (1991), *Surveys in Social Research*, Third Edition, *Allen & Unwin*, Sydney.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Eurobarometer 60.2. (2003), Employment and Social Policies, Financial Services, Harmful Internet Content, and Product Safety, *Inter-university Consortium for Political and Social Research*, Michigan.
- _ European Commission. (2008), Financial services provision and prevention of financial exclusion.
- _ European Comission. (2010), The european platform against poverty and social exclusion: A european framework for social and territorial cohesion, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee of the regions, Brussels, **1564**.
- _ Eurostat. (2010), Combating poverty and social exclusion , a statistical portrait of the European Union 2010, *Eurostat Statistical Books*, ISSN 1830-7906.
- _ Gujarati, D.N. (2000), *Econometria Básica*, 3ª edição, Makron Books, Pearson Education do Brasil, São Paulo.
- _ Hamada, M. (2010), Financial services to the poor: An introduction to the special issue on microfinance, *Developing Economies, Institute of Developing Economies*, **48**.
- _ Head, T. (2001), Performance measurement and benchmarking: experience of the opportunity international network, *The Microbanking Bulletin*, **7**, 20.
- _ Hollis, A. e Sweetman, A. (1998), Microcredit: What can we learn from the past? *World Development*, **26** (10).
- _ Hölvényi, G. (2009), Microcrédito em prol do crescimento e do emprego, Relatório PPE-DE, **4**, Março II.
- _ Hou, J. *et al.* (2005), Potential of Credit Scoring in Microfinance Institution in US, *University of Kentucky*, **9**.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Huang, J. *et al.* (2010), The development of professional microcredit in developed countries, evaluations, tools and systems: Best models and best practices, *Institut CDC Pour la Recherche*.
- _ Hulme, M. e Mosley, P. (1996), Finance against poverty, Vol 1, London: Routledge.
- _ INE (2010a), Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal_ Rendimento e condições de vida 2004-2009.
- _ INE (2010b), Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas 2008, Micro, Pequenas e Médias Empresas em Portugal, *Destaque (28706/2010)*.
- _ Jayo, B. *et al.* (2008), Overview of the microcredit sector in the European Union 2006-2007, *European Microfinance Network*, **5**.
- _ Jayo, B *et al.* (2010), Overview of the microcredit sector in the European Union 2008-2009, *European Microfinance Network*, **6**.
- _ Khandker, S.R. (1998), Fighting poverty with microcredit: Experience in Bangladesh, *The Oxford University Press*.
- _ Khandker, S.R. (2003), Microfinance and poverty: Evidence using panel data from Bangladesh, *World Bank Policy Research*, Working Paper 294.
- _ Lacalle, Maricruz *et al.* (2010), Glossario básico sobre Microfinanzas: Reedición ampliada, *Nantik Lum*, *Colección Cuadernos Monográficos*, **12**.
- _ Lapenu, C. e Zeller, M. (2001), Distribution, growth, and performance of microfinance institutions in Africa, Asia, and Latin America, food Consumption and nutrition, *Discussion Paper Briefs*, Division of the International Food Policy Research Institute, **114**.
- _ Lelart, M. (2007), Deux essais sur la microfinance. Le père du microcredit honoré par le Prix Nobel de la Paix- Mondialisation et microfinance, *Revue D'Economie Politique*. **117**.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Littlefield, E. e Kneiding, C. (2009), The global financial crisis and its impact on microfinances, Enfoques, CGAP, Washington D.C.
- _ Martins Silva, R.P. (2006), *O microcrédito em Portugal: Do fim do apartheid financeiro ao estudo de caso*, Trabalho para sistemas de financiamento da economia solidária, Mestrado Economia Social e Solidária, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- _ McGuire, B. (1998), The Asian financial crisis: some implications for microfinance, *The Microbanking Bulletin*, **2**.
- _ Microfinance centre, European Microfinance Network e Community Development Finance Association. (2006), *From exclusion to inclusion through microfinance- Report 4 - Innovative approaches and products for combating financial exclusion*.
- _ Jeremie. (2009), *Microfinance market study in the Framework of Jeremie. Cross country on western Europe: United Kingdom, Spain Germany, Italy*.
- _ Morão, M. (2003), *Exclusão Social e o Emprego: Perspectivas, Realidades e Políticas na União Europeia*, Tese de mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 29.
- _ Morduch, J. (1999), The microfinance promise, *Journal of Economic Literature*, **37**(4).
- _ Mosley, P e Rock, J. (2004), Microfinance, labour market and poverty in Africa: A study of six institutions, *Journal of International Development*, University of Sheffield, Sheffield, United Kingdom, **16**.
- _ Nagarajan, G. (2001), Productivity drivers and trends, *The Microbanking Bulletin*, **6**.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Organização das Nações Unidas. (2004), UN launches international year of micro-credit 2005, microentrepreneurs rising in year by opening stock exchange around the world, Press Release DEV/2492, OBV/45.
- _ Otero, M. (2001), Las mejores practicas de las Microfinanzas en el mundo – Vison del futuro de las Microfinanzas, *Acta do Congresso WMFBP*, CGAP, Lima, Peru.
- _ Pereirinha, J. (2008), *Política social – Fundamentos da actuação das políticas públicas*, Universidade Aberta, Lisboa.
- _ Pestana. M. H. e Gageiro, J.N. (2005), *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complemetariedade do SPSS*, 1ª edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- _ Pestana. M. H. e Gageiro, J.N. (2008), *Descobrimdo a Regressão com a Complemetariedade do SPSS*, 5ª edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- _ Planet Finance. (2007), Review of the microfinance sector in selected western European countries: Organization, dynamics and potential development.
- _ Pires, A.J. (2009), *O Microcrédito em economias desenvolvidas: Estudo de caso em Portugal*, Tese de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão.
- _ Pollinger. J *et al.* (2007), The question of sustainability for microfinance institutions, *Journal of Small Business Management*, **45**.
- _ Pontificia Universidad Javeriana. (2008), El microcrédito como instrumento para el alivio de la pobreza: Ventajas y limitaciones, *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Colombia, **5**.
- _ Reille, X. e Kneiding, C. (2009), The impact of the financial crisis on microfinance institutions: results from CGAP’s March 2009 opinion survey, *The Microbanking Bulletin*, **18**.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

- _ Rhyne, E. e Otero, M. (2006), Microfinance through the next decade: visioning the who, what, where, when and how, *Accion International*.
- _ Schreiner, M. e Morduch, J. (2001), Replicating microfinance in the United States: Opportunities and Challenges, *Washington University in St. Louis e New York University*.
- _ Sengupta, R. e Aubuchon, C. (2008), The microfinance revolution, an overview, *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, **90**(1).
- _ Stephens, B. (2008), A transformative period for microfinance, *The Microbanking Bulletin*, **16**.
- _ The Microbanking Bulletin, (1998), Highlights, **2**.
- _ Thiel, V. (2009), The impact of the economic crisis on asset building in Europe: using opportunities and creating resilience, *European Microfinance Network, Electronic investigation Bulletin*, **1**.
- _ United Nations, (2011), *World economic situation and prospects 2011*, New York.
- _ Weber, H. (2004), The “new economy” and social risk: banking the poor? *Review of International Political Economy*, **11** (2).
- _ Yunus, M. (1997), *O Banqueiro dos Pobres*, 5ª edição, Difel.
- _ Yunus, M. (2008), *Criar um Mundo sem Pobreza: O Negócio Social e o Futuro do Capitalismo*, 1ª edição, Difel.

Páginas na Internet

ACCION: <http://www.accion.org/>

ADIE: <http://www.adie.org/>

ANDC: <http://www.microcredito.com.pt/>

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

CGAP: www.cgap.org/

European Microfinance Network: <http://www.european-microfinance.org/>

Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Grameen Bank: <http://www.grameen-info.org/>

INE: www.ine.pt

Jasmine: <http://www.welcomeurope.com/>

Jeremie: <http://www.eif.europa.eu/jeremie/>

Micro – Credit Ratings: www.m-cril.com

Microcredit Summit Campaign: <http://www.microcreditsummit.org/>

Microfinance Center: <http://www.mfc.org.pl/>

Microfinanza Ratings: www.microfinanzarating.com

MIX: <http://www.themix.org/>

Planet Finance: <http://www.planetfinancegroup.org/>

Portail Microfinance: <http://www.lamicrofinance.org/>

Anexos

Anexo I - Microfinança e Microcrédito

Quadro 1: Distribuição da Microfinança por Região e Género: 31/12/2006 – 31/12/2007³⁸

| Região | Nº Programas | Cientes 2006 | Cientes 2007 | Pobres 2006 | Pobres 2007 | Mulheres pobres 2006 | Mulheres pobres 2007 |
|--------------------------------------|--------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Africa Sub-Sahariana | 935 | 8.411.416 | 9.189.825 | 6.182.812 | 6.379.707 | 4.036.017 | 3.992.752 |
| Ásia e Pacífico | 1.727 | 112.714.909 | 129.438.919 | 83.755.659 | 96.514.127 | 72.934.477 | 82.186.663 |
| América Latina e Caraíbas | 613 | 6.755.569 | 7.772.769 | 1.978.145 | 2.206.718 | 1.384.338 | 1.450.669 |
| Médio Oriente e Norte de África | 85 | 1.722.274 | 3.310.477 | 755.682 | 1.140.999 | 621.111 | 890.418 |
| Total Países Subdesenvolvidos | 3.360 | 129.604.168 | 149.711.990 | 92.672.298 | 106.241.551 | 78.975.943 | 88.520.502 |
| América do Norte e Europa Ocidental | 127 | 54.466 | 176.958 | 25.265 | 109.318 | 11.765 | 72.576 |
| Europa Oriental e Ásia Central | 65 | 3.372.280 | 4.936.877 | 225.011 | 233.810 | 142.873 | 133.815 |
| Total Países Industrializados | 192 | 3.426.746 | 5.113.835 | 250.276 | 343.128 | 154.638 | 206.391 |
| Total | 3.552 | 133.030.914 | 154.825.825 | 92.922.574 | 106.584.679 | 79.130.581 | 88.726.893 |
| % Países Subdesenvolvidos | 94,6 | 97,4 | 96 | 99,7 | 99,7 | 99,8 | 99,7 |

Fonte: Microcredit Summit Campaign, Report 2009

Quadro 2: Número de IMF Financeiramente Auto-sustentáveis (1998-2008)

| Estatuto | Nº IMF | | | |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1998 | | 2008 | |
| | FSS | Não FSS | FSS | Não FSS |
| África | 9 | 12 | 132 | 72 |
| EAP | 4 | 7 | 129 | 29 |
| ECA | | 4 | 207 | 66 |
| LAC | 31 | 9 | 259 | 72 |
| MENA | | 5 | 39 | 27 |
| Ásia | 9 | 8 | 108 | 35 |
| Total | 53 | 45 | 874 | 301 |
| % Total | 54,08% | 45,92% | 74,38% | 25,62% |

³⁹Fonte: MIX (Microfinance Information Exchange)

EAP – Este da Ásia e Pacífico

ECA_ Europa do Leste e Ásia Central

³⁸ Os dados não abrangem a totalidade das IMF existentes mas apenas as que compõe a base de dados Microfinance Information Exchange disponíveis em <http://www.themix.org/>, dada a inexistência de dados referentes às restantes instituições.

³⁹ <http://www.themix.org/> : Os dados foram recolhidos manualmente em diversos pontos do site, inviabilizando a referência da localização exacta dos mesmos.

O Microcrédito em Portugal:
O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza

LAC – América Latina e Caraíbas

MENA – Médio Oriente e Norte da África

FFS – Financially self - sufficient

Anexo II - União Europeia

Quadro 3: Empréstimos Concedidos a Nível Regional (2007)

| Microempréstimos Concedidos | Número | % | Montante Milhões € | % |
|--------------------------------|---------------|------------|--------------------|------------|
| ⁴⁰ Europa do Leste | 15.793 | 37 | 94 | 24 |
| ⁴¹ Europa Ocidental | 26.957 | 63 | 300 | 76 |
| Total da EU | 42.750 | 100 | 394 | 100 |

⁴²Fonte: REM (2006)

Quadro 4: Empréstimos concedidos a nível regional (2009)

| Microempréstimos Concedidos | Número | % | Montante Milhões € | % |
|--------------------------------|---------------|------------|--------------------|------------|
| ⁴³ Europa do Leste | 18.293 | 26 | 307 | 39 |
| ⁴⁴ Europa Ocidental | 51.027 | 74 | 477 | 61 |
| Total da EU | 69.320 | 100 | 784 | 100 |

⁴⁵Fonte: REM (2009)

Quadro 5: Evolução do Número e Montantes de Empréstimos Concedidos na UE (2005-2009)

| Microempréstimos Concedidos | 2005 | 2006 | 2007 | 2009 |
|-----------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Nº | 27.000 | 35.553 | 42.750 | 69.320 |
| Total (milhões €) | 210 | 295 | 394 | 784 |
| Valor médio | 7.700 | 10.974 | 11.002 | 10.012 |

Fonte: REM (2009)

⁴⁰ Hungria, Bulgária, Eslováquia e Polónia

⁴¹ Austria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália , Holanda, Portugal, Espanha, Suíça e Reino Unido

⁴² Jayo, B et al, (2008), Overview of the microcredit sector in the European Union 2006-2007, *European Microfinance Network*, 5, 5-6.

⁴³ Hungria, Bulgária, Eslováquia e Polónia

⁴⁴ Austria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália , Holanda, Portugal, Espanha, Suíça e Reino Unido

⁴⁵ Jayo, B et al, (2010), Overview of the microcredit sector in the European Union 2008-2009, *European Microfinance Network*, slides slides 4-9, 25 e 27.

Anexo III - MRLM (Variável Dependente Variação do Rendimento)

Quadro 6: Modelo de Regressão Linear Múltipla

Dependent variable: VARIAÇÃO

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 399.0386 | 252.3299 | 1.581416 | 0.1166 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -440.4540 | 235.9863 | -1.866439 | 0.0646 |
| CASADOUF | -313.0939 | 85.39918 | -3.666240 | 0.0004 |
| FECHADOA3 | -709.1516 | 106.4914 | -6.659236 | 0.0000 |
| FECHADOD3 | -369.5153 | 101.2088 | -3.651018 | 0.0004 |
| EMPRESTIMO | 0.235123 | 0.127955 | 1.837546 | 0.0688 |
| EMPRESTIMO^2 | -2.70E-05 | 1.57E-05 | -1.721611 | 0.0879 |
| IDADE^2 | -0.080165 | 0.043824 | -1.829251 | 0.0700 |
| REND_AC_AB | 437.3637 | 230.2800 | 1.899269 | 0.0601 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 244.1956 | 109.9578 | 2.220811 | 0.0284 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -343.8153 | 98.79823 | -3.479975 | 0.0007 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | -250.7102 | 102.7185 | -2.440750 | 0.0162 |
| R-squared | 0.453699 | Mean dependent var | | 365.4065 |
| Adjusted R-squared | 0.399561 | S.D. dependent var | | 541.0432 |
| S.E. of regression | 419.2435 | Akaike info criterion | | 15.00725 |
| Sum squared resid | 19509930 | Schwarz criterion | | 15.28161 |
| Log likelihood | -910.9458 | F-statistic | | 8.380424 |
| Durbin-Watson stat | 1.779802 | Prob(F-statistic) | | 0.000000 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 7: Teste Ramsey Reset

| | | | |
|----------------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 12.11826 | Probability | 0.000018 |
| Log likelihood ratio | 24.69569 | Probability | 0.000004 |

Dependent variable: VARIAÇÃO
Method: Least Squares
Included Observations: 123
White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 328.3573 | 265.7741 | 1.235475 | 0.2193 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -25.70821 | 120.0696 | -0.214111 | 0.8309 |
| CASADOUF | -129.0984 | 50.62272 | -2.550206 | 0.0122 |
| FECHADOA3 | -357.0820 | 100.2136 | -3.563210 | 0.0005 |
| FECHADOD3 | -101.6643 | 84.10971 | -1.208711 | 0.2294 |
| EMPRESTIMO | 0.052058 | 0.112220 | 0.463895 | 0.6436 |
| EMPRESTIMO^2 | -4.80E-06 | 1.38E-05 | -0.348454 | 0.7282 |
| IDADE^2 | -0.033931 | 0.038208 | -0.888054 | 0.3765 |
| REND_AC_AB | 53.31592 | 113.3282 | 0.470456 | 0.6390 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 19.65154 | 121.7955 | 0.161349 | 0.8721 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -203.0536 | 86.45960 | -2.348537 | 0.0207 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | -32.67753 | 72.24339 | -0.452326 | 0.6519 |
| FITTED^2 | -0.000134 | 0.000724 | -0.185708 | 0.8530 |
| FITTED^3 | 8.04E-07 | 7.45E-07 | 1.078990 | 0.2830 |
| R-squared | 0.553074 | Mean dependent var | | 365.4065 |
| Adjusted R-squared | 0.499771 | S.D. dependent var | | 541.0432 |
| S.E. of regression | 382.6628 | Akaike info criterion | | 14.83899 |
| Sum squared resid | 15960958 | Schwarz criterion | | 15.15908 |
| Log likelihood | -898.5980 | F-statistic | | 10.37603 |
| Durbin-Watson stat | 2.076071 | Prob(F-statistic) | | 0.000000 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 8: Matriz de Correlações entre as Variáveis Explicativas

| Variáveis | Emp | Idade | CasadoUf | FA3 | FD3 | Rend_Ac_Ab | Dist | Econ | Saz | C.Outrem | Sec | Sexo | S.Sec |
|------------|-------|-------|----------|-------|-------|------------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|
| Emp | 1,00 | -0,06 | 0,07 | 0,07 | -0,16 | 0,03 | 0,09 | -0,07 | 0,08 | -0,01 | -0,05 | -0,05 | -0,16 |
| Idade | -0,06 | 1,00 | 0,11 | -0,04 | -0,05 | 0,07 | 0,00 | 0,00 | 0,08 | 0,13 | -0,16 | -0,01 | 0,03 |
| CasadoUf | 0,07 | 0,11 | 1,00 | -0,04 | 0,06 | 0,08 | -0,04 | -0,03 | 0,04 | -0,08 | -0,01 | -0,14 | 0,00 |
| FA3 | 0,07 | -0,04 | -0,04 | 1,00 | -0,44 | -0,01 | 0,05 | -0,01 | 0,01 | -0,09 | 0,00 | 0,03 | -0,17 |
| FD3 | -0,16 | -0,05 | 0,06 | -0,44 | 1,00 | -0,25 | 0,02 | 0,03 | -0,07 | -0,03 | 0,02 | -0,01 | 0,08 |
| Rend_Ac_Ab | 0,03 | 0,07 | 0,08 | -0,01 | -0,25 | 1,00 | 0,07 | -0,05 | 0,09 | 0,10 | -0,11 | -0,11 | 0,14 |
| Dist | 0,09 | 0,00 | -0,04 | 0,05 | 0,02 | 0,07 | 1,00 | -0,08 | -0,06 | 0,14 | 0,20 | -0,11 | -0,04 |
| Econ | -0,07 | 0,00 | -0,03 | -0,01 | 0,03 | -0,05 | -0,08 | 1,00 | 0,11 | 0,02 | 0,08 | 0,07 | -0,02 |
| Saz | 0,08 | 0,08 | 0,04 | 0,01 | -0,07 | 0,09 | -0,06 | 0,11 | 1,00 | -0,11 | -0,06 | -0,05 | 0,03 |
| C.Outrem | -0,01 | 0,13 | -0,08 | -0,09 | -0,03 | 0,10 | 0,14 | 0,02 | -0,11 | 1,00 | 0,03 | -0,02 | 0,02 |
| Sec | -0,05 | -0,16 | -0,01 | 0,00 | 0,02 | -0,11 | 0,20 | 0,08 | -0,06 | 0,03 | 1,00 | 0,05 | 0,18 |
| Sexo | -0,05 | -0,01 | -0,14 | 0,03 | -0,01 | -0,11 | -0,11 | 0,07 | -0,05 | -0,02 | 0,05 | 1,00 | 0,00 |
| S.Sec | -0,16 | 0,03 | 0,00 | -0,17 | 0,08 | 0,14 | -0,04 | -0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,18 | 0,00 | 1,00 |

Fonte: EvIEWS 5.0

Quadro 9: Teste *White* à Heterocedasticidade

| | | | |
|---------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 1.374398 | Probability | 0.183340 |
| Obs*R-squared | 17.32254 | Probability | 0.184976 |

Dependent variable: RESID^2

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | -568161.8 | 899578.4 | -0.631587 | 0.5290 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -545154.6 | 513185.0 | -1.062296 | 0.2904 |
| CASADOUF | -218348.7 | 125565.1 | -1.738928 | 0.0849 |
| FECHADOA3 | -326077.6 | 201932.4 | -1.614786 | 0.1092 |
| FECHADOD3 | -261639.4 | 176643.1 | -1.481175 | 0.1414 |
| EMPRESTIMO | 718.2091 | 884.5904 | 0.811911 | 0.4186 |
| EMPRESTIMO^2 | -0.116347 | 0.155296 | -0.749192 | 0.4554 |
| (EMPRESTIMO^2)^2 | 6.51E-10 | 1.07E-09 | 0.605818 | 0.5459 |
| IDADE^2 | -116.7651 | 276.5599 | -0.422205 | 0.6737 |
| (IDADE^2)^2 | 0.009086 | 0.060436 | 0.150347 | 0.8808 |
| REND_AC_AB | 555332.1 | 481212.7 | 1.154026 | 0.2510 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 59563.19 | 124933.2 | 0.476760 | 0.6345 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -118632.3 | 101031.7 | -1.174208 | 0.2429 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | -255118.8 | 177809.6 | -1.434787 | 0.1542 |
| | | | | |
| R-squared | 0.140834 | Mean dependent var | | 158617.3 |
| Adjusted R-squared | 0.038364 | S.D. dependent var | | 703200.5 |
| S.E. of regression | 689579.6 | Akaike info criterion | | 29.83236 |
| Sum squared resid | 5.18E+13 | Schwarz criterion | | 30.15244 |
| Log likelihood | -1820.690 | F-statistic | | 1.374398 |
| Durbin-Watson stat | 2.169593 | Prob(F-statistic) | | 0.183340 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 10: Teste *Breusch-Pagan* à Heterocedasticidade

Dependent variable: RESID^2

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 43546.68 | 272339.5 | 0.159898 | 0.8733 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -556326.4 | 524296.8 | -1.061091 | 0.2910 |
| CASADOUF | -238137.6 | 155745.8 | -1.529015 | 0.1291 |
| FECHADOA3 | -318108.2 | 191687.6 | -1.659514 | 0.0998 |
| FECHADOD3 | -256608.1 | 170495.2 | -1.505076 | 0.1351 |
| EMPRESTIMO | 253.8150 | 153.7419 | 1.650916 | 0.1016 |
| EMPRESTIMO^2 | -0.032530 | 0.020577 | -1.580882 | 0.1168 |
| IDADE^2 | -82.68276 | 68.25227 | -1.211429 | 0.2283 |
| REND_AC_AB | 579087.1 | 508815.9 | 1.138107 | 0.2575 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 52863.78 | 125696.5 | 0.420567 | 0.6749 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -130920.9 | 101165.7 | -1.294123 | 0.1983 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | -255359.4 | 180620.2 | -1.413792 | 0.1602 |
| R-squared | 0.139057 | Mean dependent var | | 158617.3 |
| Adjusted R-squared | 0.053738 | S.D. dependent var | | 703200.5 |
| S.E. of regression | 684045.3 | Akaike info criterion | | 29.80190 |
| Sum squared resid | 5.19E+13 | Schwarz criterion | | 30.07626 |
| Log likelihood | -1820.817 | F-statistic | | 1.629850 |
| Durbin-Watson stat | 2.174569 | Prob(F-statistic) | | 0.099898 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 11: Teste *Glejier* à Heterocedasticidade

Dependent Variable: ABS (RESID)

Method: Least Squares

Included observations: 123 after adjustments

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 278139.3 | 574856.9 | 0.483841 | 0.6295 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -757793.9 | 169224.1 | -4.478051 | 0.0000 |
| CASADOUF | -123787.1 | 118886.0 | -1.041226 | 0.3000 |
| FECHADOA3 | -306226.8 | 120121.2 | -2.549315 | 0.0122 |
| FECHADOD3 | -267578.2 | 133379.9 | -2.006136 | 0.0473 |
| EMPRESTIMO | 176.0316 | 253.4886 | 0.694436 | 0.4889 |
| EMPRESTIMO^2 | -0.024286 | 0.028968 | -0.838388 | 0.4036 |
| IDADE^2 | -88.00725 | 66.65940 | -1.320253 | 0.1895 |
| REND_AC_AB | 738284.4 | 179415.1 | 4.114952 | 0.0001 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 75602.82 | 140206.0 | 0.539227 | 0.5908 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -21530.61 | 256718.1 | -0.083869 | 0.9333 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | -212859.7 | 158229.4 | -1.345260 | 0.1813 |
| R-squared | 0.236260 | Mean dependent var | | 248838.3 |
| Adjusted R-squared | 0.160574 | S.D. dependent var | | 602744.2 |
| S.E. of regression | 552235.5 | Akaike info criterion | | 29.37380 |
| Sum squared resid | 3.39E+13 | Schwarz criterion | | 29.64816 |
| Log likelihood | -1794.489 | F-statistic | | 3.121577 |
| Durbin-Watson stat | 2.049065 | Prob(F-statistic) | | 0.001065 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 12: Teste *Breusch-Godfrey* à Ausência de Autocorrelação dos Resíduos

| | | | |
|---------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 0.678385 | Probability | 0.509565 |
| Obs*R-squared | 1.512211 | Probability | 0.469491 |

Dependent Variable: RESID

Method: Least Squares

Presample missing value lagged residuals set to zero.

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|--------|
| C | 44.26426 | 443.5835 | 0.099788 | 0.9207 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -4.602875 | 128.9230 | -0.035703 | 0.9716 |
| CASADOUF | -2.897283 | 90.60193 | -0.031978 | 0.9745 |
| FECHADOA3 | 5.544993 | 91.70748 | 0.060464 | 0.9519 |
| FECHADOD3 | 2.977048 | 102.0541 | 0.029171 | 0.9768 |
| EMPRESTIMO | -0.021036 | 0.195149 | -0.107794 | 0.9144 |
| EMPRESTIMO^2 | 2.09E-06 | 2.22E-05 | 0.094093 | 0.9252 |
| IDADE^2 | -0.000531 | 0.051676 | -0.010276 | 0.9918 |
| REND_AC_AB | 15.89865 | 137.4753 | 0.115647 | 0.9081 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | -27.26742 | 109.2891 | -0.249498 | 0.8034 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | 13.87658 | 196.7092 | 0.070544 | 0.9439 |
| SEXO*SECTORSECUNDARIO | 6.108237 | 121.0544 | 0.050459 | 0.9598 |
| RESID(-1) | 0.116166 | 0.099798 | 1.164005 | 0.2470 |
| RESID(-2) | -0.012000 | 0.099787 | -0.120254 | 0.9045 |
| R-squared | 0.012294 | Mean dependent var | -1.23E-13 | |
| Adjusted R-squared | -0.105505 | S.D. dependent var | 399.8968 | |
| S.E. of regression | 420.4636 | Akaike info criterion | 15.02740 | |
| Sum squared resid | 19270067 | Schwarz criterion | 15.34748 | |
| Log likelihood | -910.1850 | F-statistic | 0.104367 | |
| Durbin-Watson stat | 1.982524 | Prob(F-statistic) | 0.999969 | |

Fonte: Eviews 5.0

Anexo IV - MRLM (Variável Dependente Rendimento Final)

Quadro 13: Modelo de Regressão Linear Múltipla

Dependent variable: RENDFINAL

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 328.8500 | 297.7065 | 1.104612 | 0.2717 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -486.9159 | 245.8798 | -1.980301 | 0.0502 |
| CASADOUF | -340.6864 | 96.20667 | -3.541194 | 0.0006 |
| FECHADOA3 | -718.5052 | 105.8169 | -6.790081 | 0.0000 |
| FECHADOD3 | -397.3615 | 118.1338 | -3.363657 | 0.0011 |
| REND_AC_AB | 977.8445 | 241.4931 | 4.049162 | 0.0001 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 827.4028 | 299.2133 | 2.765261 | 0.0067 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -365.5212 | 149.8137 | -2.439838 | 0.0163 |
| EMPRESTIMO^2 | -3.16E-05 | 1.78E-05 | -1.770432 | 0.0794 |
| EMPRESTIMO | 0.279268 | 0.151470 | 1.843720 | 0.0679 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | -327.8800 | 104.7818 | -3.129169 | 0.0022 |
| IDADE*SAZONALIDADE | -12.98251 | 5.526202 | -2.349264 | 0.0206 |
| CASADOUF*UNIVBACH | 224.7402 | 105.8117 | 2.123963 | 0.0359 |
| R-squared | 0.575732 | Mean dependent var | | 865.2033 |
| Adjusted R-squared | 0.529449 | S.D. dependent var | | 665.0852 |
| S.E. of regression | 456.2268 | Akaike info criterion | | 15.18354 |
| Sum squared resid | 22895722 | Schwarz criterion | | 15.48076 |
| Log likelihood | -920.7874 | F-statistic | | 12.43919 |
| Durbin-Watson stat | 1.743653 | Prob(F-statistic) | | 0.000000 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 14: Teste Ramsey Reset

| | | | |
|----------------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 7.570404 | Probability | 0.000838 |
| Log likelihood ratio | 16.13726 | Probability | 0.000313 |

Dependent variable: RENDFINAL

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|--------|
| C | 715.8711 | 327.5785 | 2.185342 | 0.0310 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -543.2272 | 313.1154 | -1.734910 | 0.0856 |
| CASADOUF | -456.4501 | 164.2337 | -2.779272 | 0.0064 |
| FECHADOA3 | -1059.632 | 390.4313 | -2.714003 | 0.0077 |
| FECHADOD3 | -561.4252 | 267.7072 | -2.097162 | 0.0383 |
| REND_AC_AB | 1376.150 | 534.2706 | 2.575756 | 0.0114 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 1236.748 | 488.4597 | 2.531934 | 0.0128 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -528.8448 | 229.0960 | -2.308398 | 0.0229 |
| EMPRESTIMO^2 | -3.41E-05 | 2.10E-05 | -1.624040 | 0.1073 |
| EMPRESTIMO | 0.306502 | 0.181354 | 1.690072 | 0.0939 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | -519.7910 | 201.9142 | -2.574316 | 0.0114 |
| IDADE*SAZONALIDADE | -21.45087 | 8.887095 | -2.413710 | 0.0175 |
| CASADOUF*UNIVBACH | 389.1919 | 173.8311 | 2.238909 | 0.0272 |
| FITTED^2 | -0.001334 | 0.000799 | -1.668915 | 0.0980 |
| FITTED^3 | 6.44E-07 | 3.38E-07 | 1.908060 | 0.0590 |
| R-squared | 0.627898 | Mean dependent var | 865.2033 | |
| Adjusted R-squared | 0.579663 | S.D. dependent var | 665.0852 | |
| S.E. of regression | 431.1974 | Akaike info criterion | 15.08486 | |
| Sum squared resid | 20080573 | Schwarz criterion | 15.42781 | |
| Log likelihood | -912.7188 | F-statistic | 13.01737 | |
| Durbin-Watson stat | 1.868056 | Prob(F-statistic) | 0.000000 | |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 15: Matriz de Correlações entre as Variáveis Explicativas

| Variáveis | Dis | Rend_Ac_Ab | CasadoUf | FA3 | FD3 | Econ | Saz | C.Outrem | Sec | Emp | S.Sec | Idade | UnivBach |
|------------|-------|------------|----------|-------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|----------|
| Dis | 1,00 | 0,07 | -0,04 | 0,05 | 0,02 | -0,08 | -0,06 | 0,14 | 0,20 | 0,09 | -0,04 | 0,00 | 0,05 |
| Rend_Ac_Ab | 0,07 | 1,00 | 0,08 | -0,01 | -0,25 | -0,05 | 0,09 | 0,10 | -0,11 | 0,03 | 0,14 | 0,07 | 0,00 |
| CasadoUf | -0,04 | 0,08 | 1,00 | -0,04 | 0,06 | -0,03 | 0,04 | -0,08 | -0,01 | 0,07 | 0,00 | 0,11 | -0,22 |
| FA3 | 0,05 | -0,01 | -0,04 | 1,00 | -0,44 | -0,01 | 0,01 | -0,09 | 0,00 | 0,07 | -0,17 | -0,04 | 0,01 |
| FD3 | 0,02 | -0,25 | 0,06 | -0,44 | 1,00 | 0,03 | -0,07 | -0,03 | 0,02 | -0,16 | 0,08 | -0,05 | -0,04 |
| Econ | -0,08 | -0,05 | -0,03 | -0,01 | 0,03 | 1,00 | 0,11 | 0,02 | 0,08 | -0,07 | -0,02 | 0,00 | 0,03 |
| Saz | -0,06 | 0,09 | 0,04 | 0,01 | -0,07 | 0,11 | 1,00 | -0,11 | -0,06 | 0,08 | 0,03 | 0,08 | -0,07 |
| C.Outrem | 0,14 | 0,10 | -0,08 | -0,09 | -0,03 | 0,02 | -0,11 | 1,00 | 0,03 | -0,01 | 0,02 | 0,13 | -0,03 |
| Sec | 0,20 | -0,11 | -0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,08 | -0,06 | 0,03 | 1,00 | -0,05 | 0,18 | -0,16 | -0,31 |
| Emp | 0,09 | 0,03 | 0,07 | 0,07 | -0,16 | -0,07 | 0,08 | -0,01 | -0,05 | 1,00 | -0,16 | -0,06 | 0,04 |
| S.Sec | -0,04 | 0,14 | 0,00 | -0,17 | 0,08 | -0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,18 | -0,16 | 1,00 | 0,03 | -0,13 |
| Idade | 0,00 | 0,07 | 0,11 | -0,04 | -0,05 | 0,00 | 0,08 | 0,13 | -0,16 | -0,06 | 0,03 | 1,00 | -0,04 |
| UnivBach | 0,05 | 0,00 | -0,22 | 0,01 | -0,04 | 0,03 | -0,07 | -0,03 | -0,31 | 0,04 | -0,13 | -0,04 | 1,00 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 16: Teste *White* à Heterocedasticidade

White Heteroskedasticity Test:

| | | | |
|---------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 1.640602 | Probability | 0.079649 |
| Obs*R-squared | 21.57098 | Probability | 0.087870 |

Dependent variable: RESID^2

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|--------|
| C | -768612.9 | 998149.5 | -0.770038 | 0.4430 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -544428.0 | 425644.7 | -1.279067 | 0.2036 |
| CASADOUF | -234189.0 | 118356.3 | -1.978679 | 0.0504 |
| FECHADOA3 | -268922.6 | 152662.6 | -1.761548 | 0.0810 |
| FECHADOD3 | -182082.7 | 143969.3 | -1.264733 | 0.2087 |
| REND_AC_AB | 576359.8 | 386930.4 | 1.489570 | 0.1393 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 165992.6 | 127376.4 | 1.303166 | 0.1953 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -89308.51 | 90050.66 | -0.991758 | 0.3235 |
| EMPRESTIMO^2 | -0.111076 | 0.133603 | -0.831391 | 0.4076 |
| (EMPRESTIMO^2)^2 | 6.16E-10 | 9.11E-10 | 0.676129 | 0.5004 |
| EMPRESTIMO | 695.4735 | 776.0099 | 0.896217 | 0.3721 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | -259568.0 | 107330.7 | -2.418394 | 0.0173 |
| IDADE*SAZONALIDADE | 15913.05 | 16668.17 | 0.954697 | 0.3419 |
| (IDADE*SAZONALIDADE)^2 | -431.9881 | 332.3587 | -1.299765 | 0.1964 |
| CASADOUF*UNIVBACH | -29984.70 | 114470.0 | -0.261944 | 0.7939 |
| R-squared | 0.175374 | Mean dependent var | 186144.1 | |
| Adjusted R-squared | 0.068478 | S.D. dependent var | 591344.3 | |
| S.E. of regression | 570738.3 | Akaike info criterion | 29.46110 | |
| Sum squared resid | 3.52E+13 | Schwarz criterion | 29.80405 | |
| Log likelihood | -1796.858 | F-statistic | 1.640602 | |
| Durbin-Watson stat | 2.081269 | Prob(F-statistic) | 0.079649 | |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 17: Teste *Breusch-Pagan* à Heterocedasticidade

Dependent variable: RESID^2

Method: Least Squares

Included Observations: 123

White Heteroskedasticity- Consistent Standard Errors & Covariance

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | -197899.9 | 220815.6 | -0.896222 | 0.3721 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -546064.1 | 436264.2 | -1.251682 | 0.2133 |
| CASADOUF | -250357.7 | 135618.9 | -1.846038 | 0.0676 |
| FECHADOA3 | -263600.7 | 143662.6 | -1.834860 | 0.0692 |
| FECHADOD3 | -185026.5 | 138763.5 | -1.333395 | 0.1852 |
| REND_AC_AB | 586435.2 | 411641.5 | 1.424626 | 0.1571 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 476107.9 | 244492.2 | 1.947334 | 0.0540 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -97053.35 | 91267.03 | -1.063400 | 0.2899 |
| EMPRESTIMO^2 | -0.033300 | 0.019425 | -1.714287 | 0.0893 |
| EMPRESTIMO | 272.1466 | 156.1955 | 1.742346 | 0.0842 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | -230780.6 | 92180.18 | -2.503582 | 0.0138 |
| IDADE*SAZONALIDADE | -10467.97 | 5225.610 | -2.003205 | 0.0476 |
| CASADOUF*UNIVBACH | -84352.96 | 95319.50 | -0.884950 | 0.3781 |
| R-squared | 0.169481 | Mean dependent var | | 186144.1 |
| Adjusted R-squared | 0.078879 | S.D. dependent var | | 591344.3 |
| S.E. of regression | 567542.8 | Akaike info criterion | | 29.43570 |
| Sum squared resid | 3.54E+13 | Schwarz criterion | | 29.73292 |
| Log likelihood | -1797.295 | F-statistic | | 1.870615 |
| Durbin-Watson stat | 2.133474 | Prob(F-statistic) | | 0.045721 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 18: Teste Glejjer à Heterocedasticidade

Dependent Variable: ABS(RESID)
Method: Least Squares
Included observations: 123 after adjustments

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | -9.869858 | 181.9358 | -0.054249 | 0.9568 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | -290.9541 | 156.3698 | -1.860679 | 0.0655 |
| CASADOUF | -161.0943 | 59.94138 | -2.687531 | 0.0083 |
| FECHADOA3 | -178.4490 | 65.32314 | -2.731789 | 0.0073 |
| FECHADOD3 | -91.40137 | 65.76074 | -1.389908 | 0.1674 |
| REND_AC_AB | 366.2831 | 149.3540 | 2.452450 | 0.0158 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | 404.5740 | 173.2857 | 2.334723 | 0.0214 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | -57.61206 | 88.41069 | -0.651641 | 0.5160 |
| EMPRESTIMO^2 | -2.08E-05 | 1.03E-05 | -2.025977 | 0.0452 |
| EMPRESTIMO | 0.182631 | 0.091075 | 2.005267 | 0.0474 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | -288.9940 | 63.48715 | -4.552008 | 0.0000 |
| IDADE*SAZONALIDADE | -9.269104 | 3.289797 | -2.817531 | 0.0057 |
| CASADOUF*UNIVBACH | -232.0454 | 62.63373 | -3.704799 | 0.0003 |
| R-squared | 0.291801 | Mean dependent var | | 307.7288 |
| Adjusted R-squared | 0.214543 | S.D. dependent var | | 303.6390 |
| S.E. of regression | 269.1031 | Akaike info criterion | | 14.12774 |
| Sum squared resid | 7965815. | Schwarz criterion | | 14.42497 |
| Log likelihood | -855.8563 | F-statistic | | 3.776961 |
| Durbin-Watson stat | 1.942506 | Prob(F-statistic) | | 0.000083 |

Fonte: Eviews 5.0

Quadro 19: Teste *Breusch-Godfrey* à Ausência de Autocorrelação dos Resíduos

| | | | |
|---------------|----------|-------------|----------|
| F-statistic | 1.066763 | Probability | 0.347718 |
| Obs*R-squared | 2.382777 | Probability | 0.303799 |

Dependent Variable: RESID

Method: Least Squares

Presample missing value lagged residuals set to zero.

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|--------|
| C | -0.783609 | 451.6973 | -0.001735 | 0.9986 |
| DISTRITO*REND_AC_AB | 1.174095 | 139.8269 | 0.008397 | 0.9933 |
| CASADOUF | 2.321920 | 100.4599 | 0.023113 | 0.9816 |
| FECHADOA3 | 5.110824 | 99.52868 | 0.051350 | 0.9591 |
| FECHADOD3 | -7.954196 | 113.3286 | -0.070187 | 0.9442 |
| REND_AC_AB | 6.495205 | 148.2130 | 0.043823 | 0.9651 |
| ECONOMIA*SAZONALIDADE | -2.607974 | 318.5109 | -0.008188 | 0.9935 |
| CONTAOUTREM*SECUNDARIO | 2.143112 | 234.2078 | 0.009150 | 0.9927 |
| EMPRESTIMO^2 | -1.03E-06 | 2.39E-05 | -0.042982 | 0.9658 |
| EMPRESTIMO | 0.004845 | 0.208547 | 0.023233 | 0.9815 |
| CONTAOUTREM*SECTORSECUNDARIO | 21.01753 | 260.9201 | 0.080552 | 0.9359 |
| IDADE*SAZONALIDADE | -0.578242 | 7.368089 | -0.078479 | 0.9376 |
| CASADOUF*UNIVBACH | 4.903073 | 346.9882 | 0.014130 | 0.9888 |
| RESID(-1) | 0.137438 | 0.098946 | 1.389013 | 0.1677 |
| RESID(-2) | -0.058137 | 0.099678 | -0.583249 | 0.5609 |
| R-squared | 0.019372 | Mean dependent var | -1.12E-13 | |
| Adjusted R-squared | -0.107746 | S.D. dependent var | 433.2088 | |
| S.E. of regression | 455.9502 | Akaike info criterion | 15.19649 | |
| Sum squared resid | 22452183 | Schwarz criterion | 15.53944 | |
| Log likelihood | -919.5844 | F-statistic | 0.152395 | |
| Durbin-Watson stat | 1.982653 | Prob(F-statistic) | 0.999839 | |

Fonte: Eviews 5.0

Anexo V - Salário Mínimo Nacional e Limiar de Pobreza

Quadro 20: Evolução do Salário Mínimo Nacional e do Limiar de Pobreza

(2000-2007)

| Ano | Salário Mínimo Nacional € | Limiar de Pobreza €/ Mês |
|------|------------------------------|-----------------------------|
| 2000 | 318,23 | 283,08 |
| 2001 | 334,19 | 299,08 |
| 2002 | 348,01 | ⁴⁶ — |
| 2003 | 356,6 | 345,75 |
| 2004 | 365,6 | 359,75 |
| 2005 | 374,7 | 465,5 |
| 2006 | 385,9 | 378,67 |
| 2007 | 403 | 407,17 |

Fonte: DGERT (Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) e INE.

Nota : os salários de 2000 a 2002 foram convertidos para euros, com base na taxa de conversão 1€ = 200,482\$.

⁴⁶ Indisponibilidade de dados referentes ao ano 2002.